



**FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

NÚBIA SOUZA

**LIVROS OU REDES?
A DISCIPLINA NA ESCOLA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

**INHUMAS-GO
2024**

NÚBIA SOUZA

**LIVROS OU REDES?
A DISCIPLINA NA ESCOLA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Faculdade de Inhumas – FacMais –, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Manzi.

**INHUMAS-GO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

S7291

SOUZA, Núbia

LIVROS OU REDES? A DISCIPLINA NA ESCOLA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA. Núbia Souza. – Inhumas: FacMais, 2024.

119 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, Mestrado em Educação, 2024.

“Orientação: Dr. Ronaldo Manzi Filho”.

1. Educação; 2. Subjetivismo; 3. Neoliberalismo; 4. Disciplina Acadêmica.

I. Título.

CDU: 37

NÚBIA SOUZA

**LIVROS OU REDES?
A DISCIPLINA NA ESCOLA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

A Banca Examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Inhumas – FacMais, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Manzi Filho (Orientador)
Faculdade de Inhumas – FACMAIS

Profa. Dra. Maria Luiza Vasconcelos
Faculdade de Inhumas – FACMAIS

Profa. Dra. Leyliane Oliveira Araújo Masson
Universidade Federal de Goiás – UFG

Janeiro/2024

“Se vi mais longe, foi por estar apoiado sobre os ombros de gigantes”.

(Sir Isaac Newton)

AGRADECIMENTOS

Gratidão à vida pelos desafios, pelas lições e oportunidades de aprendizado, e, principalmente, a Deus, que torna tudo possível.

Ao meu professor e orientador, Prof. Dr. Ronaldo Manzi, minha sincera gratidão. Agradeço-lhe pela generosidade ao ensinar. Não sou a mesma pessoa desde que ingressei no mestrado, e muito disso é responsabilidade sua. Sua conduta, seus exemplos e ensinamentos jamais serão esquecidos!

Às Professoras Dra. Leilyane Masson e Dra. Maria Luiza Vasconcelos, que me acompanharam na banca examinadora, meu respeito e minha gratidão. Obrigada pela generosidade em me conduzir nestes passos finais.

A todos os Professores Drs. do PPGE da FacMais: Daniella C. Lôbo, Dostoiewski Champangnatte, Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, Lucineide Maria de Lima Pessoni, Marcelo Máximo Purificação, Maria Luiza Vasconcelos Gomes, Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas, Ronaldo Manzi Filho, Selma Regina Gomes, bem como à Secretária Acadêmica, Katielly Vila Verde Soares, e demais funcionários, sempre muito solícitos. Obrigada a todos por me ensinarem que a persistência e a determinação nos levam à realização dos nossos sonhos.

À minha alma gêmea, minha irmã Vera, todo o meu amor e gratidão. Estar ao seu lado foi um alento em todas as horas. Companheira de viagem, de trabalho, de mestrado, de lamentações, de surtos e risadas. Foi intensa nossa caminhada, mas cada passo valeu a pena.

Aos colegas de sala, todo o meu respeito e admiração. Com certeza, aprendi muito com cada um de vocês. Ficarão guardados para sempre em minha memória e em meu coração.

Aos amigos das escolas Castorina Bittencourt e Tancredo de Almeida Neves, gratidão pelo suporte que recebi. Esta dissertação é um pouco de vocês também. Vocês são, para mim, uma extensão da minha família!

Por fim, agradeço aos meus pais, porque sempre acreditaram em mim e foram o alicerce na solidificação da pessoa que sou. Ao meu irmão Eduardo, meus agradecimentos pelo encorajamento e orações. Ao meu esposo Carlos Antônio, por me incentivar, ser meu amigo e me ajudar a realizar o que parecia ser impossível; à minha amiga e sogra, Irenita, com quem sempre pude contar com orações e carinho.

Aos meus filhos Marco Aurélio e José Antônio, por entenderem minhas ausências.
Saibam que sou a mãe mais sortuda deste mundo!

“A tirania do mérito é resultado não só da retórica da ascensão. Ela consiste em um conjunto de comportamentos e circunstâncias, que, agrupadas, tornaram a meritocracia tóxica. Primeiro, sob condições de desigualdade desenfreada e mobilidade barrada, reiterar a mensagem de que nós somos responsáveis por nosso destino e merecemos o que recebemos corrói a solidariedade e desmoraliza pessoas deixadas para trás pela globalização. Segundo, insistir na ideia de que um diploma universitário é o principal caminho para um emprego respeitável e uma vida decente cria um preconceito credencialista que enfraquece a dignidade do trabalho e rebaixa pessoas que não chegaram à universidade [...]”.

(A Tirania do Mérito: o que aconteceu com o bem comum? Michael J. Sandel)

SOUZA, Núbia. **Livros ou redes?** A disciplina na escola como forma de resistência. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Inhumas – FACMAIS, 2024.

RESUMO

Esta dissertação enquadra-se na linha de pesquisa em Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos do Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Educação da Faculdade de Inhumas. Propõe-se, com este estudo, o debate e a compreensão sobre a importância da instituição escolar e da disciplina acadêmica na vida dos indivíduos. Para tanto, foi levantada a seguinte questão-problema: qual é o real papel da escola na vida dos indivíduos, e como a disciplina acadêmica pode contribuir para a resistência ao subjetivismo e à fluidez do ensino empresarial? Este estudo busca compreender as relações de poder na educação, entendendo a escola e o ensino disciplinar como uma forma de resistência à subjetividade e à descaracterização dos princípios educacionais. A relevância desta dissertação reside em contribuir para a reflexão sobre a função da escola e o papel da disciplina acadêmica na consolidação do conhecimento e do pensamento científico. Adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentando-se no método dialético. Para análise, reflexão e busca de possíveis respostas, alguns teóricos foram convidados para o diálogo, como Foucault (2014), Freire (1997), Kant (2002), Larrosa (2018), Manzi (2023), Masschelein e Simons (2013), Sibilía (2012), dentre outros. As diversas leituras e reflexões permitiram reforçar a ideia de que a escola ainda pode ser um espaço em que o indivíduo se liberta do tempo e do local preestabelecidos pelo sistema, de modo a alcançar outros horizontes. Apesar de muitas instituições escolares ainda utilizarem o panóptico e a disciplina como artefatos inquisitoriais e punitivos, com o objetivo de controlar os corpos e os comportamentos, é necessário repensar essas práticas. O ambiente escolar precisa ser tomado como um lugar atemporal, de modo a fomentar uma convivência ética e transformadora entre o sujeito e a sociedade.

Palavras-chave: Educação. Subjetivismo. Neoliberalismo. Disciplina Acadêmica.

SOUZA, Núbia. **Books or networks?** School discipline as a form of resistance. Dissertation (Master's in Education) – Inhumas College – FacMais, 2024.

ABSTRACT

This dissertation falls within the research line of Education, Culture, Theories, and Pedagogical Processes of the Postgraduate and Master's Program in Education at Inhumas College. This study aims to foster debate and understanding about the significance of the school institution and academic discipline in individuals' lives. To this end, the following problem question was raised: what is the real role of school in individuals' lives, and how can academic discipline contribute to resistance against subjectivism and the fluidity of business-oriented teaching? This study seeks to comprehend power relations in education, viewing school and disciplinary teaching as a form of resistance to subjectivity and the distortion of educational principles. The relevance of this dissertation lies in contributing to the reflection on the function of school and the role of academic discipline in consolidating knowledge and scientific thinking. A qualitative approach was adopted, grounded in the dialectical method. For analysis, reflection, and the search for possible answers, several theorists were engaged in dialogue, including Foucault (2014), Freire (1997), Kant (2002), Larrosa (2018), Manzi (2023), Masschelein and Simons (2013), Sibilía (2012), among others. Various readings and reflections served to reinforce the idea that school can still be a space where individuals break free from predetermined time and location imposed by the system, aiming to reach new horizons. Although many school institutions still use the panopticon and discipline as inquisitorial and punitive artifacts, with the aim of controlling bodies and behaviors, it is necessary to rethink these practices. The school environment needs to be seen as a timeless place, in order to foster an ethical and transformative coexistence between the subject and society.

Keywords: Education. Subjectivism. Neoliberalism. Academic discipline.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	- Aparelhos Ideológicos do Estado
BNCC	- Base Nacional Curricular Comum
DC-GO	- Documento Curricular para Goiás
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCDE	- Organização Econômica e Cooperação para Desenvolvimento
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PROUNI	- Programa Universidade Para Todos
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TDAH	- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – ENSINO DISCIPLINAR: A DISCIPLINA SOBREVIVERÁ?	22
1.1 ENSINO DISCIPLINAR DO HOMEM: RIGOR E AUTOCONTROLE	22
1.2 DISCIPLINA COMO INSTRUMENTO DE DOCILIZAÇÃO	31
1.3 AS NOVAS DIREÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	40
CAPÍTULO 2 – SUBJETIVIDADE DAS REDES E PRECARIEDADE DO ENSINO	59
2.1 O ESTUDO E A DISCIPLINA DENTRO DO DISCURSO PEDAGÓGICO	59
2.2 PAREDES CORROÍDAS PELO TEMPO OU MEROS GALPÕES DO SUBJETIVISMO DAS REDES?	69
2.3 ESCOLA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE PENSAMENTOS E DECANTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: RUMO À CONSISTÊNCIA DO CONHECIMENTO	76
CAPÍTULO 3 – ENSINO DISCIPLINAR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	83
3.1 A IDEOLOGIA DA GESTÃO E A EFICÁCIA ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO	83
3.2 REFLEXÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DO AMBIENTE EDUCACIONAL	94
3.3 A CRENÇA NA SALA DE AULA E A TAREFA DE ENSINAR	100
3.4 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO	103
3.5 APRENDIZADO NA ESCOLA E COLONIZAÇÃO DA LINGUAGEM EDUCACIONAL	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

*“Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão”.*
(Andrade, 1959).

Esta dissertação surge da necessidade de discutir a importância da escola e da disciplina acadêmica no ambiente escolar. A presente temática não será estranha àqueles que estão imersos nesse contexto. Procuo trazer à tona algumas percepções sobre a disciplina na escola, questão que é constantemente alvo de discussão e preocupação entre os professores e profissionais nas instituições dedicadas a pensar as práticas educacionais.

Para desenvolver este texto, recorri, em primeiro lugar, às minhas próprias experiências dentro da sala de aula, como professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, especialista em Leitura, atuando nas redes municipal e estadual. Na sala de aula, tenho vivenciado todas as continuidades e discontinuidades no percurso educacional escolar. Ao longo dos meus vinte e quatro anos de prestação de serviços à educação, presenciei diversas propostas pedagógicas inovadoras sendo implementadas, como a mudança do Ensino Médio para o Novo Ensino Médio, que consistiu em semestralizar o ano letivo, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, por fim, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular para Goiás (DC-GO).

Sílvio Donizetti, filósofo, pedagogo, doutor em educação e professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em entrevista, manifestou inquietação em relação à atual BNCC, afirmando: “A implementação da Base Nacional Comum Curricular é o grande desastre para a educação brasileira contemporânea” (Rachid, 2022, n. p.). O entrevistado entende que essa mudança não será benéfica, pois a estrutura educacional brasileira está

impregnada pelos ideais neoliberalistas. Donizetti também salientou que o Projeto de Vida, cuja finalidade é preparar os alunos para o mundo do trabalho, adicionado à base curricular – núcleo diversificado –, gerará frustrações aos jovens, sobretudo os periféricos, sendo estes os mais atingidos pela superficialidade do ensino empresarial.

Essas inovações na educação, sem grandes estudos ou fundamentos científicos, são implantadas e, posteriormente, retiradas do contexto, sem continuidade ou mesmo antes que sua aplicabilidade ou objetivos tenham sido alcançados. Modificações no currículo e tantas outras mudanças na educação buscavam, invariavelmente, uma melhor qualidade de ensino. No entanto, muitas delas não deram certo e foram retiradas de contexto.

Com o passar dos anos, também pude presenciar como a disciplina dentro da sala de aula foi se modificando e tomando rumos inesperados. Menciono que usarei neste estudo a palavra disciplina, não como um componente curricular, e sim como um conjunto de ações específicas e metódicas que determinarão a eficiência da aprendizagem. Ressalto que esse termo não será defendido em seu sentido autoritário e castrador, e sim como uma rotina libertadora, que conduz ao pensamento elevado, capaz de transformar os indivíduos, levando-os ao conhecimento crítico e científico.

Este é um tema que considero relevante, fundamentado em minhas experiências acadêmicas e profissionais. No entanto, para que este estudo se desenvolvesse, propus-me a despir-me de algumas convicções. Sob a orientação de estudiosos como Kant, Foucault, Paula Sibilia, Simons, Masschelein, Freire, Manzi, Larrosa, dentre outros, pretendo explorar e reinterpretar o que já foi discutido sobre o tema proposto.

Nesta dissertação intitulada "Livros ou Redes – a disciplina na escola como forma de resistência", abordo como a subjetividade introduzida pelas redes sociais tem impactado o comportamento e a identidade dos indivíduos, inclusive no ambiente escolar. Emprego a palavra livros para me referir à escola, local onde praticamente cresci, sendo filha de uma professora, e onde aprendi a respeitar e amar o processo educacional.

A escola, uma biblioteca viva de experiências e descobertas, desempenhou papel essencial em minha formação. Nesse contexto, a leitura surgiu como uma prática transformadora que moldou minha visão e interpretação do mundo. A leitura

ensinou-me a explorar lugares inesperados, sendo a imaginação minha companhia constante. Com ela, veio a ideia de disciplina acadêmica, pois era necessário organizar espaço e tempo para essa tarefa diária. Meu vocabulário ficou mais amplo, e meu mundo de criança do interior expandiu-se. Essa será a mais bela herança deixada por meu pai, um leitor dedicado de Machado de Assis, que sempre enfatizou o quanto a leitura pode nos enriquecer e libertar.

Cresci sob o alicerce de uma escola pequena, localizada no interior de Goiás, em um ambiente que não apenas valorizava a mera aquisição de informações, como também valores fundamentais. Entendi que o respeito não se limitava a uma palavra vazia, manifestando-se como uma postura presente em todas as interações naquele espaço. Dessa forma, compreendi que a escola não deve ser apenas um local para acumular informações, mas sim um espaço atemporal que cultive habilidades para a vida e o pensamento crítico. Deve ser uma forja de mentes curiosas, capazes de explorar as complexidades do mundo e propor soluções inovadoras.

Quando menciono o termo redes, utilizado pela pesquisadora argentina Paula Sibilia (2012), refiro-me às redes sociais e como essas têm influenciado o indivíduo, subjetivando as relações sociais, inclusive dentro da escola.

Apesar de acreditar na instituição escolar, não tenho a intenção de idealizá-la, tampouco de negar suas limitações. Desafios contemporâneos, como a padronização do ensino, que limita a criatividade e individualidade dos alunos, a ênfase excessiva em exames padronizados, que nem sempre refletem as habilidades e potenciais dos estudantes, a falta de adaptação aos diferentes estilos de aprendizagem e, por vezes, o uso limitado e inadequado da tecnologia transformam as quatro paredes da sala de aula em horas por vezes intermináveis e entediantes.

Nesta dissertação, compartilho um pouco das leituras e concepções que foram se consolidando e seguiram uma lógica necessária para possibilitar uma compreensão clara. Ao longo dos dois anos de trabalho acadêmico, imersa em leituras, estudos, escritos e participação em seminários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (FacMais), especialmente na Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos, este texto gradualmente ganhou forma e voz. Progressivamente, delimitamos, descobrimos, ajustamos, desconstruímos e costuramos ideias, pensamentos, teorias e experiências que possibilitaram a elaboração desta dissertação.

O enfoque deste estudo está nas práticas escolares e nos efeitos que essas práticas produzem nos corpos dos sujeitos a elas submetidos. Destaco, entretanto, a análise da disciplina como uma prática libertadora, conduzindo ao conhecimento sistematizado, e a defesa da escola como elemento essencial.

Não pretendo caracterizar uma verdade absoluta neste estudo, nem oferecer uma leitura definitiva proveniente das muitas discussões e textos lidos. Esta dissertação é uma mistura de livros, autores, experiências e relações com outros, que, por vezes, nos impulsionaram e desafiaram a encontrar e reconstruir diferentes formas de estabelecer pensamentos e indagações.

Segundo Saviani (1995), o paradigma clássico na escola se caracteriza pela transmissão e assimilação do saber sistematizado, sendo este o objetivo final a ser alcançado. A função da instituição educacional é, portanto, a transmissão do conhecimento científico sistematizado. Sem assumir a posição de solução universal para os desafios sociais, a escola deve proporcionar um ambiente que permita ao aluno acessar a esse conhecimento, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da consciência crítica em relação ao senso comum.

Ainda analisando a contribuição de Saviani, em seu livro “Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política”, de 2009, ele levanta uma reflexão pertinente sobre a fugacidade de certas atividades escolares, como a realização de festas, destacando a superficialidade do ensino em detrimento da priorização de conteúdos relevantes para uma educação de qualidade. Sobre isso, comenta: “A prioridade de conteúdo é a única forma de lutar contra a farsa do ensino” (Saviani, 2009, p. 66).

A disseminação da internet e a expansão das tecnologias móveis de conectividade sem fio têm desencadeado uma era marcada pela interconexão e mobilidade desde o início do século XXI. Neste cenário, estamos imersos em um ambiente de conectividade constante, rápido e abrangente, capacitando-nos a processar informações em diversos contextos, independentemente da realidade ou distância envolvida. Essa evolução para uma tecnologia praticamente onipresente e personalizada representa o advento de uma sociedade altamente conectada, na qual o consumo e a incorporação de informações tornaram-se abordagens comuns para compreender e interagir com o mundo ao nosso redor.

Nesse contexto, percebemos que a temática da disciplina na escola é frequentemente abordada, gerando debates intensos tanto na comunidade

educacional quanto na sociedade civil. Por vezes, o termo indisciplina é erroneamente confundido com liberdade, quando, na verdade, são conceitos distintos. Indisciplina geralmente refere-se à falta de disciplina ou ordem, enquanto a liberdade envolve a capacidade de agir sem restrições excessivas. Segundo Manzi (2023a, p. 62): “A disciplina, na verdade, é um elemento essencial para alcançar a verdadeira liberdade”. Portanto, para cultivar a disciplina, é necessário direcionar o foco não apenas para o bem-estar pessoal, mas também para a saúde social como um todo.

Alunos e professores podem estabelecer uma relação de amizade com a disciplina e de oposição com a indisciplina. Os limites são estabelecidos pelos interesses do grupo. A atitude do diálogo é fundamental para superar os problemas de disciplina, e deve ser privilegiada, em detrimento do tradicional enfoque de enfrentamento da indisciplina por meio de sermões e punições.

Sibilia (2012, p. 102) destaca que a precariedade do ensino contemporâneo, a falta de foco e de disciplina têm afetado o funcionamento da escola. A subjetividade dos estudantes influencia diretamente o processo de aprendizagem, levando-os ao desinteresse, à falta de motivação e, principalmente, afetando a percepção crítica da realidade que os cerca. A autora afirma que as redes sociais têm se mostrado um espaço cada vez mais importante de construção da subjetividade dos indivíduos. Dessa forma, é necessário refletir sobre como essas redes influenciam a percepção de si mesmo e do mundo, dos valores e das crenças de seus usuários. Além disso, é importante considerar como a exposição às informações e opiniões diversas nas redes afeta a convivência na escola.

Vivemos na sociedade da informação, fluida, sem reflexão, o que se contrapõe ao conhecimento científico. Este conhecimento, segundo Saviani (2009, p. 78), deve ser radical, rigoroso e de conjunto. Na escola, precisamos de um conhecimento sistematizado, de um estudo disciplinado, e não de informações soltas, que se esvaziam rapidamente, sem deixar vestígios ou provocar transformações. Um aspecto negativo da falta de conhecimento sistematizado é, por exemplo, a negação da ciência e o crescente aparecimento e disseminação de *fake news*.

Nas relações de poder presentes no ambiente escolar, o poder disciplinar demonstra sua eficácia ao longo do tempo, como afirmado por Foucault (2014, p. 38), em “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”. Os mecanismos que compõem esse poder são responsáveis pela consolidação de um sistema punitivo e empresarial,

que impulsiona toda a engrenagem educacional contemporânea. Este estudo visa compreender as relações de poder na educação, defendendo a escola e o ensino disciplinar como formas de resistência à subjetividade e à descaracterização dos princípios educacionais. A relevância desta pesquisa está em contribuir para a reflexão sobre a função da escola e o papel da disciplina na consolidação do conhecimento e do pensamento científico.

A realização deste estudo foi complexa e desafiadora, impulsionada pelas diversas leituras. A cada nova obra consultada, novos caminhos e possibilidades de pesquisa surgiam. Durante esse processo, tomamos decisões embasadas na experiência pessoal, na formação acadêmica e em vivências profissionais. Além disso, houve enriquecedoras discussões com os professores, especialmente a professora de Seminário II, Profa. Dra. Selma Regina, que generosamente dedicou parte do seu tempo para oferecer sugestões de leitura. Não posso deixar de mencionar o orientador deste estudo, Prof. Dr. Ronaldo Manzi, que contribuiu significativamente para refinar ainda mais as escolhas de leituras e ressignificá-las, constituindo, assim, a base desta pesquisa.

Definido o interesse em focar a pesquisa na importância da disciplina acadêmica e na defesa da escola, foram elaboradas algumas questões para orientar a escrita, mantendo um olhar problematizador ao longo do texto. A questão central é esta: como a subjetividade apresentada pelas redes sociais tem moldado o comportamento e a forma de ser dos indivíduos, inclusive dentro do espaço escolar? Seguem as demais questões: como as práticas disciplinares têm evoluído ao longo do tempo e de que maneira isso tem impactado o ambiente escolar? Quais são os efeitos dessas práticas nos sujeitos que compõem a escola? É possível resistir ao confinamento da escola e sobreviver à supremacia das redes midiáticas? Como defender a disciplina na escola como uma forma de resistência ao subjetivismo educacional?

Assim, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro visa compreender como a disciplina se consolidou na vida humana e como essa evoluiu ao longo dos tempos. Para isso, recorreremos a três pensadores centrais: Immanuel Kant, com sua disciplina iluminista; Michel Foucault, que observou e descreveu a disciplina como uma forma de docilização dos corpos; e Paula Sibilia, com sua reflexão sobre como as redes sociais estão afetando a vida das pessoas, inclusive no ambiente escolar.

Ainda nesse capítulo, buscamos apresentar o conceito de disciplina ao longo da história, correlacionando a historicidade desse termo até os dias atuais e como isso tem impactado as pessoas, principalmente no espaço escolar. É importante ressaltarmos que o termo disciplina, nesse contexto, será utilizado para referir-se ao processo de ensino e aprendizagem, à capacidade de seguir regras, manter o foco e a determinação em certas áreas do conhecimento, e ao conjunto de regras e normas que regem atividades ou grupos sociais, e não como um componente curricular, como, por vezes, é interpretado.

No segundo capítulo, levantamos questionamentos à luz das contribuições de Paula Sibilia e Demerval Saviani sobre a subjetividade nas redes sociais e a precariedade do ensino empresarial contemporâneo, fundamentado nos ideais neoliberalistas. O termo redes, utilizado no título, refere-se tanto às redes sociais quanto aos dispositivos eletrônicos, e explora o impacto desses elementos na vida das pessoas, inclusive dentro do ambiente escolar. A escola também será objeto de análise. Essa instituição, conforme Paulo Freire (1997), muitas vezes se encontra corroída pelo tempo e pela falta de investimentos em seu verdadeiro propósito, que é a busca pelo conhecimento científico e a elevação do ser humano.

É importante mencionarmos que, segundo o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004), o ensino propedêutico caracteriza-se por preparar os alunos para estudos mais avançados, como o ensino superior. Frequentemente, envolve o ensino de disciplinas gerais e fundamentais, como Matemática, Ciências, História, Línguas e outras que formam a base para futuras especializações acadêmicas. É um estágio educacional que visa fornecer aos estudantes as habilidades e os conhecimentos necessários para que possam progredir com sucesso em níveis mais avançados de ensino, auxiliando, dessa forma, na aquisição do conhecimento científico e preparando-os para uma carreira acadêmica.

Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia do Oprimido", de 1998, abordou a importância de discutir e implementar uma educação propedêutica, visando preparar os estudantes para o ensino superior e para uma compreensão mais profunda do mundo, diminuindo assim os abismos sociais que nos segregam. Segundo o autor, a aliança entre o ensino propedêutico e a disciplina pode ter um impacto muito positivo no discurso pedagógico, pois tem como objetivo preparar os alunos com as bases sólidas necessárias ao ingresso acadêmico. Assim, o aluno tem maior possibilidade

de perceber a aplicação prática do conhecimento fundamental em seus estudos, tornando o aprendizado mais significativo e responsável (Freire, 1998, p. 89).

No terceiro capítulo desta dissertação, buscamos destacar a importância da escola e da disciplina que conduz ao conhecimento científico, contrapondo-se à abordagem subjetiva e empresarial na educação, junto à ideia de uma escola sem paredes e de fluidez imediata. Ao concluirmos a análise dos dados observados, apresentaremos considerações e argumentações pessoais, desenvolvidas ao longo das pesquisas, das leituras e dos diálogos com o orientador.

Ao encerrarmos esta pesquisa, almejamos ter fomentado o pensamento e a discussão sobre a assertiva acerca da importância da escola e da disciplina acadêmica, conforme nos aponta Veiga Neto (2008, p. 35): “[...] a escola, ainda bastante vinculada aos modos de pensar e estar no mundo [...], ao mesmo tempo em que sofre as consequências da grande crise dos valores contemporâneos, contribui para que ela aconteça e vá adiante”.

Organizar uma pesquisa requer o entendimento dos limites tanto teóricos quanto metodológicos, visando extrair o máximo de possibilidades do tema proposto. Para viabilizar este estudo, foi fundamental reeducar os modos como percebermos e compreendemos a educação, especialmente porque somos produtos de uma abordagem neoliberalista. Para a adoção de uma perspectiva diferente sobre a escola, foi necessário envolvermo-nos em muitas leituras, discussões e debates com o orientador, delineando, gradualmente, os caminhos a serem percorridos. O campo de estudos, o foco da pesquisa e as metodologias abordadas foram fundamentais, e buscaremos resumi-los a seguir.

Imersos no campo dos Estudos Culturais, Educacionais, das Teorias e dos Processos Pedagógicos, nos deparamos com a necessidade de adotar uma multiplicidade de olhares, fazendo escolhas criteriosas sobre as prioridades e posições teóricas que melhor se adequassem aos objetivos propostos. Como afirmam Costa, Silveira e Sommer (2003, p. 39), os Estudos Culturais:

[...] são e sempre foram um conjunto de formações instáveis e descentradas. Há muitos itinerários de pesquisa e tão diferentes posições teóricas que eles poderiam ser descritos como um tumulto teórico. Tal tumulto teórico não permite a produção de qualquer pesquisa, o uso de qualquer metodologia, mas oferece um campo de conhecimentos que pode ser útil, no intuito de lançar questões e de propor reflexões acerca de problemáticas sociais, políticas, educacionais e pedagógicas.

Desse modo, as discussões em torno dos Estudos Culturais foram amplas. Abordamos sua história e trajetória, bem como seus desafios. Temas como identidade, diferença, representação, hibridismo e mestiçagem têm sido extensivamente explorados em pesquisas acadêmicas, sobretudo nas áreas da Educação e Pedagogia. Dentro desses campos, a escola é considerada um espaço significativo, merecendo atenção especial em relação às práticas que a constituem.

Como estratégia de análise, utilizamos as leituras realizadas ao longo de toda a dissertação, assim como as discussões com colegas, professores e orientador, para criarmos diversos registros. Nesta escrita, intentamos compreender as diversas relações presentes no contexto escolar, de modo a aprofundar a compreensão de seus impactos e como se interligam em uma rede disciplinar composta por diferentes técnicas, influenciando a formação dos indivíduos afetados por elas.

Após a delimitação do foco de discussão, iniciamos a produção dos dados. Sarmiento (2003, p. 167) afirma que, durante a etapa de investigação, ocorre uma situação em que a escolha do material adquirido, enquanto se está no campo, sempre ocorre por meio de comunicação. O pesquisador gera seus próprios dados por meio de diálogos, entrevistas, observações e várias formas de interação, compreendendo as diversas e variadas conexões que se cruzam. Destarte, o investigador não apenas coleta informações, mas também cria grande parte do seu material mediante a interação social com as pessoas envolvidas no local.

Por meio da aplicação dos fundamentos metodológicos dos Estudos Culturais, é possível adotar uma abordagem que se baseia na pluralidade, substituindo a concepção do indivíduo como uma entidade única e definitiva. Percebemos o indivíduo inserido em diferentes contextos e coletividades, que o influenciam de maneiras diversas, em tempos e condições específicas. A ação autorreflexiva desempenhada visa organizar e racionalizar ao máximo diante do imediatismo e da subjetividade contemporânea. Nesse sentido, ressaltamos a importância do conhecimento propedêutico e de como o ensino disciplinar pode funcionar como uma resistência à descaracterização dos princípios educacionais.

Assim sendo, ratificamos que o presente estudo está inserido no domínio da educação, adotando uma abordagem metodológica de natureza exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica, realizada manual e virtualmente. Como explica Severino (2007, p. 122), essa metodologia “Se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como

livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

Ao compreendermos a complexidade do cenário que se almeja investigar, com base na proposta apresentada e considerando as transformações históricas e dos impactos na existência dos indivíduos, verificamos que esta pesquisa estabelece uma conexão tanto com o campo da educação quanto com os Estudos Culturais. Nesse âmbito, alinha-se aos postulados do materialismo histórico-dialético, de acordo com as categorias metodológicas. Estas, conforme breve exposição por Severino (2007, p. 36), abrangem a totalidade, na qual o indivíduo não pode ser analisado de maneira isolada da sociedade. Portanto, devemos considerar a historicidade, que evidencia a interligação entre processos históricos de forma mais ampla; a complexidade, em que o real é compreendido como um fluxo contínuo de transformações; a dialeticidade, em que o desenvolvimento histórico está constantemente conectado a um processo complexo e não linear, construído a partir de conflitos permanentes; e a praxidade, revelando que os fenômenos humanos se interrelacionam e se desenvolvem por meio da prática histórica e social.

CAPÍTULO 1 – ENSINO DISCIPLINAR: A DISCIPLINA SOBREVIVERÁ?

*“A espantosa realidade das coisas
É a minha descoberta de todos os dias.
Cada coisa é o que é.
E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra
E quanto isso me basta”.*
(Alberto Caeiro [Fernando Pessoa], 1946).

Neste capítulo, procura-se discutir a consolidação da disciplina ao longo da história humana e sua subsequente transformação, explorando as perspectivas de Christian Laval (2019), Immanuel Kant (1960), Michel Foucault (2014) e Paula Sibilia (2012).

1.1 ENSINO DISCIPLINAR DO HOMEM: RIGOR E AUTOCONTROLE

Um dos grandes desafios da escola contemporânea é a habilidade de lidar com as rápidas mudanças na sociedade e com a crescente integração da tecnologia no cotidiano das pessoas. A garantia de que os alunos desenvolvam habilidades relevantes para o século XXI, tais como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração, é fundamental para atingir o conhecimento propedêutico. Além disso, outros desafios significativos dizem respeito à equidade, à inclusão e ao uso eficaz da tecnologia na educação.

Ronaldo Manzi (2023a), filósofo, psicanalista e estudioso da educação, alerta-nos sobre a disciplina, destacando a importância de encontrar um ponto de equilíbrio entre a imposição de regras e os limites necessários para um ambiente de aprendizado saudável, enquanto se incentiva a autonomia e responsabilidade dos alunos. Contudo, é natural questionarmos o futuro do ambiente escolar: será que a escola, com suas engrenagens enferrujadas e seus ideais subvertidos pelo ensino empresarial, ainda pode configurar-se como um espaço de aprendizagem e aprimoramento do conhecimento científico? Como a ideia de disciplina tem sobrevivido nestes tempos de dispersão no ambiente escolar?

Este estudo tem como objetivo compreender as relações de poder na educação, entendendo a escola e o ensino disciplinar como uma forma de resistência à subjetividade e à descaracterização dos princípios educacionais. Por meio de extensas leituras, procuramos compreender o ensino disciplinar acadêmico

como um ato de resistência ao subjetivismo e mercantilismo na escola contemporânea, fundamentando nossos argumentos em revisão bibliográfica e reflexão crítica.

Como objetivos específicos, buscamos entender a consolidação da disciplina na vida humana e sua transformação ao longo do tempo. Além disso, procuramos expor a subjetividade das redes e a precariedade do ensino contemporâneo. Por fim, intentamos evidenciar a importância da escola e do ensino disciplinar acadêmico, destacando os impactos da educação subjetiva e empresarial, abordando a fluidez imediata da escola sem paredes.

Por meio deste estudo, almejamos compreender como as mudanças na finalidade escolar têm influenciado a formação e a transformação dos sistemas educacionais. E mais, pretendemos analisar as interações complexas entre fatores econômicos, culturais e políticos presentes nas formas de educação e disciplina em diferentes épocas. Para alcançar tais objetivos, é preciso nos conscientizarmos das contradições e conflitos inerentes a esses sistemas, bem como das mudanças na concepção de conhecimento, autoridade e controle na história recente.

De acordo com Manzi (2023a), os iluministas, por exemplo, enfatizavam a importância de estudar e entender as leis naturais, a sociedade, a política e a economia por meio de métodos racionais e observacionais, buscando aprimorar a compreensão do mundo. De maneira geral, podemos afirmar que a disciplina envolvia a busca por conhecimento, a rejeição de dogmas e a promoção da liberdade intelectual. O projeto iluminista teve um impacto profundo na educação, promovendo ideias de razão, liberdade e conhecimento, com o propósito de formar um cidadão cosmopolita. Esse projeto incluía a importância da educação para todos, independentemente de classe social, e enfatizava o desenvolvimento do pensamento crítico e da ciência, em vez de apenas a memorização. Além disso, questionava dogmas religiosos, incentivando uma abordagem mais secular dentro da escola. Como visava formar um cidadão, a escola tornou-se relevante, sendo a disciplina um meio útil e necessário para a realização desse intento.

Inicialmente, para uma melhor compreensão da temática proposta, é imprescindível fazermos referência à visão de Immanuel Kant (1803/2002) sobre a disciplina, pois esse é o pensador iluminista que melhor nos mostra a ideia de como a disciplina é fundamental para a formação de um cidadão. Kant, figura proeminente na história intelectual da humanidade, foi um filósofo alemão do século XVIII.

Reverenciado como um dos pensadores mais notáveis da tradição filosófica ocidental, dedicou-se a construir os alicerces da filosofia como uma disciplina sistemática e de alta rigidez.

Kant (1803/2002, p. 39) afirmava que, antes de tudo, é importante estabelecer a obediência como parte do caráter da criança, especialmente do aluno. Para esse filósofo, a escola tinha a tarefa de disciplinar. Assim, a obediência poderia ser imposta por meio de coerção, ou seja, de forma totalitária; ou poderia surgir da confiança e ser baseada no raciocínio. Portanto, o autor defendia que a obediência voluntária é muito valiosa, mas a obediência imposta é fundamental, pois prepara a criança para cumprir as leis que ela terá de seguir como cidadã, mesmo que, por vezes, não concorde com elas.

No presente estudo, exploraremos a disciplina como o primeiro marco na reflexão sobre a educação em Kant. Também a destacaremos como a transformação mais significativa do processo educacional da época. Segundo Leonardo Rosa (2010), em seu estudo "Disciplina, o princípio da educação em Kant", o processo disciplinar é um momento de grande tensão, não apenas por ser o primeiro passo, como também por introduzir ao indivíduo uma realidade completamente diferente da vida natural em que estava inserido.

Para Kant (1803 *apud* Rosa, 2010), a disciplina seria um ponto decisivo no processo educacional, uma mudança drástica na vida do ser humano, que posteriormente lhe daria um rumo ao caminho do pensamento autônomo, passando do selvageirismo à verdadeira liberdade. O autor é enfático desde o início de sua obra "Sobre a Pedagogia", lançada originalmente em 1803, vejamos: "O ser humano é o único ser que necessita ser educado", e prossegue: "O ser humano não pode se tornar um verdadeiro ser humano senão por meio da educação" (Kant, 2002, p. 441 e 444).

Para ele, a educação é concebida como uma arte que tem a incumbência de desenvolver as inclinações naturais do ser humano, uma arte que questiona a natureza e nunca alcança um conhecimento absoluto, condição que, em sua concepção, apenas Deus pode alcançar. A educação, para o filósofo, não é uma ciência, e sim uma arte que envolve um processo de transformação, com vistas à evolução do ser humano, para que este se torne, verdadeiramente, humano.

Sua busca incessante pela clareza e coerência conceitual trouxe profundas contribuições para inúmeros campos do conhecimento humano – circunscrito pelos

parâmetros inerentes à razão humana, cujas estruturas, *a priori*, atuam como uma moldura que dá forma e ordena as percepções e experiências (Kant, 2002). Essas estruturas prévias, em seu âmago, constituem os fundamentos epistemológicos que delimitam a extensão do entendimento humano. Em outras palavras, são elas que determinam os limites e as possibilidades do conhecimento, conferindo-lhe tanto a sua natureza sistemática quanto suas restrições inerentes.

Além de suas obras filosóficas, Kant também abordou questões relacionadas com política, ética e religião. Seu pensamento influenciou profundamente a filosofia moderna e continua a ser estudado e debatido até os dias de hoje. Esse filósofo ofereceu importantes contribuições para a filosofia da educação. Isso porque, tinha uma visão da educação como meio essencial para o desenvolvimento pleno e autônomo do indivíduo. Acreditava que ela deveria capacitar os indivíduos a exercerem sua razão de forma autônoma, tornando-se sujeitos responsáveis e capazes de tomar decisões conscientes. No entendimento de Kant (2002), a educação deveria ir além da mera transmissão de conhecimentos e concentrar-se no desenvolvimento moral e intelectual dos alunos.

É importante destacarmos que ele enfatizou a relevância do cultivo da razão e do pensamento crítico, encorajando os estudantes a questionarem, refletirem e formarem suas próprias opiniões. Além disso, defendia que a educação é um processo contínuo, estendendo-se por toda a vida. Asseverou também que a busca pelo conhecimento e pela sabedoria deveria ser um compromisso constante, permeando todas as esferas da vida de um indivíduo, promovendo crescimento e aprimoramento contínuos. Enxergava na educação uma tarefa árdua para o homem, como explicitada na seguinte passagem: “Entre as descobertas humanas há duas difíceis, e são: a arte de governar os homens e a arte de educá-los” (Kant, 2002, p. 447). E ainda, defendeu a ideia de uma educação que incentivasse a liberdade e o respeito pela dignidade humana, acreditando que os indivíduos deveriam ser tratados como fins em si mesmos, e não como meros meios para atingir objetivos. Isso significava que a educação poderia promover o respeito pelos direitos e pela autonomia de cada pessoa.

Em suma, Kant (2002) concebia a educação como um processo vital para o desenvolvimento humano, destacando a autonomia, a formação moral e o respeito pela dignidade humana como princípios fundamentais a serem cultivados no ambiente educacional. A disciplina emerge como um elemento essencial nesse

processo, representando uma mudança significativa na vida do homem. Nesse momento, o indivíduo é exposto a uma realidade completamente diferente daquela que experimentava na natureza em que estava inserido.

É importante ressaltarmos que a disciplina é considerada o ponto decisivo no processo educacional kantiano. Trata-se de uma alteração radical que define a trajetória do ser, conduzindo-o de uma existência natural e instintiva para o caminho do pensamento autônomo, de modo a alcançar a verdadeira liberdade, que é a cidadania.

Em "Sobre a Pedagogia", o filósofo alemão aborda mais especificamente a educação, discorrendo sobre sua teoria educacional, afirmando que é a disciplina que faz do homem um verdadeiro ser humano. A plena evolução do indivíduo ocorre ao atingir o ápice de seu percurso, que se inicia por meio da disciplina e da coerção externa, interrompendo o curso natural da existência. O ser humano nasce sob a inclinação de uma liberdade sem regras, cômoda, que se satisfaz apenas com suas necessidades básicas sendo atendidas (Kant, 2002).

Ao abordarmos o tema da educação escolar e disciplina, é imprescindível explorarmos as percepções do ensino segundo a visão de Kant, uma vez que ele compreendia a pedagogia como transcendental aos preceitos práticos e metodológicos. Nesse contexto, é necessário examinarmos e concebermos a educação através da lente filosófica. A ideia subjacente a esse pensamento parte do pressuposto de que o indivíduo não nasce moral, mas torna-se moral por meio da educação. Segundo Kant (2002), a finalidade primordial da educação é despertar o caráter crítico e independente do aluno, ressaltando a importância de não apenas ser educado, mas também de aprender a pensar por si mesmo.

O filósofo delinea três características em seu conceito de educação, definindo-a como o cuidado da infância (conservação e trato), disciplina e instrução com formação. Dessa forma, o homem é considerado infante, educando e discípulo (Kant, 2002). A disciplina, portanto, desempenha papel fundamental no controle dos instintos animais do ser humano, garantindo que esta siga o caminho da razão. O verdadeiro desenvolvimento humano, como mencionado, é alcançado por meio da educação, destacando a centralidade da formação humana. Nesse sentido, a disciplina proporciona a necessária autodisciplina e racionalidade, permitindo que o ser humano, desde a tenra idade, pratique a liberdade. Isso, segundo o filósofo,

prepara as crianças para fazerem escolhas morais conscientes quando atingem a idade adulta.

A terceira qualidade da educação, conforme delineada pelo autor, é a instrução, que se caracteriza como um componente sempre positivo. Essa etapa não apenas engloba e incentiva a aquisição de conhecimentos, mas também estimula o desenvolvimento de determinadas qualidades ainda não adquiridas. Apesar de a disciplina se caracterizar pela negação da animalidade do homem, sua natureza não é restritiva, de maneira a impedir que a criança atinja sua meta humana. Pelo contrário, é por meio da disciplina que se inicia a infância, servindo, posteriormente, como meio para cultivar a autonomia do indivíduo, consolidando, assim, a cidadania.

Na perspectiva de Kant (2002), é preciso que o aluno, primeiramente, ceda sua liberdade aos outros. Somente após se acostumar com essa responsabilidade, ele estará apto a exercer sua liberdade e a obedecer a si mesmo. Esse processo educacional visa conduzir gradualmente a criança a desenvolver uma forma de obediência voluntária. Com base nessa perspectiva, o autor destaca três tipos de treinamento no âmbito educacional, quais sejam: o escolástico (mecânico), que aborda habilidades e requer uma abordagem didática; o pragmático, relacionado à prudência; e o moral, que se concentra na busca pela moralidade. A obtenção de educação ou treinamento é essencial para que uma pessoa alcance seus objetivos, conferindo-lhe valor como indivíduo. Esse treinamento proporciona prudência ao aluno, elevando seus pensamentos e preparando-o para a cidadania, ao conferir-lhe valor social. Dessa forma, ele aprende a utilizar a sociedade civil para seus propósitos e a se adaptar ao meio social. Por fim, a educação moral confere um valor que transcende à espécie humana.

Com base nessa visão, o filósofo argumenta que a educação deve considerar a natureza disciplinar da pessoa, necessitando desenvolver o lado moral e ético do sujeito por meio do processo educativo. Para o autor, a pessoa deve submeter-se à disciplina. Assumir a disciplina, seja na vida individual, seja na coletiva, implica obstruir as peculiaridades animais da pessoa e sobrepor o que é próprio do homem, isto é, viver em sociedade segundo leis morais. Desse modo, a disciplina não se restringe simplesmente ao cumprimento de normas externas, mas tem um propósito maior: promover a autodisciplina e a autonomia moral junto aos estudantes.

Kant (2002) defendia que a disciplina escolar deveria estar fundamentada em princípios racionais e universais, transcendendo a mera imposição de autoridade

arbitrária. Enfatizava, ainda, que os educadores deveriam estabelecer normas e limites claros, consistentes com os princípios éticos e morais universais. Essas normas, fundamentadas na razão, visavam cultivar o respeito mútuo, a cooperação e o bem-estar coletivo. Ademais, argumentava que a disciplina deveria servir como uma ferramenta para auxiliar os estudantes no desenvolvimento da capacidade de autorregulação e autocontrole, a fim de agirem de acordo com princípios morais internos.

Assim, conforme o filósofo, a disciplina, no ambiente escolar, precisava ultrapassar as meras imposições externas de autoridade. Seu objetivo primordial era promover a autodisciplina e a autonomia moral nos alunos, auxiliando-os a se tornarem indivíduos autônomos e responsáveis, ou seja, cidadãos capazes de cumprir seus papéis na sociedade. Sob essa ótica, a disciplina deveria ser direcionada para o desenvolvimento do caráter moral e da capacidade de autogoverno dos estudantes, pois apenas quando o homem faz com que sua razão determine sua liberdade é que se encontra a liberdade moral – a finalidade última de todo ser racional. Vislumbramos, dessa forma, uma educação emancipadora, que eleva o homem em sua condição. Para tanto, isso requer um processo que transforme de forma drástica a condição primordial de nossa existência.

Para os filósofos iluministas, incluindo Kant, a transição da minoridade para a maioria era considerada um processo positivo e necessário. Nesse contexto, a minoridade era concebida como uma forma de dependência intelectual, uma vez que se acreditava que o infante ainda não era capaz de pensar por si mesmo. Por conseguinte, ele era submetido à orientação de autoridades externas, como a família, o governo ou a Igreja.

"*Sapere aude!*", que significa "Ouse saber!", famosa frase proferida por Immanuel Kant, refere-se à transição da minoridade para a maioria. Kant (2002) entendia que esse era um marco de emancipação e autodeterminação. Para ele, um dos grandes benefícios alcançados com a maioria era a libertação da tutela intelectual e a busca pela autonomia moral e intelectual, algo muito difundido pelo Iluminismo, que promovia o uso da razão e a emancipação das mentes humanas. Nesse sentido, a capacidade de pensar por si mesmo seria um passo fundamental em direção ao esclarecimento e à liberdade intelectual. Agora, não mais um infante, o homem deveria, a partir desse momento, agir de acordo com a racionalidade,

tomando suas próprias decisões, independentemente da influência de outros, assumindo sua autonomia moral e suas convicções éticas.

A condição da minoridade, na qual o ser humano se encontra no início de sua vida e que tem origem na natureza, deve ser afastada pela disciplina, de modo a alcançar um novo estágio. A disciplina, que, segundo Kant (2002), não deve ser entendida como mero adestramento, garante uma preparação adequada para que a criança receba a instrução, mas não se limita a uma etapa específica ou período determinado, posto que ela permeia todo o processo educacional.

À luz desse entendimento, é importante nos atentarmos à condição original do homem, que se assemelha à dos animais, os quais já nascem sendo tudo o que podem ser. O que rege os animais é o instinto. Ao contrário, o homem não possui essa limitação que confere aos animais um estado finalizado. O homem é inacabado, e essa condição traz consigo a necessidade de desenvolvimento. Assim como a natureza dota os animais de instintos, ela também oferece ao ser humano a possibilidade de usar a razão.

Para Kant (2002), o homem deve sofrer coerção desde a tenra idade. Na contemporaneidade, o termo coerção nos remete a algo penoso, uma espécie de castigo ou obrigação. No entanto, após extensas leituras e reflexões, entendemos que o filósofo citado valorizava a liberdade e a autonomia individual. Ele acreditava que as pessoas têm dignidade inerente e devem ser tratadas como fins em si mesmas. Acreditamos, assim, que as crianças precisam ser educadas, compreender a necessidade de traçar objetivos e desenvolver uma disciplina normatizadora em suas vidas para alcançá-los.

Ao asseverar que o homem deve sofrer coerção, Kant (2002) direciona sua teoria educacional para a criança. No entanto, a criança nasce sob o domínio de suas inclinações, o que pode ser considerado um estado selvagem, sem regras, ou melhor, uma liberdade desenfreada. Nesse estado selvagem, comum aos animais, ela age de acordo com seus desejos e caprichos. Surge, então, a necessidade de estabelecer uma ordem para evitar que a criança se desvie de seu caminho em direção à humanidade. Como afirma o autor: “A disciplina é o que impede o homem de se desviar de seu destino, de se afastar da humanidade, através de suas inclinações animais” (Kant, 2002, p. 442).

Ele argumenta que a disciplina deve ser imposta o mais cedo possível, pois, no futuro, a tarefa se tornará impossível, uma vez que “o homem é tão naturalmente

inclinado à liberdade que, depois de se acostumar a ela por um longo tempo, sacrifica tudo a ela” (Kant, 2002, p. 442). Na verdade, ele discute a possibilidade de instituir e até corrigir a cultura posteriormente, ao contrário da disciplina, que só encontra lugar na mais tenra idade e se torna inútil após essa fase.

O processo educativo kantiano tem como ponto de partida a formação do indivíduo para a convivência social, buscando a transformação da coação externa em liberdade e autonomia. Nesse sentido, busca converter a disciplina imposta ao educando em uma coação interna progressiva, permitindo que ele estabeleça suas próprias leis e viva em conformidade com esses princípios. Essas leis, fundamentais para a humanização e a promoção da convivência social, não se aplicam apenas ao indivíduo em questão, mas se estendem a todos os outros membros da sociedade, conforme expresso por Kant (2003, p. 81), ao descrever a fórmula do imperativo categórico: "Age segundo máximas que possam simultaneamente ter-se a si mesmas por objeto como leis universais da natureza".

Sob essa ótica, apenas alguém esclarecido será capaz de disciplinar, tornando o esclarecimento um fundamento necessário para a disciplina. Isso representa um percurso inverso ao realizado pela disciplina, a qual se estabelece como fundamento para a possibilidade do esclarecimento. No entendimento kantiano, o ciclo composto pela disciplina e pelo esclarecimento caminha em direção à consolidação da moralidade, sendo que a formação moral só encontra possibilidade por meio da disciplina. Como consequência, a moral acaba por moldar o caráter, tornando-se essencial para que os homens possam estabelecer um estado de humanidade.

Concordamos com o filósofo quanto à importância da disciplina para a formação moral. No entanto, ressaltamos que outros aspectos também são relevantes, como a educação ética, que privilegia alguns valores, como o respeito, a responsabilidade e a empatia. Ademais, é preciso contarmos com exemplos de figuras de autoridade, como a influência positiva da família e da comunidade. Por fim, compreendemos a necessidade do estímulo à reflexão pessoal, promovendo o pensamento coletivo. Com isso, serão desenvolvidas bases sólidas para a construção de valores morais, que contribuem para a autorregulação.

1.2 DISCIPLINA COMO INSTRUMENTO DE DOCILIZAÇÃO

Como havíamos mencionado, para os Iluministas, a disciplina na escola estava fundamentada na ideia de que a educação deveria libertar a mente humana das amarras da ignorância e do obscurantismo, promovendo a busca pelo conhecimento e formando indivíduos críticos e esclarecidos.

Ao explorarmos uma perspectiva histórica, encontramos outro momento relevante para entendermos a disciplina, representado por Louis Althusser, filósofo marxista e teórico social. Em seus estudos, ele desenvolveu o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), argumentando que instituições como a educação e a mídia desempenham papel crucial na reprodução das estruturas de poder e na manutenção da dominação das classes dominantes.

O século XX testemunhou o surgimento de sistemas sociais e políticos que buscavam controlar a sociedade de maneira sutil. Essa abordagem foi viabilizada por meio da implementação de instituições como a educação e a mídia, as quais moldaram as mentalidades e comportamentos das pessoas, servindo aos interesses do poder dominante, conforme argumentado por Althusser (1985) em seu livro “Aparelhos Ideológicos do Estado”.

Althusser (1985) defendia que, além do esquema repressivo do Estado, que contava com a polícia e o exército para manter o controle social, existiam os AIE. Esses aparelhos tinham como objetivo moldar as mentalidades e os comportamentos das pessoas, visando convencê-las a servirem indistintamente e sem questionamentos aos interesses do poder dominante.

O grande propósito era que às classes dominantes coubesse o papel de reproduzir e reforçar as relações de classe, promovendo valores, crenças e normas para sustentar o *status quo* e a hierarquia social. Dentro desse sistema, Althusser (1985) também desenvolveu o conceito que denominou de interpelação. Ele descreve como as instituições ideológicas podem atribuir às pessoas determinadas identidades ou papéis sociais, criando, assim, cidadãos obedientes ou trabalhadores produtivos. Nesse sistema, as pessoas são envolvidas por uma falsa consciência, acreditando que suas crenças e valores são naturais e universais. No entanto, na realidade, estão apenas servindo aos interesses das classes dominantes. Podemos afirmar que os estudos e as teorias de Althusser contribuíram significativamente para a compreensão crítica das estruturas de poder e influência na sociedade.

Outro pensador relevante foi Michel Foucault (1987), um intelectual francês que desempenhou papel significativo nos âmbitos da Filosofia, da História e da Teoria Social. Reconhecido como uma das figuras mais influentes no pensamento contemporâneo, Foucault abordou temas diversos em sua obra, como poder, conhecimento, história, sexualidade, instituições sociais e práticas discursivas.

No século XX, a disciplina ganhou força na educação, mas o ideal iluminista de formar cidadãos pareceu perder sua posição central como meta educacional. Embora os discursos educacionais ainda enfatizassem esse ideal, Foucault (1987) revelou uma realidade diferente. A era da industrialização e da mão de obra introduziu um novo propósito para a escola: criar o que ele denominou de corpos dóceis, funcionários capazes de aprender e obedecer às novas demandas fabris, servindo fielmente ao poder. Nesse momento, os ideais iluministas, que pregavam liberdade e racionalidade, apesar de presentes nos discursos, não eram praticados nas escolas. Surgiram, assim, novos ideais, alinhados com as exigências fabris emergentes.

A implementação de instituições, como a educação e a mídia, conforme pontuamos anteriormente, moldou mentalidades e comportamentos para atender aos interesses do poder dominante. Esses valores internalizados resultaram em uma disciplina dócil e massiva, em que normas e valores foram internalizados, limitando a resistência e mantendo a estabilidade do poder. A escola, por sua vez, alterou sua finalidade. Se antes a ideia era construir cidadãos capazes de mudar a si mesmos e o mundo ao seu redor, a ênfase recaiu, no século XX, sobre a ideia de formar pessoas para atender às demandas fabris; indivíduos dóceis e preparados para o trabalho e o consumo.

Nesse contexto, a concepção de disciplina também mudou. Foucault (1987) propõe uma reflexão sobre como esse novo modelo disciplinar foi instaurado, reproduzindo-se em todos os domínios da vida (hospitais, fábricas, exército, dentre outros). Era necessário ter pessoas disciplinadas para que a mão de obra pudesse funcionar.

No que diz respeito à disciplina, Foucault (1987) chama nossa atenção e propõe uma reflexão sobre como a disciplina escolar exemplifica a forma sutil como o poder opera, influenciando mentes e corpos dos indivíduos para que se conformem às normas sociais, perpetuando, desse modo, as estruturas de poder existentes. O autor examina a transformação das técnicas de disciplina e controle

social na sociedade moderna. Ele descreve uma mudança fundamental nas práticas de punição ao longo da história: no passado, as punições eram, em suma, públicas e corporais, com o firme propósito de acertar contas sobre possíveis delitos por meio de dores físicas e corporais. Na contemporaneidade, a punição tornou-se mais sutil e um pouco menos visível.

Foucault (1987) observa que a disciplina passou a funcionar como uma técnica de controle social. Não basta mais punir o corpo; é necessário moldar e governar os indivíduos. Nesse sentido, ele faz uma descrição de como escolas, exércitos e prisões adotaram métodos disciplinares para treinar e normalizar os comportamentos das pessoas. Essa disciplina não se restringiria mais à correção de maus comportamentos, estendendo-se a todos os aspectos da vida social.

O uso de técnicas de vigilância constante, imposição de hierarquia, exames regulares e treinamentos meticulosos por parte das instituições disciplinares possibilitou a criação de corpos dóceis, ou seja, indivíduos obedientes, controlados e submissos às normas e autoridades. Essas transformações nas práticas de controle social têm implicações profundas na compreensão do poder e da governança. Diante disso, três estratégias empregadas por essas instituições disciplinares se destacam, a saber: a observação e a hierarquia, os exames e as avaliações, a normalização e a comparação (Foucault, 1987).

Com relação à observação e à hierarquia, ele argumenta que as instituições disciplinares, como escolas, fábricas e prisões, fundamentam-se em uma hierarquia rígida, em que a autoridade se encontra no topo. Supervisores, professores, chefes e guardas monitoram de perto as atividades individuais, gerando uma constante sensação de observação. Isso tem o propósito de internalizar as normas e promover a autodisciplina (Foucault, 1987).

Sobre os exames e as avaliações, Foucault (1987) os considera como ferramentas essenciais de controle, pois não apenas medem o desempenho dos indivíduos, mas também estabelecem metas e padrões a serem alcançados. Os exames criam expectativas, transformando os indivíduos em competidores disciplinados.

No tocante à normalização e à comparação, Foucault (1987) afirma que essas estratégias envolvem a criação de padrões normativos de comportamento. As instituições disciplinares constantemente comparam os indivíduos, classificando-os

em relação aos padrões preestabelecidos. Isso resulta na formação de uma hierarquia de mérito, incentivando a conformidade com as normas estabelecidas.

Foucault (1987) trouxe para discussão o conceito de panoptismo, um modelo de controle social baseado na vigilância constante e no autocontrole dos indivíduos. Com a vigilância ubíqua, cria-se a sensação de monitoramento constante, estabelecendo um estado de autocontrole. Com relação ao autocontrole, pela impossibilidade de prever quando está sendo observado, surge a regulação do próprio comportamento, internalizando a disciplina. Por fim, mas não menos importante, tem-se a eficiência disciplinar: o panóptico revela-se altamente eficiente, exigindo menos pessoal para regulação e supervisão, promovendo a conformidade e a obediência em todos os aspectos da vida cotidiana.

Em suas observações sobre o ambiente escolar, ele descreveu como esse sistema funcionava, propondo uma reflexão sobre como os currículos eram construídos para refletir as normas e os valores da sociedade dominante, reafirmando as relações de poder exercidas diariamente nas interações cotidianas. Assim sendo,

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo [...] (Foucault, 1987, p. 119).

O autor propõe uma reflexão sobre a manifestação da disciplina em seu tempo. Ele descreve, ao longo de suas obras, como o poder disciplinar atua, promovendo a massificação e a docilização das pessoas nos diversos ambientes em que estão inseridas. Na instituição educacional, o poder se manifesta mediante a imposição disciplinar. Neste presente estudo, uma categoria-chave de análise é o poder disciplinar. Quando Foucault (1987, p. 186) afirma a necessidade de estudar o poder “a partir das técnicas e táticas de dominação”, ele direciona o olhar para o cotidiano da escola e da sala de aula, possibilitando-nos uma compreensão mais aprofundada da disciplina como dispositivo de poder escolar, isto é, “como uma tecnologia específica de poder que permeia a vida na escola em seu tempo, espaço e movimento diuturno”.

Foucault (1987) descreve algumas atividades praticadas pelos militares e pelos alunos na França e na Espanha, nos séculos XVII a XIX, a fim de analisar as

manifestações de poder por meio do movimento disciplinar. Ele apresenta as estratégias e técnicas empregadas para treinar soldados e alunos, utilizando o que ele denomina de exercício. Segundo o autor, por meio desse método, as corporações designam atividades repetitivas e distintas, porém cada vez mais desafiadoras:

Antes de tomar essa forma estritamente disciplinar, o exercício teve uma longa história: é encontrado nas práticas militares, religiosas e universitárias, tornando-se tarefa de complexidade crescente, que marca a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento (Foucault, 1987, p. 146).

Uma das contribuições fundamentais do autor reside em sua análise crítica das intrincadas relações de poder e das diversas modalidades pelas quais elas se manifestam em contextos variados, como instituições sociais, estabelecimentos prisionais, unidades hospitalares e ambientes escolares. Para esse filósofo, o poder não está concentrado em uma única autoridade, mas se materializa por meio de práticas e estruturas sociais. Desse modo, explorou o conceito de biopoder, que engloba os mecanismos e as técnicas de controle empregados sobre os corpos e a vida dos indivíduos (Foucault, 1987).

Outro aspecto de interesse substancial para ele foi a relação entre o conhecimento e o poder, defendendo que o conhecimento não é desprovido de parcialidades; ao contrário, está entrelaçado com relações de poder, sendo instrumentalizado como forma de exercício de controle sobre os sujeitos. Foucault (1987) questionou as concepções tradicionais de verdade e as práticas discursivas moldam a apreensão da realidade. Seu legado teve um impacto considerável nos campos da Filosofia, da Teoria Social, das Ciências Humanas e dos Estudos Culturais, com influência nos debates e nas reflexões críticas até os dias atuais.

Com relação ao nosso foco nesta pesquisa, entendemos que esse filósofo contribuiu significativamente com a educação. Por meio de suas observações, questionou duramente as estruturas tradicionais de poder e conhecimento na educação de sua época, enfatizando como o sistema educacional pode ser usado para exercer o controle social. Sua ideia de microfísica do poder aborda como as relações de poder operam em níveis sutis nas instituições educacionais. Foucault (1987) também explorou como as práticas disciplinares moldam os corpos e mentes dos alunos, destacando a importância de normas, regras e vigilância no ambiente

escolar. Além disso, trouxe à tona a noção de dispositivo, referindo-se às redes complexas de poder, conhecimento e práticas que, segundo suas observações, moldavam as experiências educacionais no início do século XX. Sua abordagem crítica em torno da educação evidenciou a importância de observarmos com atenção as entrelinhas das normas sociais e dos discursos dominantes, sempre que possível, questionando-os. Nesse sentido, encorajava uma perspectiva mais reflexiva e questionadora por parte de educadores e alunos.

As observações desse filósofo influenciaram a maneira como percebemos as instituições educacionais e continuam a nos fazer refletir sobre as relações de poder presentes nesses contextos. Segundo Foucault (1987), a disciplina é uma técnica de poder que molda os indivíduos ao utilizar uma anatomia política do corpo como base. A distribuição e organização dos corpos em um espaço específico os tornam úteis e dóceis, de modo a constituir uma subjetividade docilizada. Nesse sentido, o autor apresenta uma genealogia do que poderia ser denominada de alma moderna, por meio da história das técnicas disciplinares de poder que atuam sobre o corpo. Ele alerta que essa alma, também chamada de consciência, psique, subjetividade, não é uma realidade preexistente sobre a qual os mecanismos punitivos atuam; ela só se constitui como alma porque há um investimento político sobre o corpo.

Em fábricas, escolas, hospitais, conventos, regimentos militares ou prisões, há sempre uma busca por constituir uma anatomia política mediante a distribuição espacial dos indivíduos e do controle de suas atividades, visando extrair deles a máxima utilidade. Considerando o corpo como um elemento essencial do comportamento e das forças combinadas, é viável treiná-lo e usá-lo de maneira proveitosa. Isso porque, a estrutura política do corpo cria identidades funcionais e adaptadas por meio de cuidados minuciosos e investimentos precisos. Por isso, a ênfase nos pequenos gestos e na atenção aos detalhes.

Uma das importantes reflexões feitas por Foucault (1987) diz respeito à descrição dos mecanismos do que denomina de microfísica do poder: uma combinação entre vigilância hierárquica e a sanção normalizadora que converge para o exame disciplinar. O exemplo ideal para ilustrar sua ideia encontra-se em “O Panóptico”, de Jeremy Bentham, sendo esse o paradigma máximo da economia do poder moderno:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. [...] O Panóptico é uma máquina de dissociar o para ver-se visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (Foucault, 1987, p. 165-166).

A efetividade desse paradigma arquitetônico reside em sua habilidade de exercer o poder de maneira fictícia, substituindo a violência por uma coerção implícita. A clara e organizada arquitetura do panóptico permite a distribuição de um olhar hierárquico, no qual os indivíduos são constantemente observados, sem terem o conhecimento preciso dos momentos em que estão sob vigilância. Essa dissociação entre a ação de observar e ser observado cria uma máquina de poder que opera de forma múltipla, automática e anônima.

A vigilância, nesse contexto, consiste em uma estratégia de distribuição do olhar que acompanha a normalização disciplinar. A norma disciplinar transcende a punição jurídica e se estende por toda a existência humana, permeando o cotidiano e moldando as condutas por meio de pequenas correções e recompensas. Enquanto a lei se aplica apenas quando há transgressão, a norma disciplinar busca evitar comportamentos perigosos e se manifesta por meio de controles espaciais e temporais.

Essa norma disciplinar tem um alcance mais amplo do que a própria lei nas sociedades modernas. Ela homogeneiza e individualiza os sujeitos, estabelecendo graus de normalidade e criando uma multiplicidade de categorias, dividindo os indivíduos entre normais e anormais. Mesmo dentro de corpos sociais homogêneos, a norma continua a operar, definindo e situando cada um em seu devido lugar.

Assim, a vigilância hierárquica, aliada à sanção normalizadora, forma o exame disciplinar – uma técnica de extração da verdade presente nas instituições modernas. Enquanto o inquérito busca a verdade constatada ou atestada, o exame vai além e problematiza o sujeito, preocupando-se com a normalização e a transformação dos indivíduos, funcionando como um mecanismo de controle e vigilância, classificando

as condutas em termos de comportamento adequado ou desviante, sanidade ou doença mental.

O exame também desempenha um papel essencial na produção de saberes nas ciências humanas. Ao estudar o desenvolvimento infantil para compreender o adulto ou analisar o delinquente para definir os limites do cidadão normal, ele transforma os indivíduos em casos específicos, objetos de um saber possível. Destarte, o sujeito moral ou de direito é uma construção da disciplina, uma tecnologia de poder que molda e reproduz normas específicas.

Foucault (1987) argumenta que, nesse contexto, é difícil atribuir ao sujeito o fundamento de qualquer norma. O indivíduo moderno é um efeito das tecnologias disciplinares, que são legitimadas e reproduzidas por saberes humanos determinados e institucionalizados. Segundo o autor, a disciplina usa a vigilância como um dos principais mecanismos para alcançar seus objetivos. Isso mostra que os efeitos do poder, como o controle sobre nossos gestos e comportamentos, são produzidos não apenas por meio de violência e força, mas também – e principalmente – pela sensação de estarmos sendo observados.

Portanto, não devemos confundir a sociedade disciplinar com uma em que todos se vigiam constantemente, como se houvesse um aumento no número de guardas e autoridades disciplinadoras. Na verdade, nas instituições de vigilância, cada vez menos esses personagens são necessários.

Importa deixarmos claro que o poder disciplinar é de natureza econômica. Ele se aproveita de espaços arquitetônicos organizados para aumentar e facilitar a sensação de vigilância múltipla, detalhada e minuciosa de cada indivíduo que compõe seus interiores. Nesse sentido, hospitais, fábricas e escolas funcionam como microscópios do comportamento humano, permitindo que um único olhar abarque tudo, de forma permanente. No entanto, esse olhar não precisa necessariamente ser o de uma pessoa, uma vez que o importante não é que alguém esteja de fato vendo. O olho anônimo do poder e sua estrutura arquitetônica impulsionam o indivíduo a se autodisciplinar.

Foucault (1987) ilustra como a disciplina opera na sociedade moderna, abusando do poder por meio de instituições, como escolas e prisões, e utilizando a punição como conjunto de técnicas e estratégias para controlar, normalizar e moldar os corpos e comportamentos das pessoas. Nessa ótica, podemos afirmar que a Era

Moderna é caracterizada pela disciplina, entendida como o meio de dominação para domar o comportamento humano, sendo esta a lógica predominante na educação.

Sob essa perspectiva crítica acerca da disciplina escolar, Foucault (1987) descreve as práticas disciplinares como mecanismos de controle e poder. Ele observa e enfatiza que, na escola, a disciplina não se limita apenas ao cumprimento de regras externas; é uma forma de exercício do poder que molda e controla os corpos e comportamentos dos indivíduos. Para o filósofo, a disciplina nesse ambiente opera por meio de técnicas e estratégias de vigilância, normalização e punição. Ele descreve o funcionamento do poder disciplinar nas salas de aula, nos horários, nos uniformes, nas avaliações e nas hierarquias de autoridade. Essas práticas disciplinares visam moldar os corpos e comportamentos dos alunos de acordo com as normas estabelecidas, promovendo a conformidade e a submissão.

Para Foucault (1987), a disciplina na escola não apenas regula o comportamento individual dos alunos, mas também molda sua subjetividade e identidade. Ele chama a atenção para como a disciplina contribui para a criação de corpos dóceis e obedientes, que se conformam às normas estabelecidas pela sociedade. No entanto, não considera a disciplina nessa instituição como algo intrinsecamente negativo. Pelo contrário, reconhece que a disciplina pode ser necessária para o funcionamento das instituições educacionais e para a socialização dos indivíduos. Contudo, destaca a importância de uma análise crítica das práticas disciplinares e de como elas podem ser utilizadas como formas de controle e poder.

Por essa razão, Foucault (1987, p. 146) refere-se à escola como uma das "instituições de sequestro", pois ela retira os alunos de seu ambiente para trancá-los e domesticá-los em determinados recintos, conforme desejado pela sociedade. Antes, a escola era um lugar de punição; nos tempos modernos, tornou-se um local de domesticação, seguindo o modelo do sistema prisional. Por conseguinte, o objetivo principal da disciplina escolar, na visão desse autor, é forçar as pessoas a se conformarem com as regras da esfera ideológica e econômica.

Com isso, há a normalização ideológica dos fundamentos das relações sociais, contribuindo para evitar crises institucionais. Como o mecanismo cognitivo pedagógico ideológico funciona na escola, esta cumpre a função de transmitir valores institucionais ideológicos, beneficiando a produção liberal (Foucault, 1987). Nesse contexto, a punição do aluno é realizada pelo mecanismo cognitivo processual, por meio da transferência de conteúdo ideológico. Se o aluno não

aprende o suficiente para absorver o conteúdo proposto, ele é reprovado, causando prejuízos sociais, como a perda de seu lugar no mundo do trabalho. Com efeito, a punição é aplicada ao corpo.

Em suma, esse filósofo observa e descreve a disciplina na escola como uma manifestação do exercício do poder que molda e controla os corpos e comportamentos dos indivíduos. Ele enfatiza como essas práticas disciplinares podem influenciar a subjetividade e a identidade dos alunos. Ao compreender essas dinâmicas, nós, educadores, somos convidados a repensar as abordagens punitivas na escola, buscando métodos mais eficazes de disciplina que possam promover o desenvolvimento pessoal e social de nossos alunos, em vez de simplesmente aplicarmos castigos e vigiarmos comportamentos julgados, muitas vezes, de forma errônea, como inadequados. Diante disso, podemos afirmar que o pensamento desse autor nos oferece *insights* sobre como criar ambientes educacionais mais justos e produtivos.

1.3 AS NOVAS DIREÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nos últimos anos, o panorama global tem testemunhado significativas mudanças e avanços, sendo a evolução das tecnologias da informação identificada como um dos principais impulsionadores dessas transformações, equiparada, muitas vezes, a uma terceira Revolução Industrial, como pontuado por Costa (2002, p. 198):

[...] tal como a primeira Revolução Industrial deu origem a um longo processo de mudanças que resultou na emergência do homem do século XX, a Revolução da Internet desencadeou um processo de transformações, ainda em curso, que está gerando o homem do século XXI.

Observamos, ao longo da história, que a alteração da finalidade também acarreta redefinição do conceito de disciplina. Essa constatação nos instiga a refletir sobre a possibilidade de a disciplina não ser a principal responsável pelos desafios enfrentados no ambiente escolar. Ao sustentarmos a disciplina como um ato normalizador na esfera educacional, não visamos apenas a modelagem do indivíduo para sua emancipação, conforme preconizado durante o Iluminismo. De maneira análoga, não compete à instituição escolar a tarefa de formar corpos submissos e maleáveis para a adoção de ideologias de uma classe dominante. Desse modo, é

necessário compreendermos a finalidade da instituição educacional na contemporaneidade.

Nesse contexto, é relevante elucidarmos, com base em Dermeval Saviani (1995, p. 29), professor, filósofo e pedagogo brasileiro, que “o clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir”. Dessa forma, podemos verificar que a função da escola é viabilizar os meios para a aquisição do conhecimento científico sistematizado, contribuindo para a formação do sujeito. A partir desse princípio, deduzimos que a finalidade primordial da escola é promover o conhecimento científico, tornando necessário repensarmos qualquer ideal externo à instituição (como a sociedade e o mercado de trabalho). Nesse contexto, o resgate da disciplina no ambiente escolar configura-se como meio para o alcance dessa finalidade.

Estudar transcende a mera memorização de regras ou aceitação de leituras do livro didático. O termo "estudo" refere-se a um processo intencional e organizado de aquisição de conhecimento ou compreensão de um conteúdo específico, envolvendo investigação, análise e reflexão. O propósito é aprender, cultivar a criticidade e aprimorar habilidades. A prática do estudo requer metodologia, onde o estudante escolhe a melhor abordagem para explorar seu objeto de estudo, seja através da leitura, pesquisa, experimentação prática, entre outras formas.

O estudo precisa ter objetivo claro, uma vez que o foco é a aquisição ou a ampliação de conhecimento. Além disso, é necessário dedicação de tempo e energia, posto que o ato de estudar demanda empenho e esforço. Se a finalidade do estudo é adquirir conhecimento científico, aprimorar a compreensão de fatos ou desenvolver habilidades, o estudante deve manter-se fiel ao seu propósito, eventualmente renunciando a outros compromissos que possam desviá-lo do processo de aprendizado. Nesse sentido, é fundamental estabelecer um propósito individual para alcançar metas acadêmicas ou profissionais, garantindo a realização dos objetivos estabelecidos.

É relevante destacarmos que o estudo promove a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de competências ao longo da vida. Suas aplicações são diversas, abrangendo desde a educação formal, em escolas e universidades, até a aprendizagem autodidata, em ambientes domésticos, por exemplo. O hábito de estudar é fundamental para o crescimento intelectual, a resolução de desafios e o aprimoramento pessoal.

Mencionamos que alguns estudiosos negam veementemente a necessidade de criar hábitos disciplinares dentro do ambiente escolar. Essa posição implicaria a necessidade de repensar a educação. Caso a finalidade da escola não seja a de estabelecer o conhecimento propedêutico, uma mudança nessa finalidade atribuiria outro sentido à educação.

Nesse contexto, a análise de Sibilía (2012) é fundamental. Essa renomada educadora, socióloga e pesquisadora argentina tem contribuições significativas para o campo da educação, especialmente nas áreas da comunicação, cultura e tecnologia. Seu trabalho evidencia como essas áreas se intersectam e influenciam a educação contemporânea. A notoriedade dessa autora reside em suas análises críticas em torno das tecnologias digitais e seus impactos na educação, explorando como elas moldam as relações sociais, os processos de aprendizagem, e as implicações políticas e culturais das diversas transformações ocorridas. Ademais, sua obra investiga as relações entre o corpo, a identidade e a educação.

Sibilía (2012) questiona o descompasso entre a herança kantiana e a nossa sociedade, bem como as ideias de Foucault sobre a disciplina dos corpos dóceis, considerando que esses pensamentos não se aplicam mais ao contexto atual. Em uma sociedade do controle, a necessidade de se destacar e ser visível nas redes sociais pode ser compreendida como uma resposta a essa dinâmica de dispersão. Vivemos em uma era de dispersão, e talvez seja necessário reconsiderar a ideia de disciplina como meio de recuperar a atenção e o interesse nas questões educacionais. Essa abordagem pode representar uma forma de resistência à subjetividade dispersa, tão adaptada aos meios midiáticos contemporâneos.

A referida socióloga questiona as concepções normativas e estereotipadas de gênero, sexualidade e aparência, contribuindo para uma compreensão mais ampla das complexidades envolvidas na formação de identidades na sociedade contemporânea. Além disso, ela examina criticamente como os meios de comunicação de massa, como a televisão e a internet, afetam a educação.

Sibilía (2012) explora as implicações culturais e sociais das representações midiáticas e a influência delas na formação de conhecimentos e valores nas novas gerações. Seu trabalho também destaca os desafios enfrentados pela educação em um contexto de crescente digitalização e globalização. Ao analisar como a cultura digital e as redes sociais impactam a forma como os jovens aprendem, se

relacionam e constroem o conhecimento, ela ressalta a importância de repensar os métodos pedagógicos para promover uma educação crítica e reflexiva.

Assim, numa sociedade fortemente mediatizada, fascinada pela incitação à visibilidade e instada a adotar com rapidez os mais surpreendentes avanços tecno-científicos, em meio aos vertiginosos processos de globalização de todos os mercados, entra em colapso a subjetividade interiorizada do 'homem máquina', isto é, aquele modo de ser trabalhosamente configurado nas salas de aula e nos lares durante os dois séculos anteriores (Sibilia, 2012, p. 49).

Atualmente, vivemos na era da tecnologia e da rapidez da informação, em que todas as experiências são compartilhadas. Surge a ideia na sociedade de aquilo que não é postado não foi vivido. Assim, as redes sociais tornaram-se o palco da vida privada das pessoas. Nesse contexto, o culto à performance individual deve ser cada vez mais destacado e eficaz.

Sibilia (2012) ressalta que ser contemporâneo implica desafios, pois é necessário estar atento aos sinais do mundo e disposto a ser perturbado para estimular o pensamento. O indivíduo precisa estar alerta às mudanças e aos eventos globais, ao mesmo tempo em que se propõe a questionar o *status quo*, cultivando uma visão crítica e reflexiva do mundo ao seu redor.

Em sua obra "Redes ou Paredes: A escola em tempos de dispersão", Sibilia (2012) convida os leitores a explorarem o mundo da tecnologia digital e as questões relacionadas à conectividade, à privacidade e à identidade no ciberespaço. Ela também nos incentiva a refletirmos sobre como as redes digitais estão moldando nossa sociedade e as escolhas que fazemos em relação a elas e às nossas vidas.

Sibilia (2012) propõe uma discussão sobre como a proliferação das redes de computadores transformou a maneira como as pessoas se comunicam, compartilham informações e se relacionam. A tecnologia digital tornou-se onipresente em nossas vidas cotidianas, impactando significativamente a todos. A autora utiliza o termo redes para representar interação, conectividade e abertura para o mundo, enquanto a palavra paredes simboliza segregação, privacidade e isolamento.

A autora realiza uma profunda reflexão sobre o desejo de se conectar em redes digitais e a necessidade de estabelecer fronteiras pessoais e privacidade. Segundo ela, as pessoas frequentemente se veem pressionadas a escolher entre compartilhar informações e proteger sua intimidade. No que diz respeito à inovação

tecnológica, ela a enxerga como uma faceta dupla: enquanto pode liberar e capacitar os indivíduos, também pode exercer controle e vigilância, gerando insegurança. Observamos que a construção da identidade no ciberespaço é uma preocupação central da autora. Ela explora como as pessoas moldam suas identidades *online*, destacando as diferenças em relação às suas identidades reais no cotidiano (Sibilia, 2012).

Outro ponto observado pela autora refere-se a como as redes sociais têm fomentado uma cultura de exibicionismo e vigilância mútua, alterando a forma como as pessoas se relacionam e se apresentam publicamente. Ela destaca as implicações psicológicas desse comportamento e sua intrínseca relação com a busca por reconhecimento e validação na cultura digital. Aborda, ainda, como as redes sociais impulsionam a economia da atenção, na qual as pessoas competem pela atenção umas das outras, utilizando, muitas vezes, conteúdos relacionados ao consumo. A autora explora os desafios de buscar intimidade e validação nas redes sociais, observando o impacto na experiência, frequentemente resultando em solidão e desconexão real (Sibilia, 2012).

Sibilia (2012) discute o fenômeno do colapso das fronteiras entre o público e o privado na era digital e na sociedade contemporânea. Ela aborda como as redes sociais e a tecnologia têm desafiado as concepções tradicionais de privacidade e intimidade, resultando na crescente permeabilidade das barreiras entre as esferas pública e privada. Argumenta que, com a proliferação das redes sociais e das tecnologias de comunicação, as pessoas compartilham cada vez mais informações pessoais, experiências e detalhes de suas vidas *online*, incluindo aspectos que, em tempos passados, eram considerados privados, como relacionamentos, emoções e pensamentos íntimos. Ela também examina como as mídias sociais, como o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, possibilitam que os indivíduos revelem uma parte significativa de suas vidas para uma ampla audiência, frequentemente composta por desconhecidos.

Esse colapso das fronteiras entre o público e o privado suscita questões importantes relacionadas à formação da identidade, à exposição à vigilância, às dinâmicas de poder e à transformação das interações sociais. Segundo Sibilia (2012, p. 89), há um "colapso em andamento" (Sibilia, 2012, p. 89). Esse colapso, conforme mencionado por ela, pode ser doloroso, mas também traz uma oportunidade de ampliar nossa visão e encontrarmos novos caminhos. A autora aborda, ainda, como

as pessoas tomam decisões em relação ao que compartilham *online* e de que maneira essas escolhas afetam nosso modo de nos relacionarmos com os outros e com o mundo.

Na contemporaneidade, Sibilia (2012) observa uma transformação nas escolas: elas deixaram de atuar como instituições disciplinares voltadas para a produção de corpos dóceis e formas de ser específicas, passando a se assemelham mais a empresas que oferecem serviços variados nos mercados contemporâneos. Seu propósito é capacitar o cliente individual, em vez de promover a formação abrangente de todos os alunos de uma nação, o que acarreta dispersão e fragmentação das experiências de vida. A autora faz algumas observações sobre a escola:

[...] em vez de se embasar na sanção centralizada, transcendental e articuladora de uma totalidade meticulosamente organizada, promove-se certa dispersão e certa fragmentação nas experiências vitais: no lugar da solidez, da sistematização e da perduração – antes consideradas fundamentais –, agora se impõe a impressão vertiginosa de que cada um deve lutar por sua própria carreira num contexto hostil e mutante (Sibilia, 2012, p. 94).

Em sua obra "A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público", de 2019, Christian Laval, pesquisador francês da história da Filosofia e da Sociologia, faz uma crítica à aplicação da lógica empresarial na educação e destaca a importância de preservar a educação como um bem público, capaz de promover a igualdade e o desenvolvimento humano, em vez de trabalhar a favor dos princípios de mercado, o que considera inadequado e prejudicial ao sistema educacional.

O autor denomina a crescente tendência de tratar a educação como se fosse um negócio como o dogma da empresa, referindo-se à visão amplamente aceita de que os métodos e princípios de sucesso do setor privado devem ser aplicados ao campo educacional. Ele questiona vigorosamente essa abordagem, argumentando que a natureza fundamental da educação a torna incompatível com a mentalidade empresarial.

Laval (2019a) ressalta que a educação não deve ser submetida a uma lógica de mercado, na qual o sucesso é primariamente avaliado em termos de eficiência econômica, lucratividade e concorrência. Tratar a educação sob o dogma da empresa impactou significativamente as políticas educacionais, resultando na

implementação de práticas de gestão empresarial, como avaliações de desempenho, competição entre instituições de ensino e ênfase em métricas quantitativas de resultados. Além disso, como implicações negativas dessa abordagem, o autor cita a perda de autonomia dos professores, a mercantilização da Educação Superior, a uniformização do currículo e uma ênfase excessiva nas avaliações padronizadas, apresentadas como promessas de uma educação mais abrangente e enriquecedora.

O referido autor também se preocupa e dedica uma parte de sua obra para a análise de como as políticas orientadas para o mercado de trabalho podem agravar as desigualdades educacionais. Escolas em áreas distantes ou menos favorecidas enfrentam desafios múltiplos e significativos na competição por recursos e reconhecimento. Defende, assim, a importância de se preservar a educação como um bem público, comum a todos. Em sua análise crítica das políticas educacionais moldadas pelo neoliberalismo, ele aprofunda a investigação sobre como o poder, a administração e o neoliberalismo estão interligados no contexto educacional (Laval, 2019a).

As políticas educacionais regidas pelo neoliberalismo frequentemente enfatizam a competição, a eficiência e a avaliação de desempenho, focando quase sempre em métricas quantitativas. Isso leva, com frequência, a uma seleção de alunos classificados em vencedores ou perdedores, correndo o risco de agravar as desigualdades educacionais, uma vez que nem todos têm as mesmas oportunidades. O autor também destaca como a ênfase na avaliação de desempenho dos professores pode criar um ambiente de pressão e estresse, com impactos negativos no ensino e na aprendizagem. Ele questiona a abordagem neoliberal dentro da escola, pois, em sua opinião, essa abordagem frequentemente serve aos interesses econômicos de poucos, em detrimento dos objetivos educacionais.

É relevante retomarmos Sibilia e sua obra "Show do Eu: a Intimidade como Espetáculo", de 2016, na qual ela apresenta uma visão crítica da criação da autoimagem no mundo virtual, em que o individualismo e a privacidade tendem a esvair-se, em processo de visibilidade contínua, e em que a autoimagem parece dizer: "Todo mundo é especial! Você é especial! Você é igual a todo mundo!" (Sibilia, 2016, p. 38). O resultado dessas inovações é a curiosidade gerada pelo cotidiano das pessoas consideradas normais, o que aumentou significativamente nos últimos anos. Por isso, testemunhos pessoais são cada vez mais apreciados em algumas áreas do conhecimento, que se concentram neles em busca de significado.

Se para Foucault (2014) o panóptico era algo indesejável, repressivo e vigilante, hoje, é a norma: as pessoas colocam-se na situação de estarem sendo vistas, muitas vezes buscando validação e reconhecimento. Essa validação ocorre por meio de curtidas e comentários, como forma de confirmação social e prestígio.

Somos frutos de uma sociedade em que a vigilância digital desempenha papel relevante. Estamos constantemente sob essa vigilância, seja pelas câmeras de segurança nos espaços públicos e privados, seja pela autoexposição nas redes sociais e pelos infundáveis algoritmos de personalização impostos pelas plataformas digitais. Esses algoritmos valem-se de nossos comportamentos *online* anteriores para personalizar conteúdos, mostrando-nos informações, anúncios e notícias. Isso cria uma sensação de observação constante e, por vezes, molda o que vemos ou consumimos, impactando a preservação das liberdades individuais.

O mercado cultural, ávido por novidades, utiliza dispositivos que transformam qualquer vestígio de criatividade promissora em mercadoria. Na sociedade disciplinada do século XIX e início do século XX, cultivava-se uma estrita separação entre as esferas pública e privada. No século XXI, personalidades são convidadas a desfilarem-se, mostrando-se e expondo-se, ou seja, tornando pública a privacidade. Prevalece o fascínio pela visibilidade e a sensação de ser uma celebridade. Em uma sociedade dominada pela subjetividade internalizada, a visão é uma lente sempre embaçada (Sibilia, 2016, p. 110).

Sob esta perspectiva, as utilizações das redes sociais são como mecanismos de entretenimento ou de trabalho, que escondem a alienação provocada por uma vontade excessiva de satisfazer os múltiplos eus. Essa lente embaçada encobre, muitas vezes, a realidade. A visibilidade e a ligação constante são dois vetores principais do ser e do viver na atualidade. O mundo está mais sintonizado com os ritmos, os prazeres e as necessidades imediatas, e tem direcionado as formas de como se relacionam com os próprios eus, com os outros e com o mundo (Sibilia, 2016). Isso significa que, cada vez mais, estamos nos afundando na superficialidade e nos escondendo, adotando um estilo de vida mais glamoroso, sustentado de forma *online*.

O desenvolvimento do capitalismo criou uma sociedade de consumo e enfatizou o ter sobre o ser. O consumo só faz sentido quando o dono da mercadoria pode mostrar o que tem, o que come, o que veste; ou seja, não basta ter, é importante exhibir. A sociedade do espetáculo é, antes de tudo, a sociedade das

imagens. Nessa sociedade das imagens, as pessoas constroem suas identidades e relacionamentos, em grande parte, por meio de imagens, *selfies* e representações visuais de si mesmas. Sibilia (2016) evidencia uma grande preocupação sobre como essa exposição constante pode afetar a autenticidade das relações humanas e como as pessoas se percebem.

Fazendo uma retrospectiva, no Iluminismo, o papel do Estado era proporcionar ao cidadão instituições educacionais capazes de habilitar as pessoas para conviverem produtivamente em uma sociedade que valorizava a razão e a ética. Ou seja, supunha-se que a escola deveria ser o espaço no qual todos poderiam desenvolver habilidades básicas para compreender e participar das estruturas sociais, sendo cidadãos úteis e produtivos à sociedade.

Em meados do século XIX, conforme já abordamos, com o auxílio das análises de Foucault (1987), o panóptico trouxe consigo uma abordagem mercantilizada e fabril. A vigilância e a conformidade citavam as regras dentro e fora da escola. Contudo, qual é o papel atual da instituição escolar? Não se pode negar que a escola desempenha papel vital na sociedade, pois é uma instituição destinada não apenas a educar, mas também a civilizar, moralizar e disciplinar os indivíduos (Sibilia, 2012).

A referida autora explora a instituição escolar em tempos de dispersão por meio de uma análise histórica, com perspectivas antropológica e genealógica. Ao examinar a crise da escola contemporânea, ela vai além do comum e oferece argumentos sobre algumas características distintivas de nossa época, baseando-se em interpretações críticas e reflexivas dos eventos que provocaram mudanças cada vez mais significativas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades.

A leitura em torno da sociedade e as contextualizações propostas garantem uma abordagem crítica sobre a onipresença digital a que estamos submetidos. Sibilia (2012) suscita reflexões acerca dos tipos de corpos e subjetividades que estão sendo forjados na sociedade contemporânea e de que forma isso tem afetado os ambientes escolares.

Se a subjetividade tem se infiltrado em todas as instâncias, como ela se manifesta na escola? Conceitos básicos, gerenciados pelas leis do Estado democrático, como instruir, civilizar, moralizar e preparar os indivíduos para o trabalho e a convivência social harmoniosa, ainda são garantidos dentro dessa

superficialidade e iniciativa à concorrência que invade nosso cotidiano? Como estão sendo tratados a disciplina e o direito ao conhecimento científico? A escola hoje serve a quais ideais? A autora posiciona-se, alertando sobre os perigos dessa concorrência e mercantilismo dentro do ambiente escolar:

O empreendedorismo 'neoliberal', presente também no âmbito das reformas pedagógicas em curso, [...] destaca a importância da distinção individual e as vantagens da singularização do indivíduo como uma marca, explorando a própria criatividade para poder ser sempre o primeiro e ganhar dos outros (Sibilia, 2012, p. 16).

Dessa forma, fica claro que as escolas precisam reavaliar suas regras de convivência, posto que os estudantes contemporâneos não estão mais dispostos a simplesmente aceitar o conhecimento transmitido pelos professores de forma passiva. Eles desejam expressar suas opiniões, o que demanda uma negociação constante e desafia os tradicionais papéis de professor e aluno que foram estabelecidos na era moderna.

Sibilia (2012, p. 207) compartilha uma ideia desafiadora, certamente difícil de se concretizar, mas da qual não podemos nos esquivar: temos a necessidade urgente de criar novas abordagens de ensino. As novas formas de subjetividade que surgem na contemporaneidade, com seus dilemas éticos e estéticos, bem como as novas maneiras de convívio, ensino e aprendizado que elas demandam, não devem ser vistas como razões para abandonar a instituição escolar, nem como motivos para retroceder ao que não é mais relevante.

As tecnologias não podem ser encaradas como garantias de excelência educacional, e sim como espaços de encontros e diálogos. Segundo a autora, a educação ainda possui seus encantos e faz-se presente no encontro das subjetividades, e nos modos de aprender, tão múltiplos e individuais. Contudo, não se pode negar que o jovem de hoje não é mais o de outrora, e a impaciência e a fluidez desses sujeitos requerem um retorno imediato. Nossos alunos estão cada vez mais comprometidos com a lógica empresarial, são empresários de si mesmos, estimulados a administrarem suas carreiras, sem a necessidade de intervenção.

Os indícios de que a escola corre perigo estão à mostra, estampados nos rostos dos *TikTokers* ou nos anúncios publicitários. Os heróis da modernidade não usam capas. Eles usam sua imagem como instrumento de vendas, incentivando o consumo e repassando um ideal de plenitude e felicidade constantes.

O professor, que antes era o mestre, perdeu espaço na vida de seus alunos. Se antes era venerado e respeitado, hoje, se não seguir a chamada *vibe*, como é costume dizer entre os jovens, e dar uma aula-show, não tem sequer a atenção de seus alunos. Mesmo assim, um número enorme de pessoas, de todas as idades, frequenta o ambiente escolar diariamente.

Considerando todo esse contexto, Sibilia (2012, p. 58) infere sobre a escola: "Sua existência continua a parecer imprescindível para que a sociedade possa prosseguir funcionando". Acreditamos na importância dessa instituição como um lugar de resistência e luta para a criação de indivíduos pensantes, capazes de transformar não só suas vidas, mas também a realidade que os cercam.

Diante disso, é imprescindível retomarmos as ideias de Sibilia (2012) sobre redes e paredes. A primeira, como mencionado, refere-se à cultura e à sociedade da globalização e da internet. A segunda, por sua vez, diz respeito à sociedade da era industrial; os aprisionamentos criados pelas paredes são necessários para a educação e formação dos cidadãos e trabalhadores, úteis à economia capitalista e ao desenvolvimento econômico. A autora faz essa diferenciação baseando-se no fato de que o espaço essencial para a leitura e a escrita se tornar cada vez menor em virtude do crescimento das exposições midiáticas – a sociedade do espetáculo. Com isso, não há lugar para o silêncio e o isolamento. Isso porque, ao invés de introspecção e concentração, exigidas no âmbito pedagógico, o discurso midiático exige exterioridade e descentralização (Sibilia, 2012, p. 68).

Se antes operavam as normas do confinamento, agora imperam as conexões, sem limites de tempo ou lugar. É necessário mencionarmos que o trabalho de estar sempre conectado "não é empreendido em obediência à pesada obrigação moral de cumprir regulamentos e evitar castigos, como ocorria sob a lógica do confinamento disciplinar" (Sibilia, 2012, p. 68). Ao contrário, permanecer nas redes e compartilhar cada minuto de sua vida tornou-se um prazer, um objetivo de vida. É a escolha do modelo do panóptico. Todos queremos ver e sermos vistos. Hoje, a máxima que nos acompanha é que cada um deve ser original e inventivo. A vida assumiu um ritmo frenético, e não há tempo a perder.

As curtidas e visualizações se tornaram uma fonte de dinheiro, sucesso e autoafirmação – como se fosse uma exigência ser original, uma vez que a criatividade se tornou um recurso de luxo no capitalismo moderno, sendo considerada um elemento essencial para avançar. A incessante busca por um estilo

de vida perfeito ou uma realidade ideal têm gerado ansiedade na busca por interação constante e criação de novos conteúdos. Em todos os lugares, usuários, leitores e espectadores são incentivados a participar, compartilhar, expressar opiniões e se mostrar de uma maneira considerada ativa (Sibilia, 2016, p. 24).

Sibilia (2012) afirma que, por meio de uma versão otimizada de si mesmo *online*, é possível fantasiar sobre uma vida, em grande parte separada da realidade. As complexas fronteiras entre realidade e ficção tornam-se cada vez mais tênues, pois telas interconectadas se apresentam como cenários adequados para todos realizarem sua própria performance. Essa necessidade constante de aprovação do outro e de estar sempre em evidência, fenômenos característicos da contemporaneidade, podem causar uma distorção relacionada à imagem e à identidade. Nessa cultura da visibilidade e da hiperconectividade, as pessoas precisam compartilhar suas vidas e são constantemente alvo de julgamentos. Isso gera malefícios para a saúde mental e a construção de uma identidade pessoal genuína.

Se a subjetividade invade cada vez mais a vida das pessoas, ela também impacta diretamente as escolas, o aprendizado e a forma como o aluno se relaciona com o professor. Essa dinâmica recebe a anuência do Estado, que a todo momento incentiva a sociedade contemporânea a se engajar em um extenso panorama mercadológico, no qual a empresa mantém sua valorização como uma instituição paradigmática que exerce influência sobre todas as demais instituições.

Em relação a isso Sibilia (2012, p. 50), adverte:

Todavia, surge aqui um choque digno de nota: justamente essas crianças e adolescentes, que nasceram ou cresceram no novo ambiente, têm de se submeter todos os dias ao contato mais ou menos violento com os envelhecidos rigores escolares.

Na contemporaneidade, observamos uma transformação significativa no papel do aluno, que deixa de ser simplesmente um receptor de conhecimento para se tornar um consumidor ativo. Essa transição é acompanhada pela abertura do espaço para a negociação no âmbito da educação, em que a lei, representada pelo Estado, cede lugar ao mercado. Essa mudança impacta diretamente a dinâmica entre professor e aluno, uma vez que a figura do mestre, que antes detinha a autoridade

do conhecimento transmitido, agora se torna apenas mais uma voz dentre tantas outras (Sibilia, 2012, p. 56).

A autora argumenta que essa evolução pode ser atribuída à cultura de mercado que gradativamente se infiltrou no ambiente escolar. O risco iminente é que, em meio a busca por equidade e a excessiva comercialização, a escola perca sua essência pedagógica, transformando-se em uma mercadoria sujeita às leis de oferta e procura. Esse cenário pode conduzir a uma educação focada exclusivamente em exames e resultados, em detrimento de uma abordagem mais ampla.

Outro ponto a ser observado é o aumento da privatização no setor educacional. Isso levanta questionamentos sobre a equidade nesse setor. Ainda a constar, estudantes são incentivados a enxergarem a educação como um investimento, levando-os às escolhas de carreiras orientadas para o mercado, em vez de buscarem a concretização de paixões individuais e a identificação com a profissão escolhida.

Essas mudanças têm estimulado uma releitura dos aparatos disciplinares necessários à escola burguesa, em que o professor era a figura central, e sua autoridade, incontestável. Os métodos de ensino, por sua vez, eram conduzidos de maneira tradicional, com ênfase na memorização e na repetição de informações. A disciplina, fundamental, era mantida por meio de regras rígidas e punições para comportamentos indesejados ou fora dos padrões preestabelecidos.

Na escola burguesa, o uniforme consistia em meio para criar um ambiente de igualdade e conformidade entre os alunos. O currículo refletia os valores dessa classe, com ênfase em matérias tradicionais, como Matemática, Ciências, História e Literatura. Em algumas escolas burguesas, havia ainda uma separação estrita de gênero, com currículos e regras de condutas diferentes para meninos e meninas. A educação tinha como objetivo preparar os alunos para cargos burocráticos, o comércio e outros setores dessa sociedade.

Se no século XX a educação primava pelo ensino voltado para a obediência cega ao professor e aos currículos transmitidos, temos, hoje, uma geração que não consegue ouvir um não. Consequentemente, as advertências verbais dos professores podem ser confundidas com *bullying*, e os padrões morais, antes usados para docilizar e controlar a violência, cedem espaço para a proteção policial. Podemos afirmar que existem pontos positivos e negativos resultantes desses vínculos estabelecidos por meio das novas ferramentas tecnológicas que

materializam os desejos de uma sociedade acostumada a viver no mundo virtual, em que as novas subjetividades não se acostumam ao confinamento em um espaço de quatro paredes.

Como aspectos positivos, podemos citar a conexão global, que possibilita oportunidades de colaboração, e a facilitação da comunicação, que permite às pessoas permanecerem em contato com amigos, familiares e colegas, independentemente da distância. Outro ponto positivo a se destacar é que a internet e outras tecnologias proporcionam acesso a uma vasta quantidade de informações e recursos educacionais.

Em contrapartida, a exposição excessiva às ferramentas tecnológicas pode causar diversos transtornos, como isolamento social, problemas de saúde mental, *cyberbullying*, perda de privacidade, desinformação e disseminação de *fake news*, que constantemente causam sérias consequências sociais e políticas. Por fim, mas não menos importante, o uso excessivo de mídias ou ferramentas digitais pode causar dependência tecnológica e degradação das habilidades de comunicação pessoal. Sobre isso, Sibilía (2012, p. 74) chama nossa atenção:

‘Os universitários de hoje passaram, em média, 5 mil horas de sua vida lendo, porém, mais de 10 mil horas jogando videogames, para não mencionar as 20 mil horas em que assistem à televisão’, afirma o especialista norte-americano Marc Prensky. ‘Os jogos de computador, o correio eletrônico e a internet, os telefones celulares e as mensagens instantâneas são parte integrante de sua vida’.

Segundo a autora, a subjetividade informacional ou midiática é volátil e frágil, e nossa percepção de informação e mídia é influenciável e mutável. Portanto, é necessário adotarmos uma abordagem crítica e consciente ao consumirmos informações, pois a subjetividade informacional e midiática contrasta, por vezes, com as subjetividades cidadãs ou pedagógicas, formadas no ambiente disciplinar, que são consistentemente construídas. Essas subjetividades cumprem papel fundamental na construção de sociedades justas, informadas e prósperas, pois a qualidade da educação e o ambiente escolar são imprescindíveis para a determinação do impacto positivo que elas podem ter na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo (Sibilía, 2012).

Diante de tantas transformações que, sem dúvida, contestam crenças tradicionais sobre o aparelho escolar, Sibilía (2012, p. 199) propõe o seguinte

questionamento: “Resistir ao confinamento ou sobreviver à rede?”. Essa indagação sugere uma reflexão sobre as tensões entre a liberdade individual e o mundo digital interconectado. A autora reflete acerca de como equilibrar a liberdade e a autonomia pessoal diante da influência e os desafios da era digital. Ela propõe a dispersão como signo da modernidade, como instrumento subversivo das regras disciplinares que não mais obriga a resistir ao confinamento, mas a valorizar a sobrevivência na rede. Sugere, ainda, que haja uma mudança na forma como as pessoas e, por que não, a escola, encaram as regras disciplinares e as restrições na era moderna. Em vez de resistir fisicamente, a ênfase precisa estar em aproveitar a diversidade e as oportunidades oferecidas pela sociedade moderna, incluindo a sobrevivência e a adaptação nesse meio hiperconectado.

A natureza da escola mostra como uma instituição é capaz de se adaptar às mudanças e demandas da sociedade ao longo do tempo. Novamente, destacamos a importância do estudo e da disciplina dentro do contexto escolar. Contudo, salientamos que a disciplina na escola moderna não deve ser autoritária ou de caráter punitivo, e sim baseada em práticas justas, orientadas para o desenvolvimento dos indivíduos. E mais, deve ser equilibrada, com abordagens pedagógicas que promovam a autonomia, o pensamento crítico e a responsabilidade dos alunos. Isso mostra como a subjetividade e escola estão inteiramente ligadas (Sibilia, 2012).

Quando a escola perde o *status* de instituição de ensino capaz de influenciar e modificar a vida das pessoas, quando se perde o papel da disciplina e a ideia de autoridade, várias são as consequências, como o declínio da eficácia educacional, com salas de aulas caóticas e desorganizadas, tornando difícil o ensino e o aprendizado. Outra consequência é a instituição do desrespeito e do comportamento disruptivo. A disciplina e a autoridade ensinam aos alunos habilidades de autorregulação. A ausência desses elementos tende a comprometer o desenvolvimento de várias habilidades essenciais, podendo, inclusive, colocar a segurança de alunos e funcionários em risco, especialmente em situações de *bullying*, violência ou indisciplina grave.

Podemos citar também que a falta de disciplina impacta a qualidade da educação, com menos instrução eficaz e oportunidades de aprendizado comprometidas, influenciando negativamente a motivação dos professores e desencadeando um possível despreparo para a vida adulta dos alunos, sem a

compreensão de normas sociais, responsabilidade e ética. É importante ratificarmos que a disciplina defendida não é a autoritária ou punitiva, e sim a baseada em práticas justas, orientadas para o desenvolvimento acadêmico e do cidadão, de modo a promover a autonomia e o pensamento crítico. Vislumbramos, assim, um ambiente de aprendizado eficaz, capaz de preparar os sujeitos aprendizes para o sucesso pessoal e profissional.

Sibilia (2012, p. 98) questiona se há solução para transformar a estrutura enferrujada da escola, de modo que esta sobreviva e continue a funcionar, mesmo com seus alicerces desmantelados pelo rearranjo e pela fluidez da modernidade. Isso porque, as redes sociais vêm transformando as pessoas a ponto de a escola parecer sem lugar. Há um crescente declínio na imagem da educação, que tem sido alvo de críticas e da falta de confiança.

Estamos inseridos em uma sociedade moderna, informacional e hiperconectada. Como resultado, a busca interna é dissolvida, e as palavras se tornam obsoletas e antiquadas. Nesse contexto, ler e escrever tornam-se tarefas árduas, por serem silenciosas e solitárias. O aluno moderno, por vezes, é desatento e entediado, com uma insatisfação insaciável. A dispersão gerada pelas redes sociais cria um tipo de subjetividade que resulta no tédio, pois a hiperconexão leva à falta de concentração, sendo esta a resposta defensiva diante da sobrecarga de informações.

No entanto, o desafio maior surge quando esse efeito do estilo de vida contemporâneo entra em conflito com as demandas do ambiente escolar, como afirma Sibilia (2012, p. 78): “[...] na percepção contemporânea, a consciência não chega a se constituir: a velocidade dos estímulos faz com que o preceptor não tenha o tempo necessário para se alojar na consciência”, de modo que “a subjetividade informacional se constitui à custa da consciência”.

Ao se engajar em atividades de leitura, estudo ou escrita, conforme proposto no contexto escolar, é comum o aluno experienciar um tempo acumulativo, linear e progressivo. Cada momento exige uma etapa prévia, que confere sentido e coerência, seguindo uma lógica racional de avanço gradativo. Por outro lado, os meios audiovisuais e interativos demandam e estimulam disposições corporais e subjetivas diferentes daquelas necessárias para a leitura e a escrita. Com relação a isso, Sibilia (2012, p. 90) explica:

Trata-se de uma diferença crucial entre o aluno-leitor e o usuário midiático: este último não se funda a si mesmo na experiência da interpretação, mas se apoia na percepção, isto é, não se constitui em relação à televisão por via de consciência, mas por via do estímulo.

Entre as quatro paredes da escola, a leitura e a escrita são dissociadas das artes cênicas, consistindo em atividades análogas ao artesanato, como a escultura ou o trabalho com o barro, a costura ou a tecelagem. Para executar, é necessário contrapor-se aos ritmos contemporâneos.

Convém esclarecermos que as quatro paredes da escola podem se tornar fontes de desatenção, tédio e agitação. Algumas crianças sentem-se desinteressadas pelo método tradicional de ensino; outras apresentam necessidades específicas, que nem sempre são atendidas. A falta de estímulo, a rigidez do ambiente ou até mesmo problemas sociais contribuem para a agitação ou o desinteresse. No âmbito desses conflitos, observamos que os aparatos da medicalização permeiam os espaços e os tempos educacionais (Sibilia, 2012, p. 99). Nesse sentido, a dispersão do aluno torna-se uma patologia. Esse fato é reforçado pela dinâmica das instituições escolares, que não compreendem e tampouco reconhecem as origens dessa dispersão e, em razão disso, se distanciam das possíveis soluções para esse problema (Sibilia, 2012).

Existe a possibilidade de que, sem as condições ou ferramentas necessárias para incorporar a avalanche de informações e conexões midiáticas, haja a saturação do aprendizado e a sedimentação da experiência, o que pode levar à multiplicação desenfreada e impensada dos fatos. Isso é perceptível nos tempos atuais, com o aumento das *fake news*, por exemplo, ou o estado de sobrecarga completa vivenciado pelo indivíduo, impedindo-o de exercer o pensamento crítico e agir de maneira reflexiva.

Considerando essas questões, Sibilia (2012) destaca a importância da criação de redes, visando multiplicar conexões e permitir a coexistência de fluxos de informação, de modo a criar uma densidade para desacelerar a avalanche de informações e conexões.

Por isso é tão vital resistir ao fluxo mediante estratégias de fixação, algo que a escola contemporânea deveria assumir com um difícilíssimo compromisso. Seja como for, o que vier a acontecer só ocorrerá nesse ambiente hiperestimulado e hiperestimulante, porque esse é o contexto no qual vivemos. Portanto, não se trata de verter todas as energias na tentativa de bloqueá-lo ou isolar-se, mas de tentar algo muito mais complicado e

interessante: conceber modos de subjetivar, pensar e dialogar nessas condições (Sibilia, 2012, p. 92).

Sibilia (2012) apresenta uma perspectiva crítica em relação à disciplina na escola e às práticas punitivas de controle sobre os estudantes. Ela questiona a rigidez das normas disciplinares e a forma como são impostas, argumentando que essas práticas reforçam relações de poder autoritárias e não contribuem efetivamente para a formação dos alunos. Para a autora, a escola deve ser repensada de maneira a considerar as especificidades dos alunos e, assim, promover uma educação mais inclusiva e democrática. Defende também a criação de espaços de escuta e diálogo para que estudantes e professores possam expressar opiniões e contribuir ativamente para a construção do conhecimento. Além disso, destaca a necessidade de uma abordagem pedagógica que considere as transformações sociais e culturais contemporâneas, incluindo as influências das tecnologias digitais e da mídia.

Sibilia (2016, p. 31) expressa preocupação com o novo panorama educacional, no qual o poder disciplinar está se redefinindo. Nesse contexto, ela cita Ignacio Lewkowics, autor de “Escuela y ciudadanía”: “Sem paternidade estatal nem fraternidade institucional, a desolação prospera”. Quando a lógica mercantil domina sem restrições, há uma tendência de transformar direitos e deveres em mercadorias acessíveis apenas a alguns indivíduos, enquanto outros são excluídos dessa possibilidade.

Em uma sociedade regida pela lógica mercantil desenfreada, os valores e princípios que tradicionalmente fundamentam os direitos e deveres são subvertidos. Em vez de serem considerados fundamentos essenciais e universais, passam a ser tratados como *commodities* negociáveis, disponíveis apenas para aqueles que possuem os recursos financeiros necessários. Esse cenário cria uma desigualdade entre os cidadãos. Aqueles que podem pagar pelos direitos e deveres têm acesso a benefícios e proteções adicionais, enquanto outros, que não têm os mesmos meios, ficam privados das mesmas oportunidades. Essa disparidade resulta em uma sociedade fragmentada, na qual os privilégios e as proteções são distribuídos de forma desigual, favorecendo uma minoria privilegiada, em detrimento da maioria.

A autora ressalta que o poder disciplinar, geralmente exercido em escolas, faz com que as crianças se tornem indivíduos distintos, quando não seguem as normas, ao mesmo tempo em que as massifica, transformando-as em membros

uniformizados de uma mesma classe. Tanto as características desse sistema quanto sua gradual desmontagem podem ser compreendidas por meio de um exemplo simples: a abolição do uniforme escolar. Isso porque, “[...] ao permitir a personalização ou customização das aparências como forma de diferenciação, as liberdades individuais se expandem, porém, ao mesmo tempo, também são afetadas pelas regras impostas pelo capital” (Sibilia, 2012, p. 36).

Ressaltamos que, para Sibilia (2012), a lógica mercantil não é intrinsecamente negativa, visto que ela pode estimular o crescimento econômico e a eficiência em muitos aspectos da vida. No entanto, quando essa lógica se torna desenfreada, os direitos e deveres passam a ser incorporados pelo mercado, acentuando ainda mais as desigualdades sociais, afetando a coesão e o bem-estar da sociedade como um todo.

Diante disso, a autora propõe uma reflexão crítica sobre a escola, incentivando abordagens mais democráticas e participativas, que valorizem o diálogo, a escuta e o respeito às individualidades dos estudantes. Ela entende a necessidade de encontrar um equilíbrio entre os princípios do mercado e os valores sociais, a fim de garantir que direitos e deveres sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira. Isso requer um sistema regulatório robusto e políticas públicas que priorizem a justiça social e a igualdade de oportunidades, com o objetivo de evitar a transformação dos direitos e deveres em mercadorias exclusivas para alguns privilegiados.

CAPÍTULO 2 – SUBJETIVIDADE DAS REDES E PRECARIEDADE DO ENSINO

Neste capítulo, abordaremos a subjetividade das redes e a precariedade do ensino empresarial contemporâneo, examinando seu impacto na vida dos indivíduos e sua relação com a sociedade.

2.1 O ESTUDO E A DISCIPLINA DENTRO DO DISCURSO PEDAGÓGICO

Conforme discutido, a disciplina dentro do discurso pedagógico tem repercutido sistematicamente em toda a sociedade ao longo do tempo. Historicamente, associava-se a disciplina à rigidez e à punição. Contudo, ao longo dos anos, observamos uma mudança em direção a abordagens mais flexíveis, geralmente centradas nos alunos.

O propósito deste capítulo é aprofundar as relações entre o indivíduo, a subjetividade e a educação, visando compreender os princípios essenciais que fundamentam o discurso pedagógico moderno. Saviani contribui para essa compreensão ao afirmar que:

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 1995, p. 17).

É na escola que o saber sistematizado é socializado. Portanto, essa instituição proporciona aos estudantes ferramentas essenciais para acessarem e compreenderem o conhecimento elaborado historicamente. Além disso, a escola estabelece uma base sólida para o aprendizado contínuo.

Até o século XIX, podemos afirmar que o foco residia na obediência e na conformidade. No início do século XX, surgiu a ideia de que a disciplina deveria se fundamentar na psicologia e no entendimento do desenvolvimento infantil. Para tanto, era necessária uma abordagem de cunho progressista e centrada no aluno. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma mudança significativa em direção a uma abordagem mais liberal, na qual a disciplina estava menos associada a punições físicas e mais voltada para a resolução de conflitos e a compreensão das

necessidades emocionais dos alunos. Do final do século XX até o presente, as abordagens educacionais variam amplamente, com alguns defensores da disciplina positiva, e outros que ainda valorizam regras e estruturas no ambiente escolar.

A perspectiva da disciplina na educação continua a evoluir, com uma crescente ênfase na importância do desenvolvimento de habilidades de autorregulação e resolução de conflitos. Surge, então, um questionamento: Seria essa realmente a finalidade do discurso pedagógico? Qual é a finalidade da educação? A instituição educacional sobreviverá aos efeitos negativos da repetição sistemática, que contradiz veementemente os princípios da modernidade?

Para nos auxiliar com essas questões, Franco Cambi (1999, p. 135), renomado pedagogo italiano, menciona que a melhor maneira de criar uma sociedade coesa e funcional para seu próprio crescimento é por meio da educação adequada. Ele complementa:

[...] é a via melhor para renovar no sentido burguês – individual e coletivo ao mesmo tempo – a formação dos indivíduos, subtraindo-a a qualquer casualidade e investindo-a de finalidades também coletivas. A educação recebe cada vez mais em delegação um (ou o) papel chave da sociedade (Cambi, 1999, p. 326).

Com base em princípios subjacentes à subjetividade e ao indivíduo, a educação contemporânea destaca o papel central do aluno no processo educativo, considerando sua natureza racional-cognitiva, dotada de uma dimensão metafísica. Sob essa perspectiva, os objetivos educacionais, no campo filosófico, e as estratégias pedagógicas, no campo das ciências, foram configurados a partir de uma racionalidade instrumental e objetiva, resultando na padronização e na uniformização do aluno.

A educação, em suas diversas abordagens pedagógicas (humanista, liberal e crítica), busca fomentar a capacidade de autorreflexão do indivíduo, com vistas à conscientização, ao desenvolvimento crítico e à emancipação, ou seja, a transformação desse indivíduo em um sujeito. Segundo Mendes (2009, p. 38), “[...] a educação, enquanto particularmente imbricada na configuração do sujeito moderno, é, talvez, a maior vítima da reverberação sistemática que antagoniza os ideais de modernidade”.

Frente às simplificações teóricas que reproduzem os efeitos de uma suposta crise educacional, especialmente diante da inadequação de uma cultura

autodenominada “Show do Eu”, conforme destacou Sibilía (2016, p. 156), observamos a explosão da subjetividade do indivíduo. Compreender esse contexto pode contribuir para o entendimento de como nossas heranças históricas, forjadas ao longo do tempo por meio do processo de aprendizagem, influenciaram essa conjuntura. Essa abordagem configura-se como um caminho para avançarmos nessa questão, posto que provoca questionamentos e o pensamento crítico.

Propomos um aprofundamento na temática, a ampliação do diálogo e a inserção de maneira coerente em um contexto que busca compreender a evolução do estudo e da disciplina dentro do discurso pedagógico moderno. Nesse discurso, o estudo e a disciplina são frequentemente abordados como aspectos interligados e complementares no processo de aprendizagem dos alunos, sendo fontes de pesquisas, debates e preocupações.

O estudo é considerado uma atividade essencial para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, dado que envolve a aquisição de conhecimentos, a exploração de diferentes fontes de informação, a compreensão dos conteúdos e a aplicação dos aprendizados em situações concretas. É visto como uma prática ativa, em que os alunos devem se envolver de forma autônoma, utilizando estratégias de leitura, pesquisa, reflexão e síntese, de modo a aprofundar seus conhecimentos. Como explica Freire (2003, p. 47):

O educando precisa assumir-se como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer o que quer conhecer em relação com o outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim, momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer.

É importante salientarmos que Freire é conhecido por suas ideias inovadoras sobre a educação popular e a pedagogia crítica. Em suas obras, defendeu um modelo de educação que busca capacitar as pessoas para o questionamento e a superação da opressão por meio da conscientização e da ação transformadora. Sua pedagogia está intrinsecamente ligada à luta contra a opressão e à promoção da igualdade. Suas ideias tiveram impacto significativo, inspirando educadores, ativistas e políticos ao redor do mundo. Suas contribuições têm sido debatidas e estudadas extensivamente, e continuam a inspirar discussões sobre como a educação pode ser usada como uma ferramenta de emancipação e transformação social.

Para Freire (2003), o estudo consiste em um processo dialógico, no qual o conhecimento é construído em conjunto entre educadores e estudantes, em vez de transmitido de forma unilateral. Para ele, os estudantes precisam ser encorajados a refletirem criticamente sobre o mundo ao redor e se engajarem ativamente no processo de aprendizagem. A disciplina, por sua vez, é compreendida como um conjunto de comportamentos e atitudes que favorecem a concentração, a organização, a responsabilidade e o respeito em relação aos estudos. Ela envolve o cumprimento de horários, a realização de tarefas de forma regular, a atenção nas aulas e a participação ativa nas atividades propostas.

No discurso pedagógico, a disciplina é considerada um aspecto importante a ser desenvolvido entre os alunos, pois contribui para a criação de um ambiente propício ao aprendizado, favorecendo a concentração e o aprofundamento dos estudos, promovendo a autonomia e a responsabilidade dos estudantes em relação ao seu próprio processo de aprendizagem. Entretanto, é importante ressaltar que o conceito de disciplina pode variar em diferentes abordagens. Algumas correntes pedagógicas enfatizam a disciplina como um controle externo imposto aos alunos, enquanto outras buscam promover uma disciplina interna, baseada na compreensão e no comprometimento dos estudantes com seus estudos, sendo esta última a defendida neste estudo.

Por isso, a nosso ver, podemos afirmar que, dentro do discurso pedagógico, o estudo e a disciplina são considerados elementos complementares no processo de aprendizagem dos alunos. O estudo é visto como uma prática ativa e autônoma de aquisição de conhecimentos, enquanto a disciplina é valorizada sob uma perspectiva que contribui para o aproveitamento e o aprofundamento dos estudos.

Freire (1997) destaca que a sala de aula não deve ser um espaço de portas fechadas, e sim um ambiente onde o mundo possa ser desvendado. O professor não deve desempenhar o papel de detentor absoluto do conhecimento, sendo apenas um dominador a serviço da ideologia autoritária da administração. Além de ser um espaço aberto, o autor enfatiza que a escola não é neutra e não pode ser um local de ensino e aprendizado puramente tecnicista. Ele acrescenta: “[...] de um ensinar e de um aprender tão bem cuidados e seriamente defendidos da natureza política do ensinar e do aprender que torna a escola os sonhos de quem pretende a preservação do status quo” (Freire, 1997, p. 13).

Ao estudante, cabe lidar com os efeitos decorrentes de vitórias e derrotas ao se submeter à disciplina rigorosa de se dispor ao aprender. Essa disciplina não se doa nem se impõe ao outro; é uma escolha. Cabe-lhe definir a importância de seu aprendizado. Freire (1997, p. 45) entende que, com relação ao ato de estudar, existem duas opções: encará-lo como uma atividade prazerosa e necessária ou considerá-lo um fardo insuportável, abandonando-o na primeira oportunidade. Ele também destaca a necessidade da incorporação da disciplina ativa durante os estudos, evitando, dessa forma, a passivação do que se lê, buscando apreender uma leitura e uma escrita não dicotomizadas, percebendo as tramas sociais em que estão inseridas as linguagens, a comunicação e a produção de conhecimento.

Nesse contexto, o professor desempenha papel central na produção do conhecimento científico. Sem sua intervenção democrática, o aluno pode perder-se pelo caminho. Seu testemunho e exemplo de seriedade e disciplina no ato de ensinar tendem a influenciar a realidade em curto e longo prazo. Desse modo, a tarefa do professor não se esgota no ensino de Matemática, Sintaxe ou História, pois "implicando a seriedade e a competência com que ensinemos esses conteúdos, nossa tarefa exige o nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais" (Freire, 1997, p. 58).

Ainda sobre o trabalho docente, o autor acredita ser indispensável incentivar que o educando crie uma disciplina de estudo, sendo o professor uma espécie de condutor auxiliar, uma vez que a responsabilidade do estudo é tarefa do próprio educando, que deve ter em mente que uma das formas de ascensão social e mudança de *status* é o aprendizado.

Sobre o discurso pedagógico, Freire (1997, p. 60) afirma:

[...] a liberdade do educando, na classe, precisa de limites para que não se perca na licenciosidade, a voz da educadora e dos educandos carece de limites éticos para que não resvale para o absurdo. É tão imoral ter nossa voz silenciada, nosso 'corpo interditado' quanto imoral é o uso da voz para falsear a verdade, para mentir, enganar e deformar.

No livro "Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar", Freire (1997) dedica a décima carta ao tema disciplina intelectual. Para o autor, essa disciplina deve ser construída pelos próprios educandos sob a supervisão do educador, sendo ela componente imprescindível para

[...] a criação do trabalho intelectual, a leitura séria de textos, a escrita cuidada, a observação e a análise dos fatos e o estabelecimento de relações entre eles. E que não falte a tudo isso o gosto da aventura, da ousadia, mas que não falte igualmente a lição do limite, para que a aventura e a ousadia não virem irresponsabilidade licenciada (Freire, 1997, p. 78).

Sob essa perspectiva, necessitamos encontrar, no ambiente escolar, um equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, essenciais para o estabelecimento da luta contra o óbvio, propagando a responsabilidade científica em contraposição à recusa da distorção cientificista. Isso resulta na construção de uma vida satisfatória e significativa. Nesse sentido, ensinar passa a ser muito mais do que transmitir conhecimentos.

Para que ocorra o aprendizado, é necessário que o ato de aprender seja precedido pelo ato de apreender, tornando o aluno um produtor de conhecimento e ressignificando seu objeto de estudo. Freire (1997, p. 79) afirma que “só à medida em que o educando se torne um sujeito cognoscente e se assuma como tal, é possível ao educando tornar-se sujeito produtor da significação ou do conhecimento do objeto”.

No tocante à disciplina, o autor supracitado entende que sua importância não se restringe à escola, citando o trânsito como exemplo. Por indisciplina e irresponsabilidade, milhares de pessoas morrem ao infringirem as leis de trânsito, como dirigir alcoolizado. Freire (1997, p. 79) chama a atenção para a necessidade de “disciplina intelectual, social, cívica e política” nas classes populares, a fim de alcançar os ideais de democracia e superar os níveis de injustiça e irresponsabilidade do capitalismo. Ele ressalta:

[...] quanto mais diminuirmos a distância entre o que dizemos e o que fazemos, tanto mais estaremos contribuindo para o fortalecimento de experiências democráticas. Estaremos desafiando-nos a nós próprios a mais lutar em favor da cidadania e de sua ampliação. Estaremos forjando em nós a indispensável disciplina intelectual sem a qual obstaculizamos nossa formação bem como a não menos necessária disciplina política, indispensável à luta para a invenção da cidadania (Freire, 1997, p. 80).

Demerval Saviani, outra figura proeminente no campo da educação, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica, uma abordagem educacional que visa promover uma educação crítica e transformadora. Saviani é respeitado por sua dedicação à educação.

Em sua obra intitulada "Escola e Democracia", Saviani (1995) defende uma abordagem crítica que busca superar os modelos tradicionais de ensino. Destaca o estudo como uma atividade central no processo de aprendizagem, sendo a principal forma pela qual os alunos se apropriam do conhecimento. Ele enfatiza a importância de um estudo dirigido, orientado pelo professor, mas que também permita a participação ativa dos estudantes. Segundo o autor, o estudo deve ser organizado de forma a promover a compreensão crítica do conteúdo, levando os alunos a refletirem, questionarem e buscarem uma compreensão mais aprofundada do mundo.

No que diz respeito à disciplina, Saviani (1995) a vê como uma questão pedagógica fundamental. Argumenta que não deve ser imposta autoritariamente, mas construída a partir da compreensão dos alunos sobre as regras e normas estabelecidas. Propõe uma disciplina ativa, baseada na compreensão dos valores e princípios que sustentam a vida em sociedade, permitindo aos alunos desenvolverem habilidades de autodisciplina e autorregulação.

Para Saviani (1995), o estudo e a disciplina devem estar integrados em uma abordagem pedagógica que visa à formação integral dos alunos, considerando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o social e emocional. Ele propõe uma prática educativa que promova a criticidade, a autonomia e a participação ativa dos estudantes, buscando a transformação da realidade em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. O autor assevera que a educação é uma ferramenta de transformação social. Acredita também que uma educação de qualidade pode ajudar a combater desigualdades e promover a justiça social, capacitando os indivíduos a compreenderem o mundo que os rodeia e a agirem para melhorar suas realidades.

De acordo com Saviani (1995, p. 53), os alunos devem ser ensinados a desenvolver habilidades de pensamento crítico, pois, somente assim, podem questionar as estruturas de poder e as desigualdades sociais. Enxerga na educação um meio de combater a desigualdade educacional, econômica e social. Sua visão de sociedade justa está intimamente ligada ao empoderamento dos indivíduos por meio da educação, de modo a participarem ativamente da vida política e social.

No âmbito da educação e do discurso pedagógico, não poderíamos deixar de citar Christian Laval. Conhecido por suas valiosas contribuições para o campo da sociologia política e da educação, escreveu várias obras relacionadas ao neoliberalismo, à educação e às políticas educacionais. Suas ideias têm gerado

debates e inquietações sobre a educação e a influência do neoliberalismo nas instituições educacionais. Ele examina como o mercado, a competição e a mercantilização têm afetado as instituições educacionais e o próprio ensino, sugerindo implicações significativas para a equidade e a qualidade da educação. Laval (2019b) questiona como as políticas de avaliação e controle têm sido empregadas para impor uma lógica de mercado à educação, influenciando diretamente o que e como os alunos aprendem, agravando, por vezes, as desigualdades educacionais e instaurando o espírito de competitividade.

Laval (2019a) examina as transformações na educação e a influência do neoliberalismo nas práticas pedagógicas. Ele argumenta que o discurso pedagógico contemporâneo está cada vez mais moldado pelas lógicas do mercado e da competição.

Em seu artigo intitulado "O ataque estratégico do Neoliberalismo à educação", Laval (2019b) afirma que, desde o início de seu crescimento, o neoliberalismo teve como objetivo direcionar sua atenção para a escola, o sistema educacional e a universidade. Isso ocorre por diversas razões, sendo uma das principais motivações o fato de que esses locais têm o poder de moldar uma determinada forma de pensamento e identidade. Em termos mais simples, são espaços nos quais se desenvolve um tipo específico de indivíduo considerado como capital humano, que será utilizado para alimentar um sistema produtivo baseado na competição generalizada.

É preciso pontuarmos que a expressão capital humano é frequentemente utilizada no campo da economia e da sociologia para se referir ao conjunto de habilidades, conhecimentos, experiências de um indivíduo que o torna produtivo e valioso para a economia ou para a sociedade como um todo.

Conforme o autor, na perspectiva neoliberal, o vocábulo escola denota um modelo educativo que considera a educação como um bem privado, com valor essencialmente econômico. Nesse sentido, a cultura e a educação já não são mais um dever do Estado ou da sociedade, e sim do indivíduo, que deverá, por si mesmo, buscar recursos privados para a sua aquisição, com a promessa de rendimentos futuros (Laval, 2019b).

Ainda sobre o capital humano, convém recorrer ao pensamento de Manzi (2022). Em seu livro "Neoliberalismo e Educação", ele propôs várias reflexões acerca das influências neoliberais no ambiente escolar. De acordo com o autor, a

expressão capital humano teve origem na década de 1960, com Theodore Schultz e Gary Becker, ambos contemplados com o Prêmio Nobel em Economia. Para estes, a educação e a formação eram investimentos que aumentavam a produtividade individual e, por consequência, o crescimento econômico. O conceito de capital humano, tornou-se fundamental na economia, na elaboração de políticas governamentais e na compreensão de como a educação e a formação impactam o desenvolvimento econômico e social. O autor ainda observa que esse conceito desempenha papel central na explicação das disparidades de produtividade e renda entre indivíduos e nações.

Frigotto (1998 *apud* Oliveira; Almeida, 2009) vincula essa expressão a uma função macroeconômica agregada, com o propósito de elucidar as disparidades existentes no progresso econômico e social entre as nações, bem como as variações e desigualdades entre os segmentos sociais. Isso ilustra a intenção do neoliberalismo de inculcar no indivíduo a mentalidade empreendedora, fazendo-o crer que seu sucesso está diretamente relacionado ao seu próprio esforço, sendo esse um princípio meritocrático. É interessante notarmos como um conceito econômico isolado tem o poder de influenciar profundamente a mentalidade e as ações dos indivíduos.

A concepção do sujeito como empreendedor de si mesmo, responsável por seus próprios êxitos e fracassos, independentemente das condições sociais, reforça o conceito de capital humano. Ao transformar as pessoas em capital humano, o neoliberalismo naturaliza as desigualdades (Silva, 2022). Assim, o empreendedorismo promove um conjunto de comportamentos que a escola precisa incentivar, o que, novamente, sugere que as soluções para os problemas sociais, históricos e estruturais devem ser buscadas no nível individual. Nesse contexto, destacam-se as competências socioemocionais e habilidades interpessoais.

Veiga-Neto (2018 *apud* Silva; Morais, 2022, p. 305) aborda essa questão, enfatizando que:

[...] o ethos neoliberal precisa de um aporte educacional para que possa sobreviver. Segundo o autor, os ditames neoliberais '[...] vão usar currículo como o grande operador de códigos de verificação, permissões e interdições, do que é pensável e dizível, aceitável e suportável'.

Nessa ótica, segundo Manzi (2022), a escola passa a ser influenciada por uma abordagem empresarial, que se destaca pela importância dada à concorrência, à classificação, às recompensas, ao desempenho, ao estabelecimento de objetivos, e pela incorporação de valores e métodos oriundos do mundo dos negócios. É notório que essa instituição tem sido usada para perpetuar, propagar e naturalizar princípios neoliberais, por meio dos currículos desenvolvidos em sala de aula, com a finalidade de

[...] produzir um *homo economicus* inteiramente dedicado às expectativas do mercado, isto é, um ator do sistema apto à empregabilidade e, conseqüentemente, armado com uma bagagem de competências instrumentais, flexível, adaptável, fluido, reativo, antes de tudo competitivo e performático, eticamente devotado (a seu empregador, evidentemente), autônomo, responsável, inovador, mobilizador e modulável etc. (Lenoir, 2013, p. 26, tradução nossa).

Manzi (2022, p. 24) afirma que “O ensino deve ser visto, portanto, como um investimento para o futuro e não material de consumo – a taxa de rendimento só virá com os anos”. Essa assertiva ressalta a importância de considerarmos o ensino como um investimento de longo prazo, tendo em vista o desenvolvimento pessoal e o progresso da sociedade, em vez de encará-lo como um produto de consumo imediato. O autor destaca a ideia de que a educação oferece benefícios duradouros e não deve ser tratada como uma mercadoria descartável.

A professora de Sociologia da Educação na Universidade Lille 3, na França, Maria Drosila Vasconcellos, em seu estudo denominado “A Educação perante a nova ordem mundial”, de 2003, também aborda a questão do risco de privatização das escolas. Segundo ela, a privatização tem um impacto significativo nas instituições responsáveis por transmitir valores e conhecimentos, assim como na coesão social. A escola trabalha, nessa perspectiva, a serviço dos interesses particulares e tem como alvo a produção eficiente de trabalhadores a baixo custo, seguindo os princípios de uma fábrica, num evidente viés empresarial, com o intuito de produzir capital humano, voltado para a competitividade da economia de mercado, do qual as empresas tanto necessitam.

Laval (2019a, p. 215) afirma que existe um significativo centro organizador composto por instituições internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Esse centro exerce uma forte influência ao

estabelecer normas comuns para critérios de comparação, práticas gerenciais e pedagógicas exemplares e conteúdos de qualidade que correspondem às habilidades exigidas pelo contexto econômico global. O autor questiona a ênfase excessiva na avaliação quantitativa e na busca por resultados tangíveis, o que leva, em muitos casos, a uma concepção reducionista do estudo e da disciplina. Ele critica a instrumentalização do conhecimento e a submissão da educação aos imperativos econômicos, destacando que isso pode comprometer a formação crítica e reflexiva dos estudantes.

Laval (2019a, p. 220) menciona que, segundo a perspectiva neoliberal, a chave para melhorar o desempenho e a igualdade na escola é promover situações de mercado, ou seja, a competição. Isso começa com a competição entre escolas locais; os pais devem ter o direito de escolher a escola como consumidores. A ideia central é que os pais devem ser responsáveis pelo investimento realizado em seus filhos, pois estão gastando seu próprio dinheiro. Esse modelo é conhecido pelos liberais como soberania do consumidor, sendo a base para todas as supostas vantagens desse sistema. O autor ressalta que, diferentemente da educação corporativa, a abordagem da escola emancipadora valoriza a oportunidade de proporcionar condições necessárias para que a assimilação de conhecimento científico, incluindo aqueles essenciais para a vida profissional, seja garantida a um grande número de pessoas.

Laval (2019a) advoga por uma educação digna, que, sob sua perspectiva, deve ser universal. Além disso, ele examina as relações de poder presentes na instituição escolar, analisando como certas formas de disciplina são utilizadas para controlar e normalizar os alunos; e mais, destaca a importância de questionar e repensar essas estruturas de poder, visando promover uma educação democrática e emancipatória.

2.2 PAREDES CORROÍDAS PELO TEMPO OU MEROS GALPÕES DO SUBJETIVISMO DAS REDES?

Como mencionamos na seção anterior, a escola é uma instituição secular, com propósitos definidos. Ela tem evoluído ao longo do tempo para atender às demandas da sociedade. Os sistemas educacionais são moldados pelas exigências

culturais, tecnológicas e sociais de cada época. Currículos, métodos de ensino e objetivos educacionais podem mudar para se adaptarem às transformações sociais.

As inovações tecnológicas têm se tornado cada vez mais integradas à existência humana, desencadeando uma das mais notáveis metamorfoses já experimentadas pela sociedade. De maneira gradual e imperceptível, o cotidiano tem sido impactado, resultando em transformações significativas que afetam a todos, independentemente da classe social. Não podemos ignorar essa revolução. A relação tempo-espço está se modificando e influenciando as interconexões individuais e coletivas. A rapidez com que as notícias se propagam, a mobilidade de trabalhar em *home office*, sem o incômodo de deslocar-se fisicamente até o trabalho, o fato de a simultaneidade não ser uma exigência para o diálogo entre duas pessoas, dentre outras facilidades midiáticas, têm configurado paradigmas decorrentes dessa revolução. Essa evolução digital tem implicações no ambiente escolar, mudando algumas de suas concepções, provocando discussões e rupturas.

Sibilia (2012) aborda o tema das paredes corroídas pelo tempo e meros galpões do subjetivismo das redes como metáforas para refletir sobre os impactos da tecnologia e das mídias sociais na experiência cotidiana e na subjetividade. A crescente incompatibilidade entre essa nova realidade e os velhos alicerces da escola é motivo de preocupação. A autora afirma que as subjetividades se constroem nas práticas cotidianas de cada cultura, e os corpos também se esculpem nesses intercâmbios, deixando questionamentos em relação à escola: “De que tipo de escola, ou de que substituto dela necessitamos?”; ou “A escola seria então uma máquina antiquada?” (Sibilia, 2012, p. 56).

Ao utilizar a expressão paredes corroídas pelo tempo, a autora faz referência à ideia de que as fronteiras entre o espaço privado e o público, o real e o virtual, estão se tornando cada vez mais tênues. Ela argumenta que as mídias digitais permitem uma exposição e uma visibilidade constantes, fazendo com que aspectos íntimos e pessoais da vida se tornem públicos e sejam moldados pela lógica do espetáculo, “[...] ostentando seus feitiços tecnológicos e seu estilo de vida globalizado” (Sibilia, 2012, p. 9).

Por sua vez, quando ela fala em meros galpões do subjetivismo das redes aponta para a noção de que as redes sociais podem promover uma subjetividade fragmentada e superficial. A autora critica como as plataformas digitais incentivam a construção de identidades virtuais que, muitas vezes, são desprovidas de uma base

sólida e autêntica. Argumenta, ainda, que a busca por *likes*, seguidores e aprovação nas redes sociais pode levar à construção de identidade baseada em aparências e superficialidades, distanciando-se de uma reflexão mais profunda e genuína sobre quem realmente são, ou o que realmente é necessário.

Sibilia (2012, 2016) analisa como essas transformações afetam a subjetividade contemporânea, questionando os efeitos da cultura midiática e da exposição constante nas redes sociais. Ela também busca propor uma reflexão crítica sobre a necessidade de construir espaços de intimidade, reflexão e resistência diante da lógica da visibilidade e do espetáculo.

Sibilia (2012) indaga sobre os tipos de corpos e subjetividades que as pessoas gostariam de forjar, pensando tanto no presente quanto no futuro da sociedade. Por um lado, a influência do classicismo secular trazida pela instituição escolar; por outro, a falta de harmonia e ajuste coletivo entre as escolas e seus estudantes, devido às suas formas de ser, que são caracteristicamente contemporâneas.

Segundo Sibilia (2012, p. 16), “fica claro que a escola é uma tecnologia de época”, com o intuito de atender a demandas específicas da modernidade, que, a princípio, estava fundamentada (pelo menos no campo das ideias) nos ideais de igualdade, fraternidade e democracia. A escola destinava-se a um conjunto de aprendizagens úteis e práticas. Mais adiante, considerando o ideal kantiano, tinha o objetivo de humanizar e disciplinar o homem, convertendo-o em cidadão. Outra finalidade da escola seria tornar o ser humano capaz de desenvolver determinadas habilidades, como ler e escrever, podendo, a partir disso, aprender outras capacidades mais específicas, ensinando-o a pensar e a agir de acordo com os parâmetros da época.

A perda de eficácia no funcionamento das engrenagens disciplinares, segundo Sibilia (2012), consistiu em um dos indícios da crise atual da educação. Para a autora, o enfraquecimento do Estado e a perda de autoridade de figuras-chave, como o pai e o professor, contribuíram para o enfraquecimento e a deterioração das paredes da escola. É importante mencionar que a escrita dessa autora não é nostálgica em relação às propostas de Kant. Ela apenas nos mostra como havia uma coerência entre o projeto iluminista e a ideia de uma escola disciplinar. Os ideais de liberdade, igualdade e conhecimento estavam de alguma forma em consonância com as propostas de uma escola disciplinar.

Entretanto, se a sociedade contemporânea está fascinada pelos sedutores feitiços das imagens, é necessário, segundo Sibilia (2012), criar pequenos laços precários para combater a apatia e o escasso entusiasmo dos alunos, provocando altas taxas de abandono escolar em todo o mundo. Será necessário readequar a escola para atender à demanda desses novos alunos completamente midiaticizados, garantindo a atratividade da escola? A escola precisa se adequar à necessidade subjetiva contemporânea? Este não é papel da escola, que deve ater-se ao compromisso do estabelecimento do saber propedêutico.

A tentativa de modernização da pedagogia não é novidade: novos currículos prescritos, projetos político-pedagógicos inovadores, reconfiguração da disposição das carteiras em sala de aula, inserção de aparelhos eletrônicos, como *chromebooks* e *datashows* nas salas de aula, mudança de terminologia, como substituir conteúdo por objeto de conhecimento, e professor, antes mestre, por coordenador de atividades ou supervisor curricular. No entanto, percebemos que essas tentativas de reformulação dos dispositivos pedagógicos ainda não obtiveram êxito.

Sibilia (2012, p. 118) sinaliza uma inquietude ao questionar: "[...] o que significa educar quando as subjetividades envolvidas nesse processo já não são as do professor e do aluno, mas as de consumidores imersos em plena era midiática?". Com base nesses questionamentos, levantamos outros: a escola ainda é o lugar onde se desenvolve o pensamento reflexivo, consciente e racional, diferenciando-se do pensamento de base perceptiva comum nos múltiplos estímulos simultâneos e nas constantes distrações das vivências midiáticas? Desde quando a escola assumiu o papel de se adequar às exigências do neoliberalismo?

Diante dessas indagações, entendemos que, para o professor, o desafio reside em se aproximar do novo ambiente contemporâneo, no qual os discentes estão imersos, a fim de superar os paradigmas da escola tradicional. Mediante as leituras e discussões realizadas, restou claro que esse não é o papel da escola ou do professor. Não podemos ser meros reprodutores do neoliberalismo e contribuir para o fracasso da educação. A luta contra a subjetividade e influências neoliberalistas na educação requer o combate contra a ignorância e a passividade. Dessa forma, é de suma importância que a escola não compactue com a máxima do "pão e circo", expressão que tem origem na Roma Antiga, designando a descrição

de uma estratégia de controle social em que as autoridades governamentais ofereciam ao povo, em troca de apoio, entretenimento e provisões básicas.

Como salientado por nós, a escola não pode ser considerada como a panaceia da sociedade. Não podemos tomá-la como o remédio para todos os males da humanidade. Entretanto, essa instituição tem o dever de capacitar os alunos para que pensem criticamente, questionando pressupostos e tomando decisões conscientes, refletindo-se em um engajamento cívico e na preocupação com o bem-estar coletivo. Explorar a apreensão dessa emergente geração que hoje ocupa as salas de aula é desvendar veredas para uma interlocução mais eficiente e enriquecedora com os jovens.

Teríamos, então, que ponderar sobre as metamorfoses históricas que marcaram o percurso das diferentes gerações, desde os *baby boomers* (também conhecidos como a geração do amor e paz, nascidos entre 1946 e 1964), passando pela geração X (caracterizada pelo movimento hippie e pela revolução sexual, nascidos entre 1965 e 1979), a geração Y (marcada pela revolução tecnológica, nascidos na década de 1980), a geração Z (reconhecida como a geração da internet, nascidos a partir da década de 1990) e, por fim, a geração Alfa (a geração conectada, nascidos a partir de 2010). Os jovens e adolescentes dessas últimas gerações cresceram imersos na tecnologia (*notebooks, tablets, videogames*, dentre outros) e buscam de maneira ativa soluções para suas demandas, sejam elas de ordem diversificada ou mesmo voltadas para o entretenimento, tudo de forma altamente dinâmica.

Destarte, como pensarmos a escola se defendermos que o conhecimento não pode ser fragmentado e desconexo? Compreendemos que o ato de educar implica nutrir uma mente crítica, promovendo a curiosidade intelectual e a capacidade de analisar, questionar e compreender de forma mais aprofundada os assuntos abordados. Ele deve provocar inquietudes e mudanças significativas.

As transformações advindas do capitalismo geraram inúmeras contradições. Se antes a escola tinha como meta a fabricação de bons trabalhadores, hoje, com os princípios neoliberalistas, a escola se concentra no consumidor perfeito. A ideia de livre escolha envolve uma falsa sensação de liberdade, sendo esta uma crítica comum feita por diversos pensadores e teóricos sociais, estando relacionada a várias características do sistema capitalista que podem dar a impressão de liberdade, mas, na verdade, são limitadas ou ilusórias em muitos aspectos. Um exemplo é a

falsa sensação de liberdade de escolha do consumidor. Estes têm uma ampla gama de produtos e serviços para escolher, instituindo uma falsa sensação de amplitude e liberdade. Por vezes, essas escolhas são limitadas pelas opções disponíveis no mercado e pelos recursos financeiros de cada pessoa.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de estamos inseridos em uma dependência econômica que restringe a liberdade de tomarmos decisões sobre nosso trabalho, nosso tempo e nossa vida. Precisamos trabalhar mais e mais para gastarmos com coisas que nem sempre são necessárias.

Neste ponto, Sibilia (2012) ressalta que a percepção atual das crianças e dos jovens em relação à escola é, por vezes, negativa, pois muitos a consideram chata e desinteressante. Essa visão é influenciada pela prevalência das mídias visuais na cultura contemporânea, as quais contrastam com os métodos tradicionais de leitura e escrita da escola. Como resultado, frequentar a escola pode ser encarado como um fardo para as crianças e jovens, que têm uma abordagem mais dinâmica na interação com os outros e com o mundo. A escola acaba se tornando um ambiente de confinamento, com seus altos muros e até grades, o que lembra o projeto arquitetônico de uma prisão para esses indivíduos. Paralelamente, as mídias tecnológicas de entretenimento se tornam cada vez mais atrativas para eles.

Dentro dessa perspectiva na qual professores e alunos estão imersos, muitos desses jovens concluem a educação básica sem alcançar um nível adequado de alfabetização funcional. Em grande parte dos casos, a escola não consegue cumprir sua função inicial de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos, prejudicando, dessa forma, sua participação efetiva e o pleno exercício de sua cidadania. Essa deveria ser a função social esperada da educação básica.

Ivan Illich foi um sociólogo, teólogo e pensador. Illich (2002) vê o diálogo estabelecido entre o homem, a informação e a tecnologia como algo que aponta para um resultado desastroso. Para o autor,

[...] em cada computador há uma opressão com a promessa de abrir novas estradas para os dados, para as substituições, para as inversões e a impressão instantânea. Um novo tipo de texto modela a mentalidade de meus alunos: o texto que sai da impressora não tem âncora, não pode pretender ser uma metáfora nem um original da mão do autor. Como sinais de um navio fantasma, suas fibras digitais formam moldes de imprensa arbitrários na tela, fantasmas que aparecem para desvanecer-se depois. Cada vez menos gente se aproxima do livro como um porto de significado. Sem dúvida, ainda transmite a alguns a admiração e alegria, perplexidade ou amargo pesar; mas temo que, para a maioria, sua legitimidade consiste

em ser pouco mais que uma metáfora apontando para a informação (Illich, 2002, p. 156, tradução nossa).

Sibilia (2016) corrobora as teses de Illich (2002) ao sustentar que o excesso de informações e interações, em vez de engendrar reflexão, entorpece a realidade, provocando dispersão e gerando o efeito inverso: a ausência de comunicação. A sociedade informacional não fomenta reflexões, mas tende a desativá-las, obstaculizando as possibilidades de diálogo e compartilhamento de uma vivência conjunta com os demais.

Entretanto, é necessário ponderar sobre essa matéria-prima do discurso midiático tão difundido atualmente. Este, baseado na informação e, a partir dela, na opinião, contrasta com a construção do discurso pedagógico, fundamentado no saber e no conhecimento. O que essa geração espera do futuro? Segundo Sibilia (2016), o conhecimento se acumula e é sustentado pela escrita, enquanto a informação é

[...] instantânea e múltipla, não responde a organizações hierárquicas preestabelecidas e seu suporte privilegiado costuma ser midiático; além disso, não depende da transmissão unidirecional para circular, mas se dissemina, formando redes (Sibilia, 2016, p. 115).

O dispositivo pedagógico, violentado pelo neoliberalismo, tem sido convertido ao espírito empresarial, com a customização e a personalização da aprendizagem, que combinam técnicas de mensuração e controle. A responsabilidade acerca da educação vai sendo transferida gradualmente do Estado para o mercado, e o indivíduo passa a ser encarregado de suas escolhas. Sobre isso, Sibilia (2016, p. 139) pontua que:

Com a transferência dessa responsabilidade para os indivíduos cada vez mais convertidos em consumidores e empresários de si mesmos, propaga-se a crença de que cada um pode e deveria ser capaz não só de se capacitar, mas também de administrar sua carreira, otimizando seus próprios recursos e minimizando a necessidade de intervenção pública.

Por fim, a referida autora aborda as expressões paredes corroídas pelo tempo e os meros galpões do subjetivismo das redes como formas de refletir sobre os impactos das tecnologias digitais e das mídias sociais na subjetividade humana, destacando a importância de buscar espaços de reflexão crítica e construção de identidade autêntica frente à lógica da exposição e do espetáculo.

Sibilia (2020), em seu artigo "Do confinamento à conexão: as redes infiltram e subvertem os muros escolares", compreende que, apesar da falta de consenso sobre as estratégias a serem adotadas para enfrentar a crise atual, muitos concordam que a escola precisa passar por uma transformação radical. No entanto, é necessário mais do que simplesmente usar novas tecnologias para acabar com o confinamento. O desafio real está em redesenhar a escola como um espaço de encontro e diálogo, em que o pensamento crítico seja produzido, e as experiências se tornem significativas para aqueles que a frequentam.

Não se trata, de modo algum, de restaurar a velha instituição oitocentista, supostamente boa porque 'funcionava bem', nem tampouco de atualizá-la para Tecnologias digitais, redes e convertê-la em mais um nó das redes de conexão e, assim, dissolvê-la fatalmente nessa metamorfose. [...] Trata-se de reinventá-la como algo ainda impensável, mas que merece ser inventado com todas as forças de nosso pensamento (Sibilia, 2020, p. 39-40).

Como podemos observar, é notória a necessidade de uma transformação radical nas escolas para o enfrentamento da crise atual. Sibilia (2012) afirma que simplesmente usar novas tecnologias não é suficiente; é preciso redefinir a escola como espaços de encontro, diálogo, produção de pensamento e experiências significativa. Essa transformação não implica restaurar a antiga instituição escolar, e sim reinventá-la.

Portanto, é fundamental buscarmos uma nova forma de educação, para além das estruturas tradicionais, de modo que seja possível explorar novas possibilidades. Há a necessidade de os alunos se perceberem como protagonistas de seu percurso escolar, assumindo-o com autonomia, disciplina e engajamento.

2.3 ESCOLA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE PENSAMENTOS E DECANTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: RUMO À CONSISTÊNCIA DO CONHECIMENTO

"Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender".

(Freire, 1997)

Educar é um processo político e cultural que molda percepções, valores e crenças, contribuindo para a manutenção ou transformação da estrutura social e das relações de poder. É muito mais do que a simples transmissão de conhecimentos e habilidades, consistindo em um processo complexo que molda a maneira como as pessoas pensam, interpretam o mundo e agem socialmente.

Como já foi citado anteriormente, na introdução desta Dissertação, Saviani (1995, p. 30) afirma que “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”. Dentro deste pressuposto, a escola é vista como uma instituição social organizada e formalmente estabelecida, que desempenha um papel de relevância na sociedade, que é a socialização do saber, de forma a possibilitar uma aprendizagem progressiva, construindo uma base sólida de conceitos e habilidades. Em outras palavras, a escola contribui para o acesso ao saber elaborado e para a formação do sujeito crítico.

Considerando um olhar a partir da abordagem histórico-social, observamos que a instituição escolar tinha como propósito principal fornecer instrução aos indivíduos, visando capacitá-los a desempenhar papéis na sociedade. Essa realidade, de certa forma, perpetua-se ainda hoje, fomentando uma antiga dicotomia, na qual os filhos das famílias econômica e socialmente privilegiadas recebem um ensino voltado para o desenvolvimento intelectual, enquanto os filhos das classes subalternas têm acesso apenas a uma educação restrita, destinada a perpetuar os papéis sociais que lhes foram atribuídos desde o seu nascimento.

A esse respeito, Dinali e Ferrari (2011, p. 230) pontuam:

[...] procuramos entender o cotidiano escolar também como um espaço privilegiado de resistências. Como um local singular de agenciamento de lutas cotidianas dos corpos contra os efeitos do poder; não apenas como um espaço de disciplinarização, de controle, de dominação dos indivíduos, mas, antes, como um espaço de possíveis práticas de liberdades, onde é possível criar, recriar, transformar, combater, militar – destruir para recriar.

Ao considerarmos essa premissa, a escola deve ser um espaço destinado ao pensamento crítico, um lugar atemporal e privilegiado de resistência que incentive pequenas ações cotidianas, como manifestações culturais, debates e questionamentos. Esse é um local onde a liberdade deve ser explorada e exercida, permitindo que o sujeito se empodere e possa expressar suas ideias, exercer sua criatividade e envolver-se em discussões que promovam a construção de uma

sociedade mais justa e igualitária. Não deve ser apenas um ambiente de reprodução de conhecimentos e valores preestabelecidos.

Essa concepção de escola ideal, defendida por diversos autores, como Freire (1996), Manzi (2023a), Saviani (1995), dentre outros, amplia as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento humano, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e autônomos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática.

Em seu livro "Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa", Freire (1996, p. 120) afirma que, para a escola se tornar um efetivo espaço de produção de pensamento científico, é necessário adotar uma abordagem pedagógica que promova a reflexão crítica, a criatividade e o engajamento dos alunos. Isso implica estimular o pensamento crítico, uma aprendizagem ativa e participativa, fomentando a criatividade, a interdisciplinaridade, a valorização da pesquisa e a investigação científica. O autor destaca a importância de incentivar os alunos a questionar, analisar e criticar ideias, teorias e conceitos, desenvolvendo argumentos bem fundamentados e avaliando diferentes perspectivas sobre os assuntos estudados.

Freire (1996) esclarece que, em vez de adotar uma abordagem puramente expositiva, a escola precisa incorporar métodos de ensino que promovam a participação ativa dos alunos em projetos, discussões em grupo, debates, simulações e outras atividades que envolvam a aplicação prática do conhecimento. A escola, segundo o autor, deve ser um ambiente dinâmico, proporcionando oportunidades para que os alunos expressem suas ideias criativas e busquem soluções inovadoras para os problemas, incluindo projetos de arte, escrita, ciência e tecnologia.

Outro ponto ressaltado por Freire (1996) versa sobre a integração de diferentes disciplinas e conhecimentos no ambiente escolar. Essa integração pode contribuir para uma compreensão mais abrangente do mundo e estimular o pensamento crítico, incentivando os alunos a explorarem conexões entre diferentes áreas do conhecimento.

É essencial que a escola fomente um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, permitindo que os alunos se sintam à vontade para compartilhar suas experiências, perspectivas e conhecimentos. Para Freire (1996), a apropriação do conhecimento científico requer a estimulação da curiosidade intelectual do aluno. Essa estimulação

pode ocorrer por meio da promoção da investigação e pesquisa independente. Ao se tornar sujeito ativo de sua aprendizagem, o aluno desenvolve habilidades de pensamento crítico e aprofunda seu conhecimento em áreas específicas.

Sibilia (2012) expressa preocupação com o uso constante e indiscriminado da tecnologia em sala de aula, que, segundo ela, tem levado os alunos à dispersão. Ao contrário do conhecimento científico, o entretenimento proporcionado pelas redes sociais ou pesquisas *online* resulta apenas na reprodução de conteúdos prontos, sem esforços adicionais. O hábito de adotar a prática do chamado Ctrl+c e Ctrl+v, o chamado copiar e colar, sem compreensão ou aprendizado efetivo do conteúdo, pode prejudicar o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da capacidade de resolver problemas por parte dos alunos. Essa prática pode tornar-se uma atividade enfadonha e comprometer a qualidade do processo educacional.

Chegamos a outro ponto de relevância para a efetivação do pensamento científico na escola: o papel do professor. Conforme Freire (1996), os professores desempenham função essencial na promoção do pensamento crítico, indo além da mera transmissão de conhecimento e orientando os alunos no desenvolvimento de habilidades críticas fundamentais para a tomada de decisões. O autor destaca várias dimensões da importância do professor nesse contexto. Os educadores atuam como modelos de pensamento crítico ao demonstrarem como analisar informações, formular perguntas relevantes e tomar decisões conscientes, sendo que os alunos frequentemente aprendem por meio da observação do comportamento de seus professores.

Outro aspecto relevante é que os professores podem ensinar aos seus alunos habilidades e estratégias específicas para fomentar o pensamento crítico, como avaliar fontes de informação, analisar argumentos, identificar preconceitos e formar opiniões embasadas em evidências. Freire (1996) ressalta que uma das maneiras de os professores auxiliarem os alunos na aquisição do conhecimento científico é estimular o debate e a construção colaborativa do saber em sala de aula. Essa abordagem permite que eles pratiquem o pensamento crítico ao defenderem suas opiniões, promovendo, assim, o respeito às diversas perspectivas.

Por fim, é responsabilidade do professor comprometido com a construção do conhecimento científico fornecer *feedbacks* construtivos sobre os trabalhos de seus alunos. Essa prática pode levar os estudantes a refletirem sobre acertos e erros, proporcionando novas oportunidades para o aprimoramento do aprendizado.

Uma educação reflexiva demanda disciplina, atenção, estudo e preparação. Tanto professores quanto alunos precisam adotar uma postura reflexiva, envolvendo autoavaliação, questionamento crítico, participação em discussões abertas e análise de experiências passadas, tanto positivas quanto negativas. Essa abordagem resulta em uma nova postura, na qual todos aprendem o máximo possível com tais vivências. Salientamos que valores como empatia e autoconsciência são imprescindíveis para a consolidação de uma educação reflexiva.

Segundo Freire (1996, p. 43), "na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". Com relação à posição e à aceitação dos educadores, continua: "Quando eu aceito completamente quem eu sou e entendo as razões por trás do meu comportamento atual, eu me torno mais capaz de me transformar e me promover" (Freire, 1996, p. 44).

Esse pensamento autorreflexivo promove a internalização da importância do papel do professor na vida dos alunos em formação e a percepção de que o professor desempenha um papel crucial como sujeito formador na sociedade, assumindo uma função que, de acordo com Soares e Pinto (2001, p. 7), "[...] será de incentivador, facilitador, mediador das ideias apresentadas pelos alunos, de modo que estas sejam produtivas, levando os alunos a pensarem e a gerarem seus próprios conhecimentos".

É inegável a relevância da avaliação na contemporaneidade, em que a incessante busca por aprovação, expressa por meio de *likes* nas redes sociais, nos submerge em um cotidiano marcado pela avaliação quantitativa. No entanto, é fundamental reconhecermos que essa métrica nem sempre reflete a realidade. Enquanto desfrutamos dos inúmeros benefícios dos avanços tecnológicos, não podemos ignorar a persistente natureza disciplinadora da sociedade, mantendo-nos sob o olhar constante do panóptico. Observamos, sobretudo entre os jovens, a busca desenfreada por aprovação virtual, resultando em frustrações quando as avaliações não correspondem às suas expectativas. Essa dinâmica, por sua vez, tem acarretado prejuízos significativos para o bem-estar individual e coletivo.

Conforme Freire (1998), a avaliação reflexiva deve consistir em parte essencial do processo ensino-aprendizagem e precisa ocorrer de forma dialógica. O autor enfatiza a importância de a avaliação estar enraizada junto às experiências e

realidades dos alunos, relacionando-se com questões concretas e práticas. Além disso, esse é um processo contínuo, que acompanha o progresso dos estudantes, adaptando-se às suas necessidades.

Por fim, Freire (1998) chama a atenção para o fato de que, se a avaliação não tiver um cunho transformador para a vida do aluno, perde seu significado. Dessa forma, ela não deve apenas medir o conhecimento adquirido, como também capacitar os alunos para se tornarem agentes de transformação social, pessoas conscientes de seu papel na sociedade. No contexto educacional, a avaliação é vista como uma ferramenta imprescindível, exercendo papel mediador no desenvolvimento da escola. Sua função consiste em acompanhar, analisar e redirecionar as atividades realizadas pela instituição de ensino. Em vez de focar apenas em provas e notas, a escola deve adotar uma abordagem de avaliação formativa-qualitativa, fornecendo *feedback* contínuo aos alunos para ajudá-los a refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem.

A escola, no entanto, está submetida às regras do neoliberalismo, que incentiva a competição e a avaliação externa como uma métrica entre as instituições, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Isso a distancia da avaliação formativa-qualitativa. Isso porque, na contemporaneidade, a avaliação é confundida com medição, associada a padrões quantitativos, regulados por órgãos externos. Esses órgãos utilizam-na como um processo de seleção, criando mecanismos classificatórios que estabelecem uma cultura de concorrência entre as escolas, classificando-as como melhores e piores, o que prejudica o seu desempenho e afeta o recebimento de verbas, por exemplo.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), a diferença entre medir e avaliar é bastante clara no contexto educacional. Medir envolve a quantificação do aprendizado pretendido, expresso em notas, conceitos ou menções. Avaliar, por outro lado, relaciona-se com uma concepção específica de educação, do papel do professor e do conhecimento. A distinção entre medir e avaliar evidencia as diferentes concepções sobre o processo de avaliação. Compreendemos, dessa maneira, que a avaliação não deve ser apenas diagnóstica, visando refletir a realidade, mas também precisa focar no objetivo de atribuir significados, perspectivas e proporcionar subsídios para que, por meio dela, as transformações necessárias possam ser promovidas.

Ao adotar a prática da avaliação qualitativa, a escola tende a se configurar como um ambiente rico. Nesse ambiente, os alunos são incentivados a pensar criticamente, aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades para aplicarem o que aprenderam em suas vidas, com vistas à construção de uma sociedade informada e consciente.

CAPÍTULO 3 – ENSINO DISCIPLINAR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a importância do ensino disciplinar acadêmico e a valorização da instituição escolar, verificando os impactos da educação subjetiva e empresarial, aliada à fluidez imediata da escola sem paredes.

3.1 A IDEOLOGIA DA GESTÃO E A EFICÁCIA ECONÔMICA NA EDUCAÇÃO

Durante o percurso empreendido para a elaboração desta dissertação, diversos temas foram objetos de discussão e reflexão. Ao longo desse processo, concepções preconcebidas foram gradativamente dissipadas, cedendo espaço ao fomento de uma abordagem mais crítica e científica. No transcorrer das indagações suscitadas e das tentativas de resposta, ficou evidente para nós a necessidade de defesa da instituição escolar. Nesse contexto, percebemos a escola não apenas como um espaço físico, mas também como uma instituição dotada da capacidade intrínseca de fomentar a indagação e o pensamento crítico, elementos essenciais nos dias contemporâneos.

Ronaldo Manzi (2020, p. 13), analisa de que forma a cultura do imediatismo tem transformado a vida das pessoas, impondo uma falsa sensação de poder, controle e saciedade, destacando que "basta um clique para que a realidade (virtual) mude conforme o que se quer naquele momento". Essa perspectiva, descrita de maneira perspicaz pela psicanalista Leilyane Masson, ao prefaciar a obra de Manzi, nos remete à imagem do panóptico de Foucault, no qual a constante vigilância é aceita de forma aparentemente despreocupada, uma vez que se busca, de maneira ininterrupta, a visibilidade. Não ser contemplado pelas mídias equivale, nesse contexto, a uma forma de inexistência. O apelativo canto da sereia, representando a ilusória noção de progresso e evolução fluida, não passa de um reflexo do imediatismo e da superficialidade que caracterizam a existência contemporânea.

Sibilia (2012) nos chama a atenção para a onipresença da tecnologia, ressaltando sua influência abrangente em todos os aspectos de nossas vidas. Essa presença constante impacta a maneira como lidamos com o tempo, as relações interpessoais e nossa própria identidade, uma vez que o que compartilhamos nem sempre reflete a realidade de nossas experiências. O entretenimento, a informação e

o divertimento têm gradualmente ocupado o espaço que antes era dedicado ao estímulo da curiosidade, do movimento e da criatividade. Esse fenômeno, por si só, oferece-nos algumas respostas: observamos um aumento nos casos de crianças com déficit de atenção, ansiedade e hiperatividade, tendências que frequentemente se perpetuam na vida adulta, resultando em indivíduos descontentes e mal preparados para enfrentarem os desafios da realidade.

Sibilia (2012) nos esclarece que vivemos em uma era caracterizada pela fluidez e pelo subjetivismo. A autora salienta que os estudantes estão progressivamente menos motivados a buscarem conhecimento científico, preferindo a superficialidade das informações instantâneas e fluidas. É importante esclarecermos que retornar à noção de disciplina não implica regressar aos mesmos objetivos que predominavam em períodos anteriores, como no Iluminismo. A retomada da disciplina, no contexto atual, representa uma forma de resistência ao subjetivismo, sendo uma busca pelo estudo e pela atenção, necessários para uma compreensão real, não apenas do conteúdo aprendido, mas também dos eventos que nos cercam.

Manzi (2020) nos alerta sobre um papel essencial da educação, argumentando que ela possui o compromisso de ver além e de sustentar a crítica. Nesse sentido, há urgência em reintroduzir o simbólico, proporcionando espaço para que as crianças experimentem determinados sentimentos por meio da descoberta, do questionamento, da ludicidade, bem como sensações de perda e frustração. Essas vivências são imprescindíveis na preparação dos indivíduos para lidarem satisfatoriamente com os desafios da maioria.

Manzi e Tavares (2023) suscitam uma discussão sobre a importância de uma educação que priorize a equidade. No ensaio intitulado "O que seria 'Um povo capaz de skholè'? Reflexões sobre a educação no campo", questionam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que diz respeito ao artigo da lei sobre educação em zonas rurais. Esse dispositivo legal expressa claramente que a educação no campo deve se adequar às peculiaridades da vida rural e de cada região, estabelecendo uma continuidade entre a vida familiar e escolar. De acordo com os autores, a função da escola é a de modificar a vida do aluno de tal forma que ele proponha mudanças positivas e significativas na sociedade e em sua própria forma de viver, assim como na vida das pessoas ao seu redor. Em outras palavras,

os autores entendem que, em muitas situações, é necessário abandonar a zona de conforto e buscar o novo.

Manzi e Tavares (2023) destacam a importância de proporcionar condições igualitárias de ensino a todos os alunos, considerando tal premissa como um princípio educacional fundamental. Conforme os autores, assegurar que cada estudante tenha acesso e oportunidades educacionais representa um pilar essencial da equidade social, com o potencial de reduzir disparidades educacionais e, por conseguinte, desigualdades de oportunidades.

Em continuidade aos estudos de Manzi e Tavares (2023), os autores inferem que, ao proporcionar igualdade de acesso à educação, os estudantes são imersos em um contexto educacional que possibilita o desenvolvimento de seus potenciais, independentemente de sua origem social, étnica ou econômica. Isso contribui para o florescimento de talentos e habilidades diversos. Além disso, uma educação igualitária é percebida como um agente de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, proporcionando às pessoas oportunidades para superar obstáculos e contribuir para o bem-estar coletivo.

Importa ressaltarmos que uma escola que valoriza a diversidade de perspectivas e experiências enriquece a sociedade e impulsiona a inovação, permitindo que diversas vozes sejam ouvidas. Isso, por sua vez, contribui para o progresso e a redução das desigualdades sociais.

É desafiadora a perspectiva de Manzi e Tavares (2023, p. 20), os quais reconhecem a importância de "dar autoridade à tradição, ao estudo, ao que nos é legado, para que daí haja uma renovação a partir de um vínculo com o passado". Notamos nesse trecho a ênfase na necessidade de conferir autoridade e respeito à tradição, ao conhecimento previamente estabelecido e ao legado cultural. Essa concessão de autoridade é vista como um meio de estabelecer um vínculo com o passado, a partir do qual podemos buscar inspiração e orientação para inovar e renovar nossa sociedade e nossas práticas. Metaforicamente, o passado é concebido como fornecedor de raízes sólidas que possibilitam o crescimento de uma árvore frondosa, representando o progresso.

Manzi (2023a) chama nossa atenção para a escola contemporânea, caracterizada pelos ideais neoliberalistas, nos quais há a negação do papel público da educação. O autor destaca que a escola se transformou em um ambiente preparatório para o social e o mercado, adotando uma abordagem na qual os alunos

são tratados como clientes e encarregados da responsabilidade de se integrarem ao mercado de trabalho, alcançando realização profissional e pessoal. Essas características, segundo o autor, não condizem com a essência específica da escola. Apoiado em autores como Masschelein e Simons (2018), ele argumenta que a escola deveria ser concebida como um espaço público, propenso ao bem comum, priorizando a criação de um ambiente de igualdade e um desejo intrínseco pelo conhecimento.

A concepção de uma escola fundamentada nos princípios mercantilistas reforça as desigualdades e acentua o distanciamento social e cultural, resultando na perda da universalidade cultural. Para Manzi (2023a), não é atribuição da escola julgar antecipadamente o que cada comunidade deve aprender. O aluno precisa ser tratado como tal, não sendo sua identidade atrelada automaticamente a uma determinada classe social ou cultural. Por meio da educação, em um processo de aprendizagem aberto e receptivo, esse sujeito pode explorar o desconhecido e alcançar o que antes era considerado inatingível, despertando interesses e apropriando-se de conceitos que, anteriormente, eram tidos como incompreensíveis ou sem sentido.

Ao desafiarem concepções convencionais, Manzi e Tavares (2023) defendem que a escola deve suspender a identidade individual do aluno, uma proposta que, segundo os autores, difere de um “apagamento”. Nesse contexto, a suspensão das diferenças é pensada em termos de identidade e reconhecimento. À escola, portanto, seria atribuída a finalidade de despertar a atenção e o interesse do aluno no mundo, suspendendo a ideia de indivíduo em favor do bem comum. Ao contrário da abordagem neoliberalista da educação, que fomenta o individualismo e a competição, a escola deveria promover uma abordagem mais coletiva, na qual o bem comum é valorizado em detrimento do individualismo. Com isso, cultivaria a consciência social e a conexão com a comunidade e o mundo.

Manzi (2022) assevera que nos tornamos capital humano. Sob essa perspectiva, cada indivíduo é responsável por sua própria evolução, sendo consideradas falhas pessoais a falta de competitividade ou o sucesso na vida social e privada. A escola, dentro desse contexto, passa a ser uma obrigação dos pais, e não mais do Estado. O autor questiona o fato de que nos foi incutida – dentro da perspectiva de que somos capital humano – a crença de que quanto maior o estudo, maior é a chance de a pessoa ser mais bem-sucedida. Essa ideia não configura uma

verdade absoluta, pois a hegemonia ideológica da classe dominante prevalece, e as classes desprivilegiadas economicamente só terão uma mudança significativa em suas vidas se houver uma mudança social. Assim, o discurso neoliberal perpetua-se, mesmo que de forma velada.

Manzi (2022, p. 252) continua sua reflexão comparando a escola com um campo de batalha:

[...] De um lado, visa-se habilitar os alunos técnica, social e ideologicamente para o trabalho; por outro, há uma busca em conhecimento e habilidades para uma melhor compreensão da realidade, voltando-se aos seus próprios interesses econômicos, políticos e sociais.

Para o autor, essa é a grande batalha travada pela educação: adequar os alunos para a subserviência à demanda do capital e às leis de mercado ou formá-los para serem cidadãos? Ele destaca a necessidade de pensarmos a educação fora da reprodução das relações de poder, para que a escola não perpetue ou reproduza as desigualdades e hierarquias de poder presentes na sociedade. Isso implica promover a igualdade de oportunidades, o acesso equitativo ao conhecimento e a promoção da justiça social no sistema educacional.

Outro ponto importante discutido no mesmo livro trata do questionamento sobre se a educação é ou não uma mercadoria. O autor nos mostra que, ao contrário do que muitos economistas pregam, "[...] de que a educação é um bem essencial e que a longo prazo traz consigo a realização e os benefícios econômicos", muitos jovens ainda abandonam a escola e decidem buscar sua realização no mercado de trabalho ou em outros afazeres. "É como se os alunos não se interessassem pela mercadoria oferecida" (Manzi, 2022, p. 251).

Ainda ponderando sobre a importância da educação, recorreremos ao filósofo contemporâneo István Mészáros, amplamente conhecido por suas contribuições à teoria marxista e à crítica social. Em uma de suas obras mais conhecidas, "A Educação para Além do Capital", originalmente publicada em 1930, ele desenvolve uma análise crítica do capitalismo e explora caminhos para uma transformação socialista. Ivana Jinkings, já na apresentação desse livro, manifesta uma prévia das ideias que o permeiam:

[...] Em Mészáros, educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim a conscientização e o testemunho de vida. É construir, libertar o

humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades. [...] Uma educação para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital (Mészáros, 2008, p. 13).

Isso nos remete ao fato de que a educação não deve estar centrada apenas no sistema econômico de mercado. Assim, é preciso pensarmos em alternativas e abordagens educacionais e sociais que não estejam estritamente focadas na maximização do lucro e na competição, e sim que busquem valores como igualdade, justiça social e sustentabilidade.

Conforme Mészáros (2008), o capitalismo é intrinsicamente insustentável e que suas crises são inevitáveis. Ele defende a necessidade de transcender esse sistema e desenvolve uma análise sobre a importância da autogestão e do controle social na construção de uma sociedade mais justa, oferecendo *insights* sobre como superar as injustiças e a doutrinação impostas subjetivamente pelo capitalismo. O autor nos leva à reflexão sobre como, ao longo do tempo, as instituições educacionais foram se ajustando às mudanças nas decisões reprodutivas do sistema capitalista. Essa mudança não se limita apenas às instituições de ensino formal, mas também a outros campos indiretamente relacionados à educação.

Nesse sentido, o autor acrescenta: "Uma das funções principais da educação formal nas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados" (Mészáros, 2008, p. 45). Desse modo, a determinação geral do capital exerce influência na educação, tanto nas instituições educacionais formais quanto em outros aspectos da sociedade. Por estarem intimamente ligadas, as instituições educacionais formais desempenham papel importante na internalização. Mesmo aqueles que não as frequentam precisam receber instruções adequadas ao seu lugar na ordem social, bem como à sua tarefa de reprodução. Nessa concepção, a educação deve estar alinhada com as decisões gerais da sociedade para funcionar adequadamente, sendo necessário internalizar nos indivíduos a legitimidade de suas posições na hierarquia social, bem como suas expectativas e comportamentos, para que assim, sejam validados positivamente. Dessa forma, ao se alinhar com as diretrizes societais, a educação contribui para desenvolver indivíduos massificados e conformados com seu *status quo*.

De acordo com Mészáros (2008), a relação entre a escola e o capital visa assegurar a aceitação coletiva dos objetivos de reprodução do sistema, sendo a internalização um fator determinante nesse processo, ao garantir a adesão aos padrões reprodutivos estabelecidos pelo sistema capitalista. Contudo, ao internalizar as pressões externas, os indivíduos acabam limitando seus próprios desejos pessoais às exigências de uma sociedade mercantilizada. Somente por meio da ação coletiva consciente é possível superar essa situação opressiva e paralisante.

O autor chama a atenção para o fato de que a educação formal não deve compactuar com a força ideológica que sustenta o sistema capitalista; ao contrário, deve oferecer uma alternativa emancipatória. Seu principal papel na sociedade é promover a coerência e o consenso, tanto dentro de seu espaço físico, nas instituições educacionais, quanto além delas.

Entretanto, segundo o autor citado, seria ingênuo esperarmos que uma sociedade mercantil ofereça sanções efetivas ou apoie plenamente a tarefa de transformar a lógica do capital em benefício da sociedade. Por isso, soluções no campo da educação devem abranger uma ampla gama de práticas educacionais, promovendo, primordialmente, o pensamento crítico. Assim, enquanto a lógica do capital continuar sendo o principal referencial para a orientação social, soluções educacionais formais podem ser revertidas, mesmo se estiverem protegidas por lei. Dessa forma, a libertação do sistema educacional não pode ser alcançada apenas por meio de reformas (Mészáros, 2008, p. 63).

A par desse pensamento, entendemos que seja preciso romper com a lógica do capital na educação, substituindo formas internalizadas de mistificação por alternativas concretas e abrangentes. Para Mészáros (2008), o aprendizado é essencial para a realização pessoal e a busca pela liberdade humana. Todavia, é importante questionarmos se o conhecimento vem sendo usado para manter uma ordem social alienante ou para promover a libertação individual. Nessa ótica, devemos refletir sobre o sistema educacional, o qual está sendo moldado para atender aos interesses do capitalismo, utilizando a educação como uma ferramenta de reprodução da ordem social existente, sem oferecer uma perspectiva emancipatória.

Mészáros (2008) infere que o problema central que precisa ser enfrentado é o sistema educacional, incluindo todas as suas dimensões visíveis e ocultas. Nesse

sentido, é preciso substituir as práticas internalizadas por alternativas abrangentes para romper com a lógica do capital na educação.

Da mesma forma, Mészáros (2008) destaca a importância do processo de aquisição de conhecimento. Contudo, ele ressalta a necessidade de examinar a maneira como interpretamos o conteúdo que estamos aprendendo, questionando se ele perpetua a submissão ao sistema econômico dominante ou, inversamente, promove a emancipação. O autor enfatiza a importância de reconhecer o processo de aprendizagem em sua totalidade, buscando otimizar os resultados positivos, e minimizar os efeitos adversos. Argumenta também que apenas uma abordagem educacional mais abrangente pode catalisar uma mudança genuína e radical, proporcionando as ferramentas necessárias para romper com a lógica do capital. Ele adverte contra a adoção de soluções institucionais formais, que podem perpetuar um círculo vicioso, protegendo a lógica do capital sob a fachada de uma abordagem aparentemente democrática, mas que, na realidade, é elitista e perigosa.

Nesse contexto, é imprescindível citarmos Antônio Gramsci, teórico marxista italiano, também conhecido como o teórico do poder cultural. Segundo Gramsci (1957), o Estado emprega uma ideologia não explícita, baseada em valores apoiados por uma minoria no ápice da hierarquia social. Na perspectiva desse autor, o Estado não apenas exerce dominação direta e autoridade política, mas também organiza o consentimento, tirando proveito da hegemonia ideológica e da adesão mental das pessoas a uma visão de mundo firmemente consolidada e justificada por suas atividades de poder cultural.

Gramsci (1957) enfatiza que todas as pessoas contribuem para a formação de uma visão de mundo comum, seja para mantê-la, seja para mudá-la. A predominância da educação formal e estritamente institucionalizada favorece o capital, mas não pode ser totalmente controlada. Nenhuma manipulação externa pode alterar o processo complexo que molda a visão de mundo. Uma hegemonia alternativa, objetivamente incompatível com o capital, atua como facilitadora de sua lógica. A dimensão de manutenção não pode ser considerada passiva na visão de mundo predominante. No entanto, mesmo que haja uma diferença na perspectiva de mundo em uma determinada época, a manutenção é ativa e benéfica para o capital enquanto ele permanecer ativo. Isso quer dizer que a manutenção possui sua própria base de racionalidade, ainda que problemática em relação às escolhas hegemônicas de trabalho. Assim, ela não apenas deve ser produzida em um

determinado momento por uma classe dominante, mas também deve ser continuamente reproduzida por eles, condicionada à permanência de sua base racional original.

Canotilho (2003, p. 5) exemplifica um momento em que podemos observar o poder das majorias: “Quando a maioria da população lutou pelo direito de voto no passado e desafiou o processo democrático eleitoral, isso representou uma mudança de atitude significativa, uma fissura nas instituições democráticas”. Contudo, essa mudança não deve ser interpretada como um afastamento completo da visão de mundo dominante. Em tempos de crise revolucionária, as condições tornam-se mais propícias para o surgimento de uma atitude transformadora e uma visão de mundo alternativa. Permitir que os indivíduos tenham controle ativo sobre suas escolhas políticas é fundamental para a compreensão do impacto da abordagem política radical e a superação dos desafios ou das crises políticas. A pressão econômica não é suficiente para fazer a crise desaparecer. Desse modo, é necessário encontrarmos uma maneira de estender seu alcance para além da crise. Para isso, a educação torna-se relevante na transformação dos padrões internalizados opressivos que sustentam as ideias dominantes (Mészáros, 2008).

Conforme ressalta Mészáros (2008), é por meio do processo de aprendizado, que acontece em diversas experiências ao longo da vida, que os indivíduos podem encontrar alimento intelectual e moral fora das instituições educacionais formais. Essa educação ampla e crítica é essencial para o enfrentamento dos desafios da sociedade atual.

Atualmente, a educação formal impõe um conformismo aos padrões estabelecidos em benefício da ordem social existente, mas é necessário resistir a essa máxima e oferecer uma alternativa sustentável. O autor supracitado afirma que os educadores têm papel decisivo nesse processo, pois a busca da cultura está diretamente ligada à emancipação. Para alcançar a emancipação, é preciso mudar radicalmente as condições econômica e política, transformando todo o modo de vida. Assim, a educação formal deve se afastar das restrições impostas pelo capital e buscar uma comunicação ativa com outros aspectos da prática educacional.

Tanto para Mészáros (2008) quanto para Manzi (2022), é consenso o pensamento de que a educação é fundamental para transcender a alienação no trabalho e criar uma mudança fundamentada na consciência, em todas as esferas da existência pessoal e social. Marx (2009) enfatiza que a alienação pode ser superada

reorganizando radicalmente as condições de existência e nosso modo de ser. Portanto, a intervenção consciente no processo histórico é necessária para superar a alienação.

Percebemos a existência de uma evidente mudança de lógica na escola, que tenta se adequar ao sistema econômico hegemônico, massificada pelos ideais neoliberalistas, modificando a concepção de seus valores educacionais. Em contraposição, é preciso ratificarmos a necessidade da retomada dos valores da educação.

Embora a educação possa desempenhar papel importante na transformação da visão de mundo e na quebra da lógica do capital, ela não pode ser vista como a única solução para todos os males da sociedade. Nesse contexto, estão inseridos também a desigualdade econômica, as estruturas de poder e o sistema político. Com base no que foi explorado até aqui, a derrocada das injustiças sociais ocorrerá quando esses problemas forem enfrentados de forma abrangente, em todas as dimensões da sociedade.

Marx (2009, p. 55) adverte que a estratégia reformista defende mudanças graduais na sociedade, mas essas mudanças são estruturalmente inatingíveis na estrutura social existente. A educação tem influência sobre esse processo, posto que permite o desenvolvimento de estratégias para mudar as condições objetivas de reprodução. Ele entende que a universalização do trabalho e da educação é um desafio que precisa ser enfrentado para além do capital.

A atual ordem capitalista é estruturalmente insustentável e aliena os indivíduos, impedindo a realização do seu pleno potencial. Ainda de acordo com Marx (2009), uma alternativa a esse controle alienado é a autorregulação, que está ligada ao autocontrole e à autorrealização. Para alcançar a liberdade e a igualdade em uma sociedade autogerida, é necessário que os indivíduos consigam escolher e definir seus próprios valores, de acordo com suas necessidades reais, em oposição aos desejos impostos pela acumulação de capital.

A mudança para uma sociedade sustentável é impedida pela cultura do desperdício e da escassez, inerente ao sistema capitalista. Para quebrar esse círculo vicioso, a educação deve possibilitar a deliberação plena e livre dos sujeitos envolvidos para identificar e estabelecer prioridades segundo as necessidades reais. Caso contrário, a escassez e reprodução ocorrerão em uma escala crescente,

aliados à criação de necessidades artificiais destrutivas, em prol do crescimento do capital (Hinkelammert; Jiménez, 2009).

A educação para além do capital não deve ser restrita a uma fase específica da vida de uma pessoa. A autoeducação igualitária está intrinsecamente ligada à autogestão da ordem social reprodutiva. Isso implica engajamento ativo dos indivíduos na administração das funções vitais da sociedade, que estão em constante evolução. Essa participação é essencial para capacitar os indivíduos a atenderem de maneira significativa às necessidades em constante mudança da sociedade (Hinkelammert; Jiménez, 2009).

Considerando os autores abordados até o momento, podemos inferir que vivemos uma crise estrutural no sistema capitalista global, apesar das alegações de êxito da globalização capitalista. A expansão global do capital não consegue resolver as contradições e conflitos inerentes à crise estrutural do sistema. A própria globalização se revela como tentativa malsucedida de remediar os impactos negativos do sistema, pois não consegue abordar suas raízes fundamentais. O atual período de ascensão global do capital representa, ao mesmo tempo, um momento histórico de transição de uma ordem social existente para outra de natureza distinta. Diante desse cenário, é preciso confrontar o desafio de romper com a lógica do capital e elaborar um plano estratégico de educação que ultrapasse essas limitações.

Segundo nossas leituras de Manzi (2022), Marx (2009) e Mészáros (2008), percebemos que não se pode conceber uma mudança social libertadora radical sem a contribuição concreta e ativa da educação. Da mesma forma, a educação não pode existir isolada, mas deve estar articulada e constantemente redefinida em sua inter-relação com as condições mutantes e a necessidade de transformação. Uma sociedade progressista emancipada está avançando e o sucesso depende do apoio mútuo entre a mudança social e a educação. Todos devem assumir a responsabilidade nesse processo, pois os educadores também precisam ser educados. O risco é muito grande para se considerar o fracasso. A tarefa em questão e sua estratégia geral não podem ser separadas ou opostas. Dessa forma, o sucesso estratégico só é possível se as tarefas forem executadas e se a abordagem direta for orientada pela síntese das estruturas estratégicas. Os passos em direção à mediação voltada para o futuro devem começar agora e devem ser articulados por meio de um espaço legítimo ocupado.

Com base nas análises de Manzi (2022), Marx (2009) e Mészáros (2008), compreendemos que uma mudança social libertadora e radical não pode ocorrer sem a contribuição ativa da educação. Esta, por sua vez, não pode existir de maneira isolada, devendo estar integrada e continuamente redefinida em sua interação dinâmica com as condições em constante evolução e a necessidade de transformação. O avanço de uma sociedade progressista e emancipada depende da colaboração mútua entre a mudança social e a educação, com todos assumindo responsabilidade no processo, reconhecendo que os educadores também necessitam de aprendizado contínuo. Dado o alto risco envolvido, considerar o fracasso não é uma opção viável.

A realização bem-sucedida da tarefa em questão e de sua estratégia geral estão intrinsecamente ligadas. O êxito estratégico só é possível quando as tarefas são executadas, e a abordagem direta é orientada pela integração das estruturas estratégicas.

3.2 REFLEXÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DO AMBIENTE EDUCACIONAL

Ao longo de um período de imersão em leituras e escrita, refletimos profundamente sobre a constatação de que a escola não pode ser encarada como uma panaceia capaz de corrigir todas as injustiças sociais. Contudo, existe consenso quanto à imprescindibilidade dessa instituição e, por conseguinte, do pensamento científico, para efetuar mudanças nos hábitos. Repensar a educação implica considerar abordagens mais focadas no ensino científico, em que a criticidade se torna um objetivo constante na vida do aluno. A disciplina acadêmica também desempenha papel crucial, visto que, para transformar pensamentos e posturas, é preciso estabelecer objetivos claros e manter um alto nível de concentração. A promoção de habilidades de leitura, interpretação e escuta crítica deve ser um objetivo pessoal constante dentro do ambiente escolar, tanto em nível individual quanto coletivo.

Compreendemos que atribuir valor à escola demanda investimentos significativos em infraestrutura, formação de professores e na elaboração de um currículo que incentive a criatividade e o pensamento crítico. Essa valorização

implica construção de parcerias eficazes entre o governo, a comunidade e o setor privado, visando estabelecer uma base sólida propícia ao estímulo do pensamento e à mudança de posturas. Isso é desafiador, uma vez que requer que a escola busque um equilíbrio entre eficiência econômica e equidade social. Essa harmonia pode ser alcançada por meio da promoção de políticas que garantam o acesso equitativo à educação, investimentos robustos em recursos públicos, valorização contínua dos educadores e resistência à privatização. Além disso, reconhecemos que a participação ativa da sociedade civil na discussão e definição de políticas educacionais é fundamental para criar um sistema mais inclusivo e orientado para o bem-estar coletivo.

Manzi (2022, p. 34) enfatiza a necessidade de a escola se configurar como um espaço marcado pela equidade e qualidade educacional. Ele destaca o atual contexto sob a influência do neoliberalismo, no qual prevalece a promoção da competitividade e da subjetividade fluida, argumentando que a educação deve afastar-se urgentemente dos valores empresariais e retornar aos seus princípios fundamentais, e ressaltando a importância de preparar o indivíduo para se tornar um cidadão reflexivo, capaz de analisar criticamente sua postura e influência no mundo ao seu redor. Na visão do autor, é preciso resgatar o pensamento científico como prioridade educacional.

Manzi (2022) alerta para o cenário em que nos encontramos, descrevendo-o como uma ilha pessoal sob a constante vigilância do panóptico, em que a subjetividade e a individualidade nos isolam, proporcionando uma falsa sensação de poder e satisfação.

Acerca do Ensino Superior, Manzi (2022) mostra como muitas vezes esse nível de ensino é tratado como um serviço sujeito às forças do mercado, enfrentando uma lenta agonia. A ênfase na competição entre as instituições, a busca desenfreada pela eficiência e a redução do papel regulador do Estado na educação têm consequências graves. Os recursos financeiros são cada vez mais limitados. A privatização, a avaliação dos resultados por indicadores econômicos e a excessiva ênfase na empregabilidade dos graduados são características comuns que contribuem para uma triste realidade na educação.

Com o propósito de enriquecer a discussão, é relevante mencionarmos Marina Garcés, filósofa, ensaísta e professora na Universidade Aberta da Catalunha. Segundo Garcés (2015, p. 46), existem apenas duas opções diante da crise atual:

"fugir ou se desafiar pelo luxo". A autora argumenta que a crise tornou as pessoas mais pobres e miseráveis, resultando no despojamento de bens públicos e valores. Para ela, a racionalidade instrumental e calculista se infiltrou em nossas vidas como consequência das privações enfrentadas. Ressalta ainda, a necessidade de manter a sala de aula dissociada de um programa educacional capitalista cognitivo, que dá prioridade a determinados tipos de capacidades e inteligências. Ademais, alerta para o risco de transformar a sala de aula em uma máquina de aprendizagem, limitando a educação ao mero treinamento de alunos destinados a se tornarem o recurso produtivo básico do capitalismo cognitivo. A expressão "aprender a aprender" reflete essa perspectiva, enfatizando a capacidade de aprendizado individual em detrimento do desenvolvimento coletivo.

Segundo a autora, a proposta de desinstitucionalizar a educação, abolir a competitividade nas escolas e salas de aula, e defender que a aprendizagem seja uma parte fundamental da vida como um todo, é vista, muitas vezes, como utópica e obsoleta. As escolas do futuro estão sendo moldadas por grandes empresas de telecomunicações e governos, em detrimento das necessidades e interesses das comunidades e países. Urge, então, a necessidade de repensarmos e reconstruirmos o sistema educacional, levando em consideração as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas da sociedade contemporânea. Garcés (2015) advoga por uma educação mais democrática, que valorize o aprendizado coletivo, a educação crítica e a formação de cidadãos conscientes e participativos.

O modelo convencional de educação, marcado pela comercialização do conhecimento, instrumentalização da aprendizagem e a importância de uma pedagogia libertadora e transformadora, é objeto de questionamento. Nesse sentido, Garcés (2015) compreende que é necessário repensar as práticas educativas para construir uma abordagem mais inclusiva, justa e emancipadora. Para a autora, o inimigo não reside mais na escola tradicional, disciplinada e regulamentada, nem na universidade dominadora, egoísta, seletiva e autoritária. A decadência do pensamento científico é atribuída à falta de estímulo e investimento no Ensino Superior. Isso porque, essas instituições cognoscíveis estão se predispondo a desinstitucionalizar-se, tornando-se cada vez mais flexíveis, dissolvendo-se globalmente e transformando-se em dispositivos de aprendizagem permanentes, ubíquos e interconectados. Nesse contexto, é fundamental evidenciar o crescente abandono das instituições declaradas inabitáveis. Estudantes excepcionais deixam a

faculdade ou a carreira acadêmica devido à falta de significado; pesquisadores abandonam projetos de pesquisa devido ao trabalho e à humilhação emocional e humana que enfrentam; artistas optam por alternativas educacionais, como mestrados em projetos, para não se submeterem ao mercado de projetos (Larrosa *et al.*, 2018).

Sibilia (2012) faz ponderações acerca do contexto contemporâneo em que as crianças são percebidas não apenas como receptores passivos de conhecimento, ou, na melhor das hipóteses, como futuros pensadores capazes de modificar a realidade excludente em que estamos inseridos. A autora pontua que, na sociedade atual, as crianças são tratadas como consumidores a serem conquistados, sendo incentivadas a exercerem suposta liberdade em suas escolhas de produtos e serviços. Essa mudança de perspectiva denota uma transformação significativa no papel das crianças. No entanto, ela ratifica a importância de analisar essa transformação, evitando reduzir o papel das crianças ao consumo e, assim, negligenciar os valores tradicionalmente adquiridos.

O novo espírito do capitalismo demanda que as pessoas adotem uma postura proativa e produtiva, assumindo o papel de empreendedoras. Essa abordagem requer que se gerencie a própria vida como uma empresa, promovendo-se como uma marca por meio de estratégias de marketing competitivas. Essa mentalidade empreendedora, antes restrita às esferas privilegiadas da economia e da mídia, agora também influencia a educação. Há defensores que propõem a incorporação desses valores e atitudes nos currículos escolares, visando preparar os jovens para o mercado de trabalho contemporâneo (Sibilia, 2012). Essa estratégia tem como objetivo estimular as crianças a desenvolverem pequenos negócios ou carreiras baseadas na autossuficiência, como uma alternativa ao desemprego. Os empreendedores são apresentados pela mídia como modelos ideais para as novas gerações.

Friedrich Nietzsche (2000) abordou, há quase 150 anos, o propósito da educação na sociedade moderna, argumentando que sua finalidade reside em formar um trabalho útil e testar a obediência de maneira incondicional. Antecipando o pensamento de Foucault, Nietzsche buscava elevar o nível de consciência dos cidadãos, concedendo-lhes liberdade e conhecimento, embora com a intenção de extrair essa capacidade para alcançar algo útil.

Essa perspectiva torna-se mais clara ao considerarmos a relação entre esse projeto histórico e a lógica do capitalismo, que transforma todos os aspectos em mercadoria. Conseqüentemente, a educação passou a ser oferecida com base na satisfação individual, em detrimento do objetivo original de padronização e homogeneização dos cidadãos sob princípios morais modernos.

O sonho de Kant (2002), no qual todas as gerações poderiam beneficiar-se do conhecimento acumulado para desenvolver caracteres humanos ideais e guiar a humanidade em direção ao seu destino, parece agora estar perdido. A visão de que a educação moderna busca formar as almas dos alunos por meio de orientação moral e patriótica está em declínio. Há uma crescente divisão entre escolas públicas e privadas. Nesse contexto, entram também as avaliações internacionais que classificam as escolas regulares e com boas notas nas avaliações externas como as melhores.

A ênfase atual vem sendo colocada no treinamento técnico para o sucesso no mercado de trabalho, em detrimento de uma preparação abrangente para os futuros cidadãos. Isso leva muitos indivíduos a agirem de maneira imoral em busca de superação e reconhecimento, utilizando todos os meios possíveis para alcançar seus interesses.

Para enfrentar esses desafios, muitas pessoas buscam auxílio profissional, estabelecendo uma autonomia subsidiária fundamentada em autoanálise, autorregulação e autoaperfeiçoamento. No contexto escolar, conforme mencionamos anteriormente, é frequente a presença de alunos diagnosticados com TDAH, muitas vezes interpretado como uma deficiência neuroquímica e tratado com medicamentos como a Ritalina. O uso desses medicamentos teve um aumento significativo a partir dos anos 1990. Em muitos casos, são os próprios professores que alertam os pais sobre o problema (Sibilia, 2012).

Segundo Christine Phillips (2006), especialista na área, há uma escassez de debates sobre as repercussões desses medicamentos no ambiente escolar e universitário. O aumento crescente do uso dessas substâncias reflete uma tendência para regular o comportamento e ajustar ações e subjetividades às demandas do mercado. Além dos medicamentos destinados a aprimorar a concentração e o foco, há também aqueles voltados para o controle do estado emocional, da ansiedade, da depressão, do relaxamento, do estímulo e da conexão.

No cenário contemporâneo, em que se valoriza o prazer imediato e a busca por soluções sem esforço, essas substâncias são comercializadas como mercadorias, prometendo resultados sem demandar qualquer esforço significativo. Quantias substanciais de dinheiro e energia são investidas em atividades e produtos que prometem prazer e satisfação sem a necessidade de esforço físico, exemplificado pelo desejo de comer sem ganhar peso, aprender sem esforço tradicional ou alcançar riqueza e fama, como aspirar a se tornar um *youtuber* (Sibilia, 2012).

Outro exemplo bastante comum na contemporaneidade é a aspiração de aprender idiomas de maneira rápida e sem esforço, inclusive durante o sono. Da mesma forma como a automação industrial e residencial eliminou a necessidade de trabalho pesado e repetitivo, existe a esperança de que soluções tecnológicas similares possam nos liberar das dificuldades e desafios inerentes à educação tradicional.

Entretanto, apesar de essas ideias parecerem utópicas, é válido lembrarmos que, em uma sociedade competitiva, a autonomia é fundamental para o sucesso. De maneira paradoxal, aqueles capazes de disciplinar-se têm maiores chances de se destacarem. Ressaltamos que as habilidades e capacidades são transformadas de acordo com diferentes premissas e propósitos. No cenário contemporâneo, o foco é utilizar a força de vontade como meio de motivação e geração de benefícios econômicos. O que prevalece é a normalização, independentemente da consideração do que é certo ou errado.

A subjetividade, quando aprimorada, pode proporcionar uma resistência maior à vigilância tecnológica contemporânea, permitindo identificar lacunas em uma sociedade fortemente regulamentada pelo mercado. Em países latino-americanos, como a Argentina e o Brasil, têm-se implementado programas de benefícios, incluindo cotas universitárias, bem como iniciativas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Tais programas têm como foco prioritário membros de escolas públicas e grupos étnicos específicos para admissão em universidades públicas.

No entanto, as conquistas dessas políticas tornam-se mais desafiadoras quando são deixadas nas mãos dos indivíduos, resultando em uma competição acirrada em processos seletivos para o Ensino Superior. Além disso, essas políticas

também refletem uma mudança gradual na ideologia, passando da concepção de que a educação é uma responsabilidade do Estado e um direito de todos os cidadãos para uma abordagem na qual cada indivíduo deve gerir sua própria carreira e minimizar a necessidade de intervenção pública.

3.3 A CRENÇA NA SALA DE AULA E A TAREFA DE ENSINAR

Ronaldo Manzi (2023b, p. 2), em seu ensaio " Repensando a potencialidade da concepção de vocação e de ofício do professor ", esclarece que o termo vocação tem sido negligenciado em favor da profissionalização. Ele ressalta que essa tendência tem levado a uma desapropriação do verdadeiro ofício do professor, que não se alinha com os padrões neoliberalistas. Manzi (2023b, p. 3) afirma que:

[...] essa redução (do professor) a uma máquina escolar é uma redução do ofício do professor a um trabalho flexível que se adequa ao tempo/dinheiro disponível; que tem necessidade de uma formação permanente, pois durante todo o tempo de trabalho ele deve se adequar ao mercado, deve 'aprender a aprender'.

Entendemos que o professor deve nutrir uma convicção de que sua profissão tem o poder de inspirar os alunos a trilharem caminhos distintos, escapando dos óbvios ou daqueles já preestabelecidos pelas políticas neoliberais. Como pontua Manzi (2023b, p. 2), a vocação é um estilo de vida que demanda estudo e preparação. Esse profissional deixa sua marca na expressão, no pensamento e na capacidade de instigar o pensamento de seus alunos. Ser professor é, antes de tudo, um ofício.

Manzi (2023b, p. 3), a partir de suas reflexões, conceitua o ofício como uma "ocupação manual ou mecânica que exige da pessoa certa habilidade de trabalhar a matéria, para que seu trabalho seja útil ou necessário para a sociedade". Nesse sentido, o ofício de professor requer preparação, disciplina e dedicação para impactar a vida dos estudantes, provocando inquietações, estimulando curiosidades e gerando mudanças, tanto em suas próprias vidas quanto na daqueles ao seu redor. Esse comprometimento demanda esforço, dedicação, disciplina e constante aprimoramento acadêmico.

O autor também estabelece uma correlação entre a palavra *ofício* e um arranjo estético. Na infância, as crianças imitam escrita, gestos, palavras e comportamento do professor. Em casa, quando os pais ensinam uma tarefa, se a explicação não coincide com as do professor em sala de aula, a criança se recusa a aceitar, reconhecendo nesse profissional um mérito especial. Manzi (2023b) põe em evidência o papel do professor como mestre, cuja sabedoria é admirada e respeitada, desempenhando um papel fundamental no reconhecimento e na formação das crianças.

Assim, Manzi (2023b) reforça a necessidade de os professores adotarem uma perspectiva pedagógica, uma vez que não estão apenas transmitindo conhecimentos de uma disciplina específica, como também desempenhando papel essencial na formação do ambiente escolar e, conseqüentemente, influenciando positivamente ou não a vida de seus alunos. Esse enfoque demanda uma definição clara do que significa adotar uma perspectiva pedagógica.

Ainda de acordo com Manzi (2023b), o educador mantém uma relação vital tanto com o público quanto com a instituição escolar, ao contrário do professor, que pode existir de forma separada desses elementos.

É importante mencionarmos que a contemporaneidade suscitou uma questão polêmica: se os professores podem ou não ser substituídos por inteligências artificiais. A resposta a essa incerteza surgiu durante a pandemia de Covid-19, quando alunos e professores foram forçados a se adaptar ao ensino remoto. O fechamento das escolas e a transição para aulas *online* ressaltaram a importância do professor, evidenciada pela significativa perda educacional nesse período. Os alunos sentiram a ausência do professor na sala de aula, pois este desempenha um papel fundamental ao incentivar a disciplina, o pensamento crítico e a atenção. O impacto negativo nas aprendizagens durante os anos da pandemia ressalta a singularidade do papel do professor na promoção efetiva do ensino.

Manzi (2023b) salienta que o termo educador tem sua origem na mesma raiz etimológica da palavra educação. Derivado do latim *educere*, composto pelo prefixo *ex* (fora) e o vocábulo *ducere* (conduzir), o educador é, portanto, aquele destinado a preparar seus alunos para enfrentar o mundo e viver em sociedade. Essa definição evoca a função de acompanhar o aluno, estimulando seu pensamento, orientando-o no desenvolvimento da prática e disciplina acadêmica para um estudo eficiente.

Para o autor, o papel do educador é o de agir como um intermediário entre o âmbito privado e público da escola. Essa função visa preservar a natureza pedagógica da educação e evitar que ela se torne uma ferramenta política do Estado. Isso significa também proteger o sujeito em formação, garantindo que ele mantenha sua posição como aluno e não se torne um seguidor de uma doutrina específica. Dessa forma, os educadores não devem se limitar apenas ao ato de ensinar e aprender, como também devem vivenciar a jornada educacional ao lado de seus alunos, estabelecendo conexões com as pessoas da escola e da sociedade que os cercam.

Em se tratando do contexto escolar, devem ser citados Jan Masschelein, professor de Filosofia da Educação, e Maarten Simons, professor de Política e Teoria Educacional, ambos ligados ao Laboratório para Educação e Sociedade da Universidade de Louvain, Bélgica. Em 2013, eles escreveram a obra intitulada "Em defesa da escola: uma questão pública", centrando-se na experiência e reinterpretando o conhecimento com o propósito de nos libertar de crenças preestabelecidas.

A obra aborda a escola como uma instituição universal, voltada para todos, que tem como objetivo tornar o mundo mais público e proporcionar equidade às novas gerações, representando um novo começo. Os autores buscam despertar-nos da inércia, rompendo com a comodidade, o conforto e a estabilidade propostos pelo neoliberalismo. Eles exploram o caráter público e comum da escola, destacando aquilo que a torna uma potência para a reflexão sobre o mundo e propondo uma recriação que revisita o familiar, o já existente e institucionalizado.

Os autores abordam a interrelação entre a escola e o termo *skholè*, originário do grego, que significa tempo livre. Essa analogia sugere a escola como um lugar sagrado, uma espécie de redoma de vidro em que os alunos estariam protegidos das regras preestabelecidas pela sociedade, como os condicionantes sociais. Infelizmente, a realidade difere dessa concepção, pois o universo escolar é permeado por ideologias e opressões sociais (Masschelein; Simons, 2013).

O livro de Masschelein e Simons (2013, p. 29) leva-nos a repensar determinadas práticas pedagógicas e a real situação da escola. Os autores argumentam que a escola deve ser um espaço de tempo livre, atemporal, em que os estudantes precisam ser "retirados de sua posição social". Nesse contexto, questões como violência doméstica, fome e desigualdade podem afetar os alunos, impedindo

que desfrutem desse tempo livre, crucial para o desenvolvimento do pensamento científico. É inegável que as oportunidades não são oferecidas de maneira justa e igualitária.

Os autores discutem a dura realidade em que estamos inseridos, demonstrando que a luta de classes invade constantemente o ambiente escolar. Muitas vezes, o aluno não consegue se dedicar aos estudos devido à fome, ao medo da violência doméstica ou à revolta contra sua condição de excluído.

Diante disso, reiteremos a importância de abordar e debater a questão educacional. É fundamental que os conteúdos sejam organizados de maneira a atender às necessidades da classe trabalhadora, possibilitando aos estudantes do ensino público o acesso aos mesmos conhecimentos oferecidos àqueles das instituições privadas (Masschelein; Simons, 2013, p. 158). Estimular o pensamento crítico e proporcionar oportunidades para a elevação do *status quo* podem desencadear uma revolução na sociedade, resultando em transformações profundas, como a democratização do conhecimento, a promoção humana e, sobretudo, a instauração da consciência social.

Para Masschelein e Simons (2013), a escola precisa recuperar seu caráter democrático, público e inovador. Para tanto, é necessário abolir a presença política dentro da escola. Isso porque a criação de uma escola verdadeiramente funcional estabelece um ambiente centrado na experiência educacional, com foco no aprendizado e na interação positiva entre os alunos. Isso proporciona um espaço para que se distanciem do mundo tal como é, permitindo que o recriem de maneira mais ampla e crítica.

3.4 O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO

O papel do professor como mediador na formação do conhecimento é objeto de reflexão de diversos estudiosos que se dedicam a compreender como a escola influencia as relações sociais e a importância dessa prática educacional. Manzi (2023b) trata da interferência dos valores empresariais de mercado no ambiente escolar. Contrapondo-se a essa tendência, o autor defende a necessidade de

preservar a verdadeira função da escola, que é a de desenvolver o pensamento crítico e científico.

Manzi (2023b, p. 1) alerta para os impactos do ensino orientado pela lógica empresarial no professor, mostrando que a ideia tradicional de ofício do professor parece estar em desuso diante das exigências contemporâneas, como a flexibilidade no trabalho. Diante desse cenário, surge a indagação: estaria a concepção tradicional do ofício do professor perdendo sua relevância? Como pontuado, a pandemia de Covid-19 evidenciou a importância do professor na vida dos alunos.

O professor, em seu ofício, não pode se limitar à propagação dos ideais empresariais propostos pelo neoliberalismo. Pelo contrário, incentivar o conhecimento crítico e científico permite que os alunos desenvolvam habilidades analíticas, pensamento reflexivo e uma compreensão mais profunda dos temas estudados e dos eventos cotidianos. Dessa forma, os estudantes estarão mais bem preparados para enfrentarem desafios complexos, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, superando abordagens simplistas e alinhadas às perspectivas empresariais.

Manzi (2023b, p. 2) adverte ainda para a exclusão da palavra vocação no contexto contemporâneo, substituída por termos empresariais, que priorizam a busca rápida por ascensão financeira, profissional e social. De acordo com o autor, termos como flexibilidade, eficácia e competência tornaram-se praticamente obrigações, enquanto talentos individuais e aptidões são tratados como *commodities* para ingresso no mercado de trabalho, com a promessa de retorno imediato.

Em meio a um mundo de informações instantâneas, Manzi (2023b) nos convida à reflexão, questionando a pertinência da palavra vocação em nossa era. Em um cenário de rápida fluidez, em que a vocação é associada a um trabalho disciplinado e pouco flexível, o autor afirma que essa ideia pode restringir a capacidade empreendedora do indivíduo diante das constantes oscilações do mercado.

Segundo Manzi (2023b), a vocação está intrinsecamente ligada ao pensamento, à interpretação, à busca da verdade e ao amor pelo que se faz. O autor ressalta que o trabalho do professor exige um novo estilo de vida, com a responsabilidade de construir um destino, demandando esforços disciplinados, precisão nos gestos e o uso de ferramentas adequadas. A homogeneização dos

professores, contrariando a singularidade de cada um, é vista como prejudicial, visto que é essa singularidade que encanta e motiva os alunos ao aprendizado.

Manzi (2023b), ao recorrer ao pensamento de Masschelein e Simons (2013), afirma que o professor não pode ser domesticado, pois isso o neutralizaria. A flexibilidade imposta pelo sistema neoliberal compromete a relação afetiva do professor com a escola e os alunos, transformando-o em um mero obediente às exigências do mercado.

Considerando esse contexto, Manzi (2023b, p. 14) declara que o exercício do ofício de professor é uma tarefa árdua, demandando esforço, disciplina, atenção às regras e à tradição. Ele pontua que o aprendiz deve ser obediente, capaz de incorporar habilidades com paciência e atenção, seguindo as diretrizes do mestre. Nesse ponto, ele traça uma distinção entre autoridade e coerção. Para o autor, autoridade se baseia no respeito mútuo, exemplo e conhecimento, enquanto a coerção utiliza o controle e a imposição para manter a ordem. Assevera, ainda, que a autoridade é construída, ao passo que a coerção busca impor a obediência pelo medo. Na visão do autor, a figura clássica do professor assemelha-se ao de um mestre, isto é, àquele que não apenas ensina, mas conduz, instiga ao questionamento, permite o erro e as novas tentativas, culminando no acerto. Isso provoca mudanças não apenas no estudante, mas também no mundo ao seu redor.

Masschelein e Simons (2013) provocam uma reflexão profunda sobre a figura do professor, retratando-o como um mestre que desempenha seu ofício movido pelo amor, tornando-se alvo de sentimentos ambivalentes, como admiração, respeito e, por vezes, repulsa. O professor se coloca a serviço da nobre tarefa de conduzir os alunos ao aprendizado, guiando-os para além do conhecido e proporcionando-lhes novos saberes. Suas mãos não são meramente instrumentos para ação; são também ferramentas para extrair, separar e introduzir. Desempenham o papel de guiar, transportar, conduzir, acompanhar, sustentar e impulsionar. Para esses autores, o educador deve perceber que todo o esforço dedicado a separar, deslocar e introduzir os alunos em novos espaços de aprendizagem não é em vão.

Segundo Masschelein e Simons (2013, p. 135), “[...] os professores têm uma arte especial – a arte de disciplinar (no sentido positivo de focar a atenção)”. Essa arte disciplinar corresponde também à capacidade de utilizar técnicas apropriadas para direcionar a atenção, criando interesse pelo aprendizado e estimulando a busca pelo conhecimento.

Larrosa, Rechia e Cubas (2021) entendem o ofício do professor como um trabalho de percepção do mundo. Nesse contexto, a educação é encarada como uma coleção de experiências e significados. Os autores afirmam que o professor desempenha um papel relevante na vida de seus alunos no que diz respeito à percepção do mundo, englobando tanto o visível quanto o invisível, o subtendido. Para eles, esse profissional não se limita a transmitir conhecimento de forma unilateral, o que resultaria em palavras vazias e destituídas de significado. O que o professor realiza, na verdade, é uma apreciação do mundo, convidando os alunos a compartilharem dessa apreciação. Por sua vez, o aluno proporciona a ele a oportunidade de enxergar o mundo novamente por meio de seus próprios olhos, olhos que redescobrem o encanto e a admiração, permitindo ao educador apreciá-lo mais uma vez.

A importância do papel do professor nas escolas, especialmente no contexto da revolução digital, é ressaltada por Larrosa (2018, p. 165). Os ambientes digitais de aprendizagem em constante evolução e o desinteresse dos alunos evidenciam a relevância da voz do professor. Além de transmitir conhecimento e informações, a sua voz desperta interesse e motivação, incentivando a participação ativa do aluno na aprendizagem.

Nas palavras de Larrosa, Rechia e Cubas (2021, p. 180):

O falar-pedagógico expõe algo, deixa aparecer, sugere um mundo, de maneira que ele mantenha sempre algo de enigma, algo que intriga, que pode fascinar. Talvez poderíamos dizer que ele não fornece argumentos, mas 'quadros', e que seja talvez a fábula (isto é, a história que é sempre a combinação paradoxal de uma narração e de uma imagem, a história que é sempre ambígua e que não contém em si moral, que por isso sempre recebe um acréscimo ao fim para resolver a ambiguidade, a história que, assim, solicita, ao mesmo tempo que confirma, a capacidade do leitor ou do ouvinte de ler, de compreender, de ver, de pensar por si próprio) que possa ser considerada como paradigmática para o falar-pedagógico (a fábula, portanto, não é meio, aqui, como nas formas de falar filosófico e político).

Para os autores, a voz do professor cria autoridade, intensifica a realidade e desperta o desejo de conhecer e cuidar dela. A voz não é apenas um meio de comunicação; é uma força por si só. Ao compartilhar sua voz, o professor estabelece uma realidade comum, gerando presença e preocupação compartilhada. A ausência dessa voz significa que o objeto não pode ser ouvido e, portanto, não pode fazer parte do ambiente escolar.

Acredita-se que uma voz acadêmica seja identificável pela atenção e curiosidade que manifesta, trazendo consigo conhecimentos universais e uma paixão por compartilhá-los. O professor, em sua linguagem instrutiva, age como uma seta que aponta para além de si, permitindo que seu público veja e ouça coisas que antes estavam ausentes. Isso cria uma espécie de magia na sala de aula, e o professor evoca outro centro além de si mesmo (Larrosa; Rechia; Cubas, 2021).

Os autores entendem que, embora seja possível aprender habilidades na escola, a intensidade e a autoridade acadêmica não podem ser adquiridas por meio de um método específico. Dependem da atenção e da presença do professor, de sua capacidade de testemunhar e transmitir tanto verbalmente quanto pela vibração de sua voz. Ser professor requer habilidades vocais e a capacidade de trazer a voz para fora do corpo, preenchendo o espaço e tornando o mundo audível. Essa voz também deve vir do corpo, conectado à terra, e sua expressão precisa esvaziar a linguagem de sentido definido, permitindo que as palavras se entrelacem e ecoem o mundo (Larrosa; Rechia; Cubas, 2021, p. 167).

Conforme Larrosa (2018, p. 125), a voz do professor é essencial para a comunicação à distância. Essa voz vai além da transmissão de conhecimento, criando uma realidade compartilhada que expressa a presença e a preocupação dele. Uma voz acadêmica que evidencia atenção, curiosidade e cuidado, permitindo que o mundo se comunique conosco por meio do conhecimento. O professor, nesse contexto, desempenha o papel de guia através da linguagem, possibilitando aos alunos acessarem a um mundo ausente por meio de suas palavras.

Entretanto, a valorização do trabalho flexível e casual, bem como a busca pela satisfação individual, tem levado muitos adolescentes a se ocuparem com suas obrigações e a se fecharem em si mesmos. Para Larrosa (2018), isso separa as atividades realizadas de nossos verdadeiros interesses e da responsabilidade para com o mundo. Além disso, a tecnologia contemporânea substitui a tecnologia tradicional, desvalorizando a arte de sobrevivência e o senso de responsabilidade. O sistema de ensino atual busca a profissionalização dos professores, mas acaba desqualificando o verdadeiro aprendizado em prol de treinamentos padronizados.

3.5 APRENDIZADO NA ESCOLA E COLONIZAÇÃO DA LINGUAGEM EDUCACIONAL

Na escola, observamos uma transformação na dinâmica de aprendizado, que não está mais restrita à tradicional transmissão de conhecimentos pelo professor. Atualmente, o processo educacional inclui ações realizadas pelo estudante com o auxílio de diversas ferramentas disponíveis, como as mídias. Essas ações demandam que o aluno assuma a responsabilidade por seu próprio aprendizado, refletindo uma mentalidade empreendedora proposta pelo neoliberalismo para enfrentar desafios relacionados ao desemprego estrutural. Essas mudanças têm desdobramentos significativos, promovendo valores como flexibilidade, autonomia e desafios emocionais, marcando a era do empreendedorismo. Assim, a busca pela realização pessoal e cidadã através da educação formal cede espaço às aspirações de sucesso profissional e financeiro a curto prazo.

Sibilia (2012) destaca a valorização contemporânea de talentos únicos, criatividade e dedicação para atingir metas pessoais. A autoajuda e os *coachings* também se integram a esse conjunto de ferramentas para soluções individuais e urgentes. No entanto, a tentativa de adaptar esse modelo à escola enfrenta desafios significativos. Desse modo, é fundamental percebermos que essas ideologias vão além do entretenimento midiático, funcionando como técnicas educacionais, porém com reflexos negativos. Quando a racionalidade instrumental predomina, todos os aspectos da vida são influenciados, dando origem ao conceito de capital humano. Por conseguinte, há monetização de todas as habilidades individuais, incluindo a capacidade de encontrar soluções originais e estabelecer conexões sociais.

De acordo com Bárcena, López e Larrosa (2023, p. 265), existe um fenômeno crescente de substituição da educação pela aprendizagem fluida e mecânica, resultando na colonização da linguagem educacional pela psicologia cognitiva. Surge, então, a necessidade de uma ideologia pedagógica fundamentada em explicações cognitivas, promovendo a formação de um vocabulário cognato que homogeneíza os modelos ideológicos na teoria e na prática educacional. Esse tipo de aprendizado está intrinsecamente ligado ao neoliberalismo, à lógica de produção das sociedades de informação, conhecimento e aprendizagem, conduzindo à formação de uma cultura de aprendizagem e ao surgimento do capitalismo cognitivo, no qual as capacidades de aprendizagem se tornam a principal força produtiva.

Dentro dessa lógica de aprendizagem, a escola passa a ser concebida como uma fábrica cognitiva, incentivando o sujeito da aprendizagem ao empreendedorismo e à autoaprendizagem. Por conseguinte, é percebida como um ambiente no qual os alunos são expostos a diversas informações, assimilam conhecimentos como produtos e, simultaneamente, são estimulados a desenvolver atividades empreendedoras, assumindo o controle de seus destinos, com a expectativa de retorno financeiro e social imediato. Nessa perspectiva, a educação adota uma abordagem centrada no empreendedorismo.

Os estudiosos analisados ao longo deste trabalho sugerem a importância de evitar a perspectiva comercializada da educação e o excessivo enfoque na avaliação. A colonização cognitiva da linguagem educacional se associa à colonização econômica, utilizando termos ideológicos como flexibilidade, qualidade, inovação, objetivo, processo, resultado, competição e aplicação. Dessa maneira, a escola deve representar um período de suspensão (Manzi; Tavares, 2023), isto é, um ambiente em que a linguagem transcenda o tempo, proporcionando oportunidades equitativas para o surgimento de novas vocações. Estas, por sua vez, devem guiar os alunos não apenas rumo ao pensamento acadêmico, mas também a uma vida repleta de significado, possibilidades e conquistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo almejou estimular a reflexão e a compreensão acerca da relevância da instituição escolar e da disciplina acadêmica na trajetória dos indivíduos. Longe de apresentar verdades absolutas, as leituras e reflexões propostas despertaram em nós o desejo de explorar as dinâmicas de poder presentes na educação. O percurso trilhado durante essa investigação fortaleceu nossa defesa pela escola e pelo ensino disciplinar acadêmico como formas de resistência à subjetividade e à descaracterização dos princípios educacionais. Salientamos que defender a instituição escolar não significa idealizar a escola como a solução única para os desafios da sociedade. Pelo contrário, reconhecemos a necessidade de abordagens mais amplas, tais como a proposição de políticas sociais e econômicas inovadoras, a promoção da educação inclusiva, o estímulo ao respeito à diversidade, a busca por soluções sustentáveis para os problemas ambientais, a colaboração global e a promoção da justiça social.

Embora o desafio seja expressivo, não podemos resignar-nos e entregar, passivamente, nossas vidas nas mãos de uma minoria detentora de dinheiro e poder. As leituras realizadas demonstraram que a escola ainda pode ser um espaço de resistência contra desigualdades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Tivemos a oportunidade de explorar a ideia de disciplina ao longo da história. À luz de renomados estudiosos da educação, verificamos que a disciplina acadêmica representa uma poderosa aliada para a concretização do pensamento científico e a transformação de *status*. Compreendemos que ela contribui para a construção de um mundo melhor ao fomentar a responsabilidade individual, o respeito às normas sociais e a ética. Ao cultivar a disciplina, as pessoas tendem a agir de maneira mais consciente, reduzindo conflitos e promovendo relações saudáveis. Isso, por sua vez, cria um ambiente propício para a edificação de uma sociedade mais justa, fundamentada na igualdade e na cooperação.

Ao longo desta dissertação, confirmamos a assertiva de Sibilía (2012): a escola encontra-se imersa em uma corrente impregnada por ideais neoliberais e pelo subjetivismo imposto pelas mídias sociais. Conforme destacado pela autora, essa realidade repercute diretamente no comportamento dos indivíduos, inclusive no ambiente escolar.

As mídias exercem influência na educação ao moldar percepções e veicular informações nem sempre verídicas. O neoliberalismo, por sua vez, afeta a educação ao favorecer políticas de mercado, promovendo a competição e reduzindo os investimentos públicos, impactando de maneira significativa a qualidade do ensino e o estímulo à pesquisa científica.

Segundo Laval (2019a), a escola transcende a mera função de instituição voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências, conceitos-chave no ideário neoliberal visando preparar o futuro trabalhador. Portanto, essa instituição deve desempenhar papel ativo na formação integral do ser humano, do futuro trabalhador e cidadão, capacitando-o para compreender seu papel no mundo e provocar impactos positivos no contexto que o circunda.

É fundamental salientarmos que jovens podem adquirir competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, podem também enfrentar dificuldades para cursar ou atuar na profissão desejada. A ênfase na profissão, muitas vezes orientada por anseios de estabilidade econômica e *status* social imediatos, tem eclipsado a valorização do ofício. A busca por sucesso rápido nem sempre se concretiza, podendo resultar em sentimentos de fracasso e culpa diante da incapacidade de alcançar metas profissionais, reflexo dos valores do sistema neoliberal, marcado pela prevalência dos modelos de performatividade, meritocracia e subjetividade financeira.

Laval (2019a) e Sibilía (2012) asseveram que a ideologia neoliberal permeia diversos aspectos de nossa vida, incluindo saúde, mercado de trabalho, economia, política, cultura, mídia, educação e entretenimento. Ao naturalizarmos esse processo histórico, endossamos a visão de que os estudantes são responsáveis por seus destinos, incentivando-os a investir nos estudos como meio de obter maiores oportunidades e reverter situações sociais desfavoráveis. A educação tem se convertido cada vez mais em uma ferramenta de mobilidade e ascensão social.

Por fim, é pertinente mencionarmos Maria Rosa Torres (2001), que explora trechos do Artigo 1 da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990):

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá poder aproveitar as oportunidades educativas destinadas a satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. [...] A satisfação dessas necessidades fortalece as pessoas em suas capacidades e lhes confere a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual comum,

promover a educação dos demais, defender a causa da justiça social, proteger o meio ambiente e ser tolerantes com os sistemas sociais, políticos e religiosos diferentes do seus, zelando pelo respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos normalmente aceitos, e trabalhando pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente. [...] A educação é o alicerce da aprendizagem permanente e do desenvolvimento humano (Torres, 2001, p. 19-20).

Depois de inúmeras leituras e debates, emerge um aprendizado profundo ancorado nos pensamentos de diversos filósofos e estudiosos da educação: a educação é o esteio essencial para o progresso humano. Cada membro da sociedade deve ter acesso igualitário às oportunidades educacionais para expandir suas perspectivas. Ao suprir essas necessidades fundamentais de aprendizado, as pessoas fortalecem suas habilidades e assumem a responsabilidade de preservar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual. Além disso, a educação desempenha papel vital na promoção da justiça social, na preservação do meio ambiente, na tolerância perante diferentes sistemas sociais e, sobretudo, no respeito aos direitos humanos, contribuindo, assim, para a construção da paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDRADE, C. D. de. **Poemas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.
- BÁRCENA, F.; LÓPEZ, M. V.; LARROSA, J. **Elogio do estudo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- COSTA, A. M. N. da. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/B8YrM538mSbqLJk6hwSdcPN/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- DINALI, W.; FERRARI, A. “É meu último ano aqui mesmo [...] tô pensando em botar fogo na escola”: o cotidiano escolar e as práticas de resistências. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 6, n. 12, p. 229-246, ago./set. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1650>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GARCÉS, M. **Filosofía inacabada**. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2015.

GRAMSCI, A. **The Modern Prince and Other Writings**. Londres: Lawrence and Wishart, 1957.

HINKELAMMERT, F. J.; JIMÉNEZ, H. M. Economia para a vida. *In*: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 139-144.

ILLICH, I. **En el viñedo del texto. Etologia de la lectura**: um comentário del “didascalicon” de Hugo de Sem Victor. México: FCE, 2002.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia [1803]**. Tradução: Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba, SP: Unimep, 2002.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LARROSA, J. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LARROSA, J.; MALVACINI, E.; RECHIA, K. C.; FAVERE, J.; CUBAS, C. J. Diseñar la escuela: un ejercicio colectivo de pensamiento. *In*: LARROSA, J. (Ed.). **Elogio de la escuela**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2018. p. 233-256.

LARROSA, J.; RECHIA, K. C.; CUBAS, C. J. **Elogio do professor**. Tradução: Fernando Coelho, Karen Christine Rechia e Caroline Jaques Cubas. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019a.

LAVAL, C. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. 2019b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LENOIR, Y. Les finalités éducatives scolaires, un'objet hautement problématique. Chaire de Recherche du Canada sur l'Intervention éducative. Faculté de Education. Université de Sherbrooke, Canadá. **Bulletín**, n. 4, 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANZI, R. F.; TAVARES, C. S. da S. O que seria “Um povo capaz de *skholè*”? – Reflexões sobre a educação no campo. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 12, n. 2, p. 19-36, out. 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14321>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MANZI, R. **Uma leitura sobre ideologia, mídia e educação: o que é real e o que é ficção**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

MANZI, R. **Neoliberalismo e educação: conversas e desconversas**. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

MANZI, R. Uma hipótese prática: a escola como o lugar onde momentos democráticos podem acontecer. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 18, p. 62-79, 2023a. Doi:10.35168/2175-2613.utp.pens_ed.2023.

MANZI, R. **Repensando a potencialidade da concepção de vocação e de ofício do professor**. Inédito. 2023b.

MARX, W. **Vie du lettre**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2009.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. La lengua de la escuela. ¿Alienante o emancipadora? *In*: LARROSA, J. (Ed.). **Elogio de la escuela**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2018. p. 19-40.

MENDES, V. H. Sujeito, subjetividade e educação: as bases fundantes do discurso pedagógico moderno. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 1, p. 38-49, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/download/7449/4367/23590>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital [1930]**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2008.

NIETZSCHE, F. **Sobre el porvenir de nuestras instituciones educativas**. Tradução: Carlos Manzano. Barcelona: Tusquets, 2000.

OLIVEIRA, S. A. Z. de P.; ALMEIDA, M. de L. P. de. Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 2, p. 155-167, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2222/1437>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PESSOA, F. **Poemas Inconjuntos** (Alberto Caeiro). Lisboa: Ática, 1946.

PHILLIPS, C. B. Medicine goes to school: teachers as sickness brokers for ADHD. **PLoS Medicine**, v. 3, n. 4, 2006. Disponível em: www.plosmedicine.org. Acesso em: 20 jul. 2023.

RACHID, L. **BNCC é um desastre para a educação brasileira, critica Silvio Gallo**. 2022. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/05/16/silvio-gallo-bncc/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ROSA, L. de R. Disciplina, o princípio da educação em Kant. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2010, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul, RS: UCS, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico9/Disciplina%20o%20principio%20da%20educacao%20em%20Kant.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

SARMENTO, M. J. Estudo de caso etnográfico em educação. *In*: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 137-179.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIBILIA, P. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Tradução: César Benjamim. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, P. Do confinamento à conexão: As redes infiltram e subvertem os muros escolares. *In*: SALES, M. V. S. (Org.). **Tecnologias digitais, redes e educação: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 29-40.

SILVA, F. V. da; MORAIS, E. B. de. Reflexos Neoliberais: discursos sobre o trabalho em coleções didáticas de Projeto de Vida no Novo Ensino Médio. **Revista Momento – diálogos em educação**, v. 31, n. 3, p. 298-316, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/14120/9896/51624>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SILVA, M. M. **Independência financeira**. Campo Grande, RJ: Conquista, 2022.

SOARES, M. T. C.; PINTO, N. B. **Metodologia da resolução de problemas**. 2001. Disponível em:

http://www.ufrj.br/emanped/paginas/conteudo_producoes/docs_24/metodologia.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

TORRES, R. M. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VASCONCELLOS, M. D. A educação perante a nova ordem mundial. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 1043-1048, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LvXmkDcrpx8V5DPBZxxQhZG/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VEIGA-NETO, A. J. da. **Educação e crise são, reciprocamente, causa e consequência uma da outra**. Entrevista IHU On line. 2008. Disponível em: http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_entrevista&Itemid=29&task=entrevista&id=11783. Acesso em: 03 abr. 2023.